

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS

PIERO DUTRA VICENZI

SUJEITOS, CORES E ENTRAVES: UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL E
PANDÊMICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CIDADANIA
LGBT DE PELOTAS

Pelotas

2021

PIERO DUTRA VICENZI

**SUJEITOS, CORES E ENTRAVES: UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL E
PANDÊMICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CIDADANIA
LGBT DE PELOTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel) como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristine Jaques Ribeiro.

Pelotas

2021

Ficha Catalográfica

V633s Vicenzi, Piero Dutra

Sujeitos, cores e entraves: uma etnografia virtual e pandêmica do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. / Piero Dutra Vicenzi. – Pelotas: UCPEL, 2022.
107 f.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, BR-RS, 2021.

Orientadora: Cristine Jaques Ribeiro.

1. Conselho Municipal LGBT. 2. Movimento LGBTI+ brasileiro. 3. Participação social LGBTI+. 4. Políticas Públicas LGBTI+. I. Ribeiro, Cristine. II. Título.

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

Este trabalho é dedicado àqueles que vieram antes de mim,
que coloriram os caminhos.
É dedicado, também, aos que lutam e resistem no presente.
E a todes que virão.

AGRADECIMENTOS

Lembro bem do medo e da sensação de insegurança e vulnerabilidade que senti ao tomar conhecimento da eleição de Jair Bolsonaro por parte da sociedade brasileira em 2018. O incômodo daquele momento me fez perceber que é necessário reagir e transformar luto em verbo, como bem escreve Eliane Brum, uma das minhas inspirações no campo do jornalismo e da escrita de vida real. Através da educação, encontrei minha arena de ação e resistência durante esse desgoverno genocida, especialmente no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (PPGPSDH/UCPel), o qual fui bolsista Dom Antônio Zattera.

No entanto, somente concluí essa etapa graças aos meus pais, Eva Luci Sandi Dutra e Elenir Vicenzi. Eles representam mais que uma base; o impulso necessário para alcançar e aproveitar cada nova oportunidade que se abre ao longo dos meus (poucos) 25 anos. Registro aqui o meu muito obrigado por possibilitarem que eu mudasse de cidade para cursar ensino médio, faculdade e agora uma pós-graduação de nível acadêmico. À minha mãe, professora de nascença, agradeço por sempre acreditar no potencial transformador do ensino e partilhar esses valores comigo; ao meu pai, agradeço pelo ombro em todas as visitas e ligações em que desabafei.

Ainda agradeço *in memoriam* à minha avó materna, Maria Delma Sandi Dutra, quem me criou e me ensinou a ver a vida com beleza e sensibilidade, características indispensáveis para desenvolver uma pesquisa social. Com quem adoraria viver e compartilhar esse e outros tantos momentos.

Minha amiga-irmã-família, Vanessa Sinnott Teixeira, quem sabe que me defino como alguém de palavras e ainda assim, me rouba todas para descrever o quão grato sou. Pelo amor incondicional, pelos momentos vividos, pelo ombro-casa, pelos abraços, pela sensibilidade, por ser, estar e permanecer, por acreditar em mim e sentir orgulho. Por nunca duvidar do meu potencial e por me ensinar tanto, todos os dias. Muito obrigado.

Quero registrar também um agradecimento especial àquelas/es amigas/os que acompanharam o processo desse trabalho; que, mesmo durante uma pandemia, encontraram maneiras de se fazer presente. Um obrigado especial à Mônica Alba, Nathalia Mylius, Rafaela Cecconi, Gabriel Lopes e Cristiani Ricordi. Em pessoas como vocês encontro conforto e esperança. Muito obrigado.

Ao professor Tiago Lemões, quem me recebeu de braços abertos no PPGPSDH/UCPel e topou pesquisar comigo os movimentos sociais LGBTI+ em Pelotas. Não finalizamos juntos esse estudo, porém, ele só existe graças à troca, apoio e incentivo durante 2020. Obrigado. À professora Cristine Ribeiro, que me acolheu em 2021 e aceitou o desafio de me orientar com o trabalho já em andamento. Obrigado pela sensibilidade e cuidado durante esse processo e por fazer essa dissertação acontecer.

Tenho o privilégio de conseguir conciliar o mestrado com o trabalho. Essa dinâmica somente foi possível pelas pessoas que constroem a Volante, onde passo a maior parte do meu tempo. Obrigado aos colegas e amigos que sempre apoiaram e respeitaram os espaços necessários para concluir esse estudo, em especial, agradeço à Marina Barros, Jordan Martins, Bibiana Fagundes e Nathalia Farias.

Somente cursei este Programa de Pós-Graduação pelo incentivo da Rita Wicth, minha “mãe jornalista”, que quando trabalhamos juntos no setor de Comunicação da UCPel, sempre deixou as pautas sociais para mim. Obrigado por acreditar no meu potencial e me mostrar que era possível tudo isso. Te admiro e sinto saudades sempre.

Finalizo meus agradecimentos a quem possibilitou a materialização dessa pesquisa, meu objeto, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. Agradeço às/os conselheiras/os pela abertura em permitir o desenvolvimento do estudo e, em especial, às/os diretoras/es executivas/os por cederem algumas horas de suas agendas para as entrevistas. Através de vocês pude contar e registrar a formação de um dos primeiros órgãos paritários entre LGBTI+ e poder público no Rio Grande do Sul. Obrigado pela força, por nunca desistirem e por construírem esse espaço de fala e escuta no município.

Uma pesquisa, mesmo que virtual e pandêmica, não se faz sozinha. Nessas linhas tentei descrever meus agradecimentos a algumas das pessoas que viveram esse processo de perto. Tem muitas outras, mas os sentimentos e as palavras serão os mesmos: Muito obrigado.

*“[...] a comunidade LGBT não quer privilégio, ela só quer ser
respeitada como ser humano, como qualquer outra pessoa no
Brasil”.*

Jô Rocha,
Diretora Executiva do Conselho Municipal de Direitos da
Cidadania LGBT de Pelotas

RESUMO

Esta dissertação parte da denúncia da violência física, moral e legal contra a população LGBTI+ no Brasil para situar o pano de fundo de um dos movimentos sociais de maior expressão no país, o Movimento LGBTI+. Inicialmente, discute-se a biopolítica expressa em uma necropolítica que expõe vidas ao poder da morte e a condições precárias e a resistência cotidiana de gerações de ativistas LGBTI+ em uma trajetória de mais de 40 anos de atuações sociopolíticas. Após compreender os contextos nacionais anteriores, isto é, “de onde viemos”, delimitam-se caminhos exploratórios e analíticos a fim de desenvolver uma etnografia virtual e pandêmica do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. Nesse sentido, a pesquisa aborda uma breve revisão bibliográfica sobre conselhos gestores de políticas públicas antes de avançar em direção ao objeto de estudo e esboçar “para onde vamos”. Ao observar as reuniões do Conselho e entrevistar conselheiras/os membros da Câmara Diretiva, o encontrado foi diferente do esperado, possivelmente por se tratar de um estudo realizado durante uma pandemia, com dinâmica remota e on-line. No entanto, destaca-se o lugar de fala das/os conselheiras/os, que confere legitimidade ao espaço destinado para a sociedade civil dentro do órgão e oportuniza a luta por um efetivo lugar de escuta no município. Por fim, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas se mostra como referência aos LGBTI+, além de munir as/os ativistas locais com o poder paritário, possibilitar formações sociopolíticas aos demais cidadãos e produzir dados acerca da população LGBTI+ de Pelotas com intuito de melhor manejar as políticas públicas municipais. Apesar de embates e adversidades, tanto internas, quanto externas, a luta coletiva se mostra como um caminho para construir outras sociabilidades possíveis aos LGBTI+ pelotenses, com mais acesso à saúde, educação, empregabilidade e menores índices de violência. A pesquisa ainda ressalta a urgência de mais espaços de diálogo entre LGBTI+ e Estado, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, pois o cenário necropolítico brasileiro expõe populações LGBTI+ cada vez mais a condições precárias e desarticuladas.

Palavras-chave: Conselho Municipal LGBTI+; Movimento LGBTI+ brasileiro; Participação Social LGBTI+; Políticas Públicas LGBTI+.

ABSTRACT

This dissertation starts from the denunciation of physical, moral and legal violence against the LGBTI+ population in Brazil to set the background of one of the most expressive social movements in the country, the LGBTI+ Movement. Initially, this study discusses biopolitics expressed in a necropolitics that exposes human lives to the power of death and to precarious conditions, and the daily resistance of an LGBTI+ activist generation in a trajectory of more than 40 years of sociopolitical activities. After comprehending the previous national contexts, that is, ‘where we came from’, the study traces the exploratory and analytical paths to develop a virtual and pandemic ethnography of the Municipal Council for LGBT Citizenship Rights in Pelotas. In this sense, this research approaches a brief bibliographical review on public policy management councils before moving towards its object of study and outlining ‘where we are going’. When observing the Council meetings and interviewing councilors who are members of the Board of Directors, the findings differed from what was expected, possibly because the study was carried out during a pandemic, with remote and online dynamics. Nonetheless, the councilors’ representative standpoint is a highlight, which confers legitimacy to civil society space within the organization, and provides opportunities in the struggle for an effective listening place in the municipality. Finally, the Municipal Council for LGBT Citizenship Rights in Pelotas is a reference for LGBTI+ citizens, providing local activists with equal power, enabling sociopolitical development for other citizens, and producing data on Pelotas’ LGBTI+ population to enhance the management of municipal public policies. Despite confrontations and internal or external adversities, this collective effort represents a way to build other possible means of sociability for LGBTI+ people in the city, with more access to health, education, employability, and lower levels of violence. This research also highlights the urgency of more spaces for dialogue between LGBTI+ people and the State, whether at the municipal, regional or federal level, as the Brazilian necropolitical scenario increasingly exposes LGBTI+ populations to precarious and unarticulated conditions.

Keywords: LGBTI+ Municipal Council; LGBTI+ Brazilian movement; LGBTI+ Social Participation; LGBTI+ Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico número de mortes LGBTI+ por ano: 1990 a 2020.....	19
Figura 2 – Página do Conselho no <i>Facebook</i>	64
Figura 3 – Página do Conselho no <i>Instagram</i>	65
Figura 4 – <i>Print screen</i> de uma reunião do Conselho	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - As quatro ondas do Movimento LGBTI+ no Brasil.....	43
Tabela 2 - Sistematização das/os conselheiras/os entrevistadas/os	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: COMO ME TORNEI UM MILITANTE LGBTI+ NA ACADEMIA.... 13

1	SEXUALIDADE, GÊNERO E UM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MAIOR EXPRESSÃO NO BRASIL	17
1.1	NÃO IMPORTA O QUE DIZEM: SOMOS LEGÍVEIS.....	17
1.2	DAS CORES EMERGE UM MOVIMENTO	26
1.3	UNIDOS, MESMO QUE DESMOBILIZADOS	30
1.4	TODOS OS CAMINHOS LEVAM À INSTITUCIONALIZAÇÃO	33
1.5	NOSSOS CORPOS SÃO A NOSSA BANDEIRA	37
2	PERCURSO METODOLÓGICO ATÉ O OBJETO DE ESTUDO	47
2.1	UM ESBOÇO ETNOGRÁFICO	47
2.2	HÁ UM VÍRUS “NO MEIO DO CAMINHO”	50
2.3	UM ELO ENTRE SOCIEDADE E ESTADO	54
2.4	O QUE SEI, ATÉ AQUI, SOBRE O CONSELHO LGBT DE PELOTAS?	59
3	UM ESPAÇO DE DIÁLOGO SE ABRE: O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CIDADANIA LGBT DE PELOTAS	67
3.1	DENTRO DO CAMPO (ON-LINE): AS REUNIÕES OBSERVADAS	67
3.2	QUEM ENFRENTA A DIVERSIDADE DIA APÓS DIA SOMOS NÓS	76
3.3	PRECISAMOS CONTINUAR NA LUTA	84
3.4	A LUTA COLETIVA É MAIS FORTE	89
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO: COMO ME TORNEI UM MILITANTE LGBTI+ NA ACADEMIA

Esta não é uma etnografia convencional, daquelas repletas de cenas e descrições detalhadas, mesmo que eu pretendesse que fosse. O objeto de uma pesquisa social é vivo e, portanto, está em constante transformação. Quando propus adentrar o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas através de um estudo etnográfico, não esperava desenvolver o trabalho de campo durante uma pandemia que impactou todas as arenas sociais. A temática que um dia me motivou e inspirou a lutar e pesquisar, por diversos momentos, se tornou frustrante e desafiadora. Como transpor todas as nuances e sensibilidades somente vividas no real para o virtual? Como me aproximar de um *locus* na distância física? Foram algumas das questões latentes ao perceber que a pandemia não ia “passar” tão logo.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, busquei traduzir o meu processo no curso de Mestrado em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas, especialmente a partir do recorte que envolve o objeto de estudo: o Conselho Municipal LGBT de Pelotas. Este texto é também um desabafo, e reflete um período de minha vida no qual me entendi militante LGBTI+ na academia. Conto isso, pois levei um bom tempo até compreender a minha atuação dentro da arena acadêmica e a me permitir a considerar como uma das tantas esferas da militância.

A inflexão somente foi possível por conta de uma das entrevistas realizadas, quando uma das/os entrevistada/os desabafa ao comentar querer desistir do ativismo, mas retomar a luta a cada novo dia. Esse foi, possivelmente, um dos momentos mais sensíveis da pesquisa para mim; aproveitei a oportunidade, agradei o comentário e também fiz um desabafo: a vontade de somar à luta LGBTI+ além de um trabalho de conclusão de curso ou de uma dissertação. Transcrevo aqui a resposta que recebi:

Mas Piero, eu quero comentar só uma coisinha antes de tu fazer a próxima pergunta. A sociedade LGBTfóbica, ela por muito tempo disse que corpos LGBTQIA+ não podiam acessar a universidade, que a gente tinha espaços que a gente podia acessar. Alguns desses espaços era a prostituição, era trabalhar com a área da beleza e eu não tenho nada contra, inclusive sou cabeleireiro, foi inclusive de sobreviver nessa sociedade de trabalho laboral, assim que é o que me sustenta digamos, né. Por muito tempo a sociedade determinou os nossos espaços. O ativismo na academia é tão importante quanto, a produção científica, é tão importante quanto o ativismo e a militância em qualquer outro lugar. Então tu não tem que te sentir [...] menos militante ou menos ativista porque tu está na academia, é importante também.

A sexualidade é uma categoria que sempre me atravessou. Crescer LGBTI+ em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul arraigada aos “ideais tradicionalistas”, para mim, foi o mesmo que crescer isolado em uma ilha. Aprendi a ser quem sou entre adjetivos pejorativos como “bichinha” e “viado”, ambos ressignificados e hoje vistos como empoderadores. Essas experiências na infância me atentaram para perceber e questionar padrões socialmente impostos, como gênero e sexualidade. Anos mais tarde, já no ensino superior, tomei conhecimento do fato de o Brasil ocupar o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam LGBTI+ no mundo (LAGATA; BALZER; BARREDO, 2016). Nesse momento compreendi a urgência de abrir, problematizar e divulgar o debate sobre sexualidade no Brasil. Foi através da academia, ao ler autores como Foucault e Butler, que “normalizei” o que é “normal”, isto é, que entendi que não estava isolado.

Na graduação, pesquisei a refração da realidade homofóbica brasileira no jornalismo. Quando parti para o mestrado, sabia querer pesquisar sexualidade, mas atrelada ao campo teórico. Durante uma reunião do Grupo de Antropologia e Direitos Humanos (GANDH) o Conselho apareceu como um possível objeto. Confesso que não tinha ideia do que um conselho municipal fazia ou significava e, mesmo assim, topei o desafio. Um novo universo se abriu para mim, agora vinculado à esfera sociopolítica da sexualidade. Através do conselho, conheci a história do Movimento LGBTI+ brasileiro, a importância da luta e a trajetória que possibilitou o exercício de uma cidadania LGBTI+ no país, ainda que o contexto necropolítico (MBEMBE, 2016) nos exponha a diversas formas de violência, sendo o desamparo estatal uma delas.

Por conta de todos os atravessamentos com a temática de pesquisa até aqui resumidos, optei por construir um texto escrito em primeira pessoa. Durante a estruturação da narrativa desta dissertação, me percebi dentro de vários momentos e outros tantos deles analisados sob a minha ótica enquanto pesquisador. Sendo esta uma pesquisa qualitativa e etnográfica, torna-se indissociável o eu-pesquisador do fenômeno-objeto. Desloquei-me, mesmo que virtualmente, para dentro do Conselho e o observado, junto das entrevistas realizadas on-line, resulta nesse trabalho. Vale ainda explicar outras duas características adotadas na escrita ao longo dos capítulos que seguem.

O Movimento LGBTI+ brasileiro é um movimento social heterogêneo. Agrupadas em um acrônimo que reflete uma coletividade imaginada (AGUIÃO, 2016; 2020), cada letra representa uma luta e uma pauta específica que podem até se

tangenciar em alguns momentos, porém, não são as mesmas. Para exemplificar de maneira simples: as reivindicações de um homem gay cis são completamente diferentes das de uma mulher trans. Esses embates não costumam aparecer “da porta para fora” e, talvez por conta disso, hoje tenhamos uma ideia de Movimento, desconstruída pelas/os entrevistadas/os que dizem não o entender enquanto unidade.

Ao longo do texto, os entraves aparecem de diferentes formas, inclusive no acrônimo utilizado. Adoto LGBTI+ como padrão em consonância com as referências pesquisadas atualmente, mas, o Conselho utiliza LGBT. Nas entrevistas, as/os conselheiras/os também se referem ao Movimento com diferentes variações do acrônimo. A meu ver, essa pluralidade aponta para a riqueza do campo e representa uma luta contínua, uma busca para que mais pessoas possam somar à pauta e performar outros gêneros e sexualidades. Além disso, a fim de deslocar o feminino para o centro do debate, inverte a lógica da gramática da língua portuguesa e me refiro às/aos entrevistadas/os no feminino quando tratadas no plural. Acresci /o nas palavras para permitir uma flexibilização para o masculino se necessário, pois utilizo siglas para referir as/os conselheiras/os em função de manter o anonimato das/os sujeitas/os de pesquisa.

Organizei o trabalho em três capítulos, cada um com seus respectivos subtítulos. O primeiro capítulo parte da denúncia à precariedade (BUTLER, 2019) a qual LGBTI+ são submetidos no Brasil. Sendo assim, discuto a biopolítica (FOUCAULT, 1999b) expressa em uma necropolítica (MBEMBE, 2016) que expõe vidas ao poder da morte e a condições precárias e a resistência de gerações de ativistas LGBTI+ em uma trajetória de mais de 40 anos de atuação sociopolítica. Isso porque, é necessário que estejamos munidos com os contextos “de onde viemos” para nos apropriarmos de um *locus* de estudo local e situar o cenário de implementação e atuação do Conselho LGBT de Pelotas.

Para avançar, faz-se necessário delimitar os caminhos exploratórios e analíticos. Nesse sentido, o segundo capítulo apresenta o percurso metodológico para alcançar os objetivos propostos com esta pesquisa. A saber: uma análise da atuação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas na luta pela reivindicação e garantia de direitos em um contexto pandêmico e de desmonte de direitos sociais. Para tanto, descrevo como o estudo etnográfico será desenvolvido e trago revisões bibliográficas sobre etnografia virtual (FERRAZ; ALVES, 2017;

SEGATA, 2020), uma vez que a pesquisa ocorrerá em formato on-line, e conselhos gestores de políticas públicas (GOHN, 2006; GOMES, 2015; SIMÕES, 2012). Ao final do capítulo, chegamos a tudo o que sabemos sobre o Conselho “até agora”.

Por fim, ao prosseguir em direção ao objeto e adentrar o campo de pesquisa, o encontrado foi diferente do que se imaginava, possivelmente por conta da dinâmica remota e on-line. A experiência, junto da descrição das reuniões observadas e das entrevistas realizadas, é descrita no terceiro capítulo, além das pautas abordadas pelo órgão durante o período estudado. De antemão, posso destacar o lugar de fala (RIBEIRO, 2017) das/os conselheiras/os, que confere legitimidade ao espaço destinado para a sociedade civil dentro do Conselho e oportuniza a luta por um efetivo lugar de escuta no município. Apesar de embates e adversidades, tanto internas, quanto externas, ressalto a luta coletiva como um caminho para construir outras sociabilidades possíveis aos LGBTI+ pelotenses.

Enquanto estava “em campo” (entre aspas por se tratar de um campo remoto e on-line) compreendi a grandiosidade do objeto que se mostrava à minha frente e a responsabilidade deste trabalho. Posso dizer que tenho o privilégio de pesquisar o primeiro colegiado municipal LGBT de Pelotas e o segundo Conselho Municipal LGBT do Rio Grande do Sul. Esta dissertação, portanto, se propõe a registrar a implementação e atuação do órgão no município e a produzir conhecimento sobre a participação social LGBTI+ na esfera municipal, visto que não encontramos outros trabalhos sobre a temática. Além disso, é um dos primeiros trabalhos desenvolvidos no PPG em Política Social e Direitos Humanos da UCPel que se propõe a discutir a esfera da sexualidade.

Torço para que o Conselho LGBT de Pelotas e este trabalho sejam os primeiros de muitos. Que a partir dessa dissertação uma discussão seja aberta e que nos atentemos para a necessidade e urgência de produzir mais conhecimento e dados sobre LGBTI+. Se por muito tempo a sociedade impôs que a academia não era um local para ser ocupado pelos nossos corpos, digo que agora é. Quando retornar, espero encontrar outros LGBTI+ na academia, somar à luta, problematizar e tensionar o padrão cisheteronormativo compulsório, pois a partir de agora, posso dizer que também sou um militante e ativista LGBTI+ e a resistência acontece no presente, em todas as esferas.

1 SEXUALIDADE, GÊNERO E UM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MAIOR EXPRESSÃO NO BRASIL

Categorias como gênero e sexualidade sempre estiveram presentes nos debates, seja na centralidade ou tangenciando as discussões e disputas de poder. Por conta disso, não se pode avançar no proposto por esta pesquisa sem antes falar sobre gênero e sexualidade. Parto da denúncia da violência física, moral e legal contra a população LGBTI+ no Brasil para situar o pano de fundo de um dos movimentos sociais de maior expressão no país. Ao longo deste primeiro capítulo, discute-se a biopolítica expressa em uma necropolítica que expõe vidas ao poder da morte e a condições precárias e a resistência cotidiana de gerações de ativistas LGBTI+ em uma trajetória de mais de 40 anos de atuação sociopolítica.

Isso porque, entendo ser necessário compreender os contextos nacionais anteriores, isto é, “de onde viemos”, para nos apropriarmos de um *locus* de estudo local. É preciso que estejamos munidos com a historicidade do Movimento LGBTI+ para situar o cenário de implementação e atuação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. A partir de então, escolhi sistematizar essa temática no primeiro capítulo desta dissertação a fim de propor e apontar possibilidades de caminhos “para onde vamos”. Até mesmo porque, essa foi a primeira leitura feita para me aproximar do objeto escolhido e, assim, poder desenvolver um estudo etnográfico.

1.1 NÃO IMPORTA O QUE DIZEM: SOMOS LEGÍVEIS

O que une determinado grupo? As razões e motivações podem ser diversas. No entanto, este trabalho elege estudar o Movimento LGBTI+ no Brasil, em específico a conformação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Sendo assim, ao retomar a pergunta de abertura deste texto, podemos sublinhar as palavras de Judith Butler (2019) ao assumir que se aceitarmos a existência de normas sexuais e de gênero que condicionam quem será reconhecível como “legível”, resta aos “ilegíveis” constituírem grupos para desenvolver formas de se tornar legíveis uns para os outros, pois “eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero [e de sexualidade] e como essa exposição comum pode se tornar a base para a resistência” (p. 45). A “ilegibilidade” dos sujeitos que rompem tais

normativas, no Brasil, se reflete no alto índice de violência contra a população LGBTI+ e escancara uma violência estrutural da sociedade brasileira.

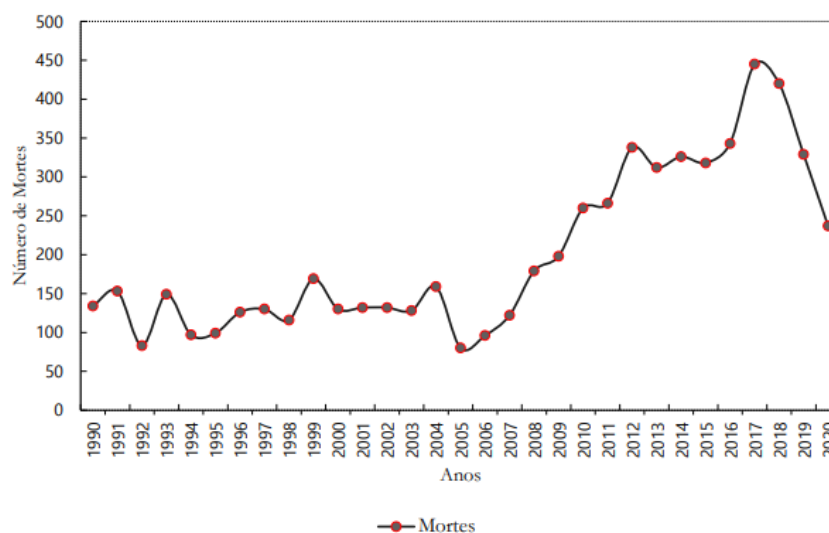
Segundo o Observatório das Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, elaborado através de um esforço coletivo entre Acontece Arte e Política LGBTI+ e o Grupo Gay da Bahia (GGB), considerado há mais de 40 anos o responsável por monitorar os índices de violência contra a população LGBTI+ no Brasil, o país registrou 237 mortes em 2020. O número é 28% inferior se comparado com os dados divulgados em 2019, porém, ainda conforme o documento, não há motivos para comemorar, uma vez que a redução não se deu pelo incentivo do Estado na promoção de políticas públicas de inclusão e proteção do segmento, mas possivelmente por conta de uma oscilação numérica imponderável e pela enorme subnotificação encontrada durante as buscas, pesquisas e registros e também pelo desmonte, sobretudo a partir de 2018, dos investimentos em políticas públicas e campanhas de incentivo à denúncia e proteção às vítimas. Outro alerta destacado para a subnotificação dos casos são os efeitos provocados pela pandemia de Covid-19, que impôs como medida de contenção o isolamento físico, além da recomendação para uso de máscaras e álcool gel, e intensificou o isolamento de muitos LGBTI+, população altamente impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços.

É inegável a existência da violência contra essa comunidade. Ao mesmo tempo, destaca-se que não é uma violência qualquer fruto de um processo de formação socioespacial desigual, é uma violência que mata, fere e brutaliza esses corpos, expondo-os ao ridículo e a extremos processos de exclusão por serem quem e como são (GASTALDI; MOTT; et al, 2021, p. 10).

Quando olhamos para um período de 30 anos, entre 1990 e 2020, em um primeiro momento, se evidencia um significativo crescimento, conforme ilustra a Figura 1 abaixo. Em 1990 foram registrados 164 assassinatos de LGBTI+, já em 2010, 20 anos depois, percebe-se um aumento de 60% ao contabilizar 260 mortes. O ano com maior índice é 2017, quando 445 mortes foram documentadas no país. Novamente: apesar da queda demonstrada no gráfico, ainda não há motivos para comemorar (GASTALDI; MOTT; et al., 2021). O esforço em documentar e divulgar dados como esse tem o intuito intencional de evidenciar e trazer para a discussão as diferentes questões que envolvem a violência e os processos de violação aos quais LGBTI+ são submetidos cotidianamente por não conformarem um padrão socialmente imposto, referenciado a

partir da heteronormatividade compulsória (BUTLER, 2016), binariedade e cisnormatividade - esta que é mantida por uma organização *cistêmica* de ações, noções discriminatórias e inferiorizantes de maneira institucional e/ou individual contra pessoas trans, a fim de afirmar que travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculines e demais pessoas trans são seres inferiores, que deveriam ocupar um lugar subalterno na sociedade. Ou seja, uma instituição social que torna “legível” unicamente pessoas cisgêneras em detrimento de transgêneros, “através da sub-representação e invisibilidade, a fim de assegurar o status quo das identidades cis como o padrão hegemônico de ser e existir na sociedade” (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 8).

Figura 1 – Gráfico número de mortes LGBTI+ por ano: 1990 a 2020



Fonte: Observatório das Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020

Os dados não se encerram aí. Em 2020, o Brasil continuou a figurar o 1º lugar no ranking dos países que mais matam travestis e transexuais¹. Conforme o Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020, foram encontrados 175 assassinatos, todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento. O documento também chama a atenção para a subnotificação, ausência de dados governamentais e explicita a necessidade de políticas públicas focadas na redução desses homicídios e do acesso às

¹ Posição que ocupa desde 2008. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

políticas de assistência, bem como outros fatores que colocam essa população como o principal grupo exposto a diversas formas de violência. Para Benevides e Nogueira (2021), o aumento da violência é uma denúncia à perseguição de setores conservadores do Estado às pautas pró-LGBTI+ e a campanha de ódio contra a chamada “ideologia de gênero”. No caso de pessoas trans, a pandemia de Covid-19 não foi responsável por uma redução nos números de assassinatos, pelo contrário, os índices aumentaram.

Nossas pesquisas estimam que cerca de 70% da população de travestis e mulheres transexuais não conseguiram acesso às políticas emergenciais do Estado, devido à precarização histórica de suas vidas, chegando a terem perda significativa em suas rendas. Assim, não resta outra opção, a não ser continuar o trabalho nas ruas, impondo que tal grupo se exponha ao vírus em todas as fases da pandemia (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 8).

Cabe mencionar que a brutalidade cotidiana à qual travestis e transexuais são submetidas no Brasil e no mundo banaliza os dados aqui explicitados. Muitas são enterradas como “indigentes” ou com o nome de registro em função da não aceitação familiar. Nesse cenário, produzir dados estatísticos sobre a violência contra LGBTI+ configura-se também como uma forma de fazer justiça, de promover o reconhecimento da vida dessas pessoas e de permitir que o luto por essa perda seja vivido. Além de ser reconhecido como mais uma arena da política para os movimentos sociais, responsável por fomentar outras estratégias e pela denúncia e exposição do Brasil na arena internacional.

Thiago Coacci (2020) destaca que mesmo que ciência e política pareçam esferas independentes, no projeto moderno o conhecimento científico e os dados estatísticos possuem papéis fundamentais de fornecer uma retórica política secular que se contraponha aos discursos transcendentais de autoridade e mecanismos para os estados efetivamente conhecerem e poderem manejar mais facilmente sua população. Portanto, a ausência de conhecimento sobre determinado grupo (tema/ assunto/ sujeitos) se situa no interior de uma análise das relações de poder e desigualdade que estruturam o campo científico e orientam para prioridades, produzindo, como consequência, ausências, esquecimentos e silenciamentos.

Não só a ausência (ou não) de conhecimento sobre determinado grupo se situa no interior de relações de poder; gênero e sexualidade também, pois neste trabalho os entendo enquanto características efeito de instituições, discursos e práticas, fazendo-se e transformando-se histórica e culturalmente, reproduzidas através de uma constante

negociação com o poder, este que é uma questão de relações complexas e não uma característica inerente a um sujeito ou classe específico (SPARGO, 2017). Essa concepção não implica uma negação da materialidade dos corpos; mas uma ênfase nos processos e práticas discursivas que “fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos” (LOURO, 2004, p. 80).

A tomada do gênero e da sexualidade em negociação com poder hierarquiza as normativas dominantes, de modo que estejam a “serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar” (FEDERICI, 2017, p. 18). Sendo assim, a fim de atender às necessidades do sistema capitalista, normas foram impostas e reguladas aos sujeitos com intuito de estimular uma população procriadora com raízes no advento da propriedade privada, que segundo Friedrich Engels (1984), forneceu os subsídios necessários para produzir a desigualdade sexual e de gênero conforme conhecemos hoje (a ressaltar: cisheterossexual e binária). Uma vez que nas primeiras sociedades humanas a divisão sexual e de gênero no interior dos sistemas de produção ocorria de forma complementar, em vez de hierárquica.

Por sua vez, a assunção da vida pelo poder sobre as sociedades se deu a partir do século XIX e pode ser explicada sob o pano de fundo da teoria clássica da soberania, pois um dos atributos desse pensamento é o direito de vida e de morte. Em outras palavras, o soberano pode fazer morrer e deixar viver e o súdito é visto como neutro do ponto de vista da vida e da morte – não consideradas enquanto fenômenos naturais localizados fora do poder político. Depois, “este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 1999b, p. 287). Essa transformação é fruto do desenvolvimento de técnicas de poder que começaram a aparecer nos séculos XVII e XVIII, centradas em dois polos interligados por um feixe intermediário de relações. O primeiro polo, com foco no corpo como máquina, pode ser entendido através das instituições (escola, hospital, quartel, etc.) e compreende todos os procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas anátomo-política do corpo humano: seu adestramento, a ampliação de aptidões, extorsão de forças, a integração a sistemas de controle, etc. Já o segundo, abarca o corpo-espécie, os mecanismos regulamentadores e o Estado, ou seja, os processos de fecundidade, reprodução, natalidade, longevidade, enfermidade e mortalidade de uma população. Conforme

Foucault (2020), tais processos são assumidos mediante uma biopolítica da população, uma série de intervenções e controles reguladores.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, dessa grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (p. 150).

Assim se inaugura a era de um biopoder, ou seja, de controle e agenciamento da vida - elemento considerado indispensável para o desenvolvimento do capitalismo. E surge um objeto central para essa nova tecnologia de poder: a noção de população enquanto um problema político, científico e biológico. Dessa forma, a natureza dos acontecimentos passa a ser levada em consideração e se implementam mecanismos de previsões, estimativas estatísticas e medições globais para intervir no nível geral do que determina os fenômenos.

Portanto, trata-se de uma tecnologia do corpo, num caso individualizado como organismo dotado de capacidades, mas também de uma tecnologia que insere os corpos em processos biológicos de conjunto – um processo que vai da anátomo-política do corpo ao corpo-espécie. Pois, “é no adestramento, no controle dos hábitos e na naturalização dos meios de controle que se dá o ordenamento social e territorial” (MONDARDO, 2009, p. 4). Sendo que os mecanismos disciplinar e regulamentadores de poder e dos corpos/população não estão no mesmo nível e, ao invés de se excluírem, podem articular-se um com o outro. Nessa intersecção emerge, como exemplo, um dos temas deste trabalho: a sexualidade, pois “ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 1999b, p. 300). Para garantir a eficácia e coerência da articulação de ambos os mecanismos, aplicam-se normas e realizam-se investimentos continuados, reiterativos e repetidos, produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos (LOURO, 2004).

A sexualidade, a partir do momento em que foi posta em discurso, também foi cuidadosamente “encerrada” dentro de casa e confiscada pela família conjugal a fim de manter a função meramente reprodutora de seu exercício. Essa nova formação

discursiva conferiu centralidade à sexualidade na compreensão e organização da sociedade.

Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 2020, p. 7-8).

Quem transgredir as normas de gênero e sexualidade é marcado como um sujeito diferente, desviante, tratado como infrator que deve sofrer penalidades. De acordo com Louro (2004), esses sujeitos acabam por ser punidos, de alguma forma e, possivelmente, experimentarão o desprezo ou a subordinação e serão rotulados e isolados como minorias; talvez suportados, desde que encontrem seus guetos² e permaneçam circulando nesses espaços restritos. Butler (2019) lembra que os processos de formação de gênero e sexualidade, os efeitos de modelos de poder que têm como objetivo a produção das diferenças de gênero e sexualidade, caminham lado a lado com a desigualdade. Assim, quando os mecanismos biopolíticos se instauram e regulam uma norma heterossexual compulsória, a partir da qual “homens e mulheres se veem solicitados ou forçados a ser heterossexuais” (SALIH, 2018, p. 71), uma epistemologia do armário (SEDGWICK, 2007) toma fôlego e assume papel na produção da cultura ocidental.

Estrutura definidora da opressão LGBTI+ desde o século XX, o armário está presente na dissolução das barreiras entre o público e o privado (si e o corpo) e, para muitas pessoas, se configura uma característica fundamental da vida social. O falar, expor e assumir uma sexualidade diferente da norma perpassa intuições e convicções cristalizadas, mas que há um tempo já haviam estabelecido circuitos de forças silenciosas de desprezo, chantagem, deslumbramento e cumplicidade. Portanto, nesse sistema ser LGBTI+ significa “ficar sob as tutelas radicalmente sobrepostas do discurso universalizante dos atos e do discurso minorizante das pessoas” (SEDGWICK, 2007, p.

² Os guetos podem ser entendidos de forma contraditória. Para alguns, representam justamente um espaço restrito de vivência; para outros, espaço de visibilidade. No caso de LGBTI+, macro objeto desta pesquisa, estão diretamente associados com o mercado GLS e, muitas vezes, são compreendidos a partir de áreas urbanas, normalmente próximas ao centro ou a uma região boêmia, na qual se concentram bares, restaurantes e boates destinados ao público LGBTI+.

47). Uma situação biopolítica a qual diversas populações estão cada vez mais sujeitas e expostas ao que Butler (2019) chama de precarização. Para a autora, a biopolítica excede os poderes que organizam a vida e compreende também aqueles que expõem diferencialmente as vidas à condição precária como parte de uma administração maior das populações, seja por meios governamentais ou não governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si.

Mbembe (2016) avança a discussão biopolítica ao pensar as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte ao propor os conceitos de necropoder e necropolítica, isto é, a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é o ‘descartável’ e quem não é” (p. 135). O filósofo também estabelece uma correlação entre soberania, morte e sexualidade, na qual a sexualidade está associada à violência e à dissolução dos limites de si e do corpo por meio de dois impulsos humanos polarizados (excreção e apropriação) e dos tabus em torno deles. Cabe ressaltar que o caráter de violência da sexualidade nesse sistema abrange as esferas moral, simbólica, verbal, institucional e estrutural.

No mesmo caminho, pode-se tomar o que Butler (2019) define por “precarização”: a situação politicamente induzida a qual determinadas populações sofrem consequências do desmonte de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras e, assim, ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Também, a condição de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica ou a “outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes” (p. 41). Dentro dessa lógica, de quem são as vidas que importam? De quem são as vidas não legitimadas como vivíveis? Quem são os sujeitos passíveis de serem reconhecidos como sujeitos de direitos?

Se compreendermos que há uma biopolítica expressa em uma necropolítica contemporânea que expõe vidas ao poder da morte e a condições precárias, os altos índices de violência e assassinatos de LGBTI+ no Brasil podem ser tomados como um exemplo material desse sistema. Ainda assim, esses sujeitos encontraram brechas para se tornarem legíveis uns para os outros; para assumirem-se e para viver seu gênero e sexualidade de forma plena. Hoje, reunidos em um grupo, conformam um dos movimentos sociais de maior expressão no país, basta que se observe uma foto de uma

das Paradas do Orgulho para perceber as multidões LGBTI+. Que outro grupo leva tantas pessoas às ruas anualmente? Mesmo que situados sob um terreno movediço, as mobilizações e reivindicações já suscitaram projetos de leis, formulação e implementação de políticas públicas, produção de conhecimento acadêmico, setoriais em partidos políticos, igrejas para homossexuais, paradas, festivais e mostras de arte (FACCHINI; LINS FRANÇA, 2009).

Com isso, se torna inegável reconhecer os avanços conquistados pelo Movimento LGBTI+ no Brasil, seja através de marcos legal ou moral. Podemos mencionar aqui, como exemplo, algumas das conquistas históricas responsáveis por reorganizar agendas e pautas sociopolíticas do Movimento: o casamento igualitário em 2013, a alteração do registro civil de pessoas transexuais sem laudo médico, a criminalização da LGBTfobia em 2019 e a derrubada da restrição de doação de sangue por homossexuais em 2020 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Esse cenário nos conduz às eleições municipais de 2020, que registrou recorde de candidaturas LGBTI+, somando mais de 449 candidatos e candidatas em todos os estados, sendo 90 eleitos em 17 estados e 72 cidades, segundo dados do coletivo #VoteLGBT³. Paradoxalmente, todos esses marcos citados acima como avanços, se deram em meio ao contexto necropolítico e precário que, atualmente, também se manifesta nas mudanças na estrutura estatal que desmonta canais de participação e ataca os movimentos sociais. No entanto, sujeitos LGBTI+ conseguem se unir, resistir e até mesmo conformar um Conselho Municipal em Pelotas, cuja análise da luta por reivindicação e garantia de direitos em um contexto de desmonte de direitos sociais se configura como objetivo geral desta pesquisa.

Para melhor compreender como chegamos até a conformação de conselhos na luta histórica do Movimento LGBTI+ brasileiro, passemos a uma revisão da trajetória percorrida por esses grupos no país. Vale ressaltar que toda periodização envolve disputas de poder e lutas por reconhecimento, assim, em vias de construir uma narrativa histórica do Movimento, é comum descrevê-lo dividido em ondas, isto é, “períodos mais ou menos delimitados no tempo e caracterizados por um tipo de concepção e prática política dominante” (GOMES; SORJ, 2014, p. 435). No esforço de sistematizar a diversidade e multiplicidade que perpassa o Movimento LGBTI+ no Brasil, a

³ O coletivo atua em busca do aumento de representatividade LGBTI+ em todos os espaços, principalmente na política. Disponível em: <https://votelgbt.org/eleicoes>. Acesso em: 11 jul. 2021.

literatura específica sobre o tema é consensual ao identificar três ondas de mobilização: a primeira, compreendida entre 1978 e 1983, quando os primeiros grupos tomam forma; a segunda, de 1983 até 1990, marcada pela desmobilização política por conta da epidemia de HIV/aids; e a terceira, a partir de 1990, com a forte institucionalização do Movimento. Leituras recentes já apontam para uma quarta onda a partir da análise das atuais mobilizações, atuações e disputas entre os diferentes segmentos abrangidos pelo acrônimo complexificado em um contexto de retirada e desmonte de direitos sociais, sobretudo desde 2010.

1.2 DAS CORES EMERGE UM MOVIMENTO

O episódio conhecido como “revolta de Stonewall” ou “rebelião de Stonewall”, ocorrido em 28 de junho de 1969 no bar *Stonewall Inn*, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, é considerado um marco para a pauta LGBTI+ ocidental. A forte reação da comunidade que frequentava o bar a uma intervenção policial de rotina no local inaugura uma nova postura política com ênfase no sentimento de potência, resistência e luta por direitos. Hoje, a data é mundialmente reconhecida como “Dia do Orgulho LGBTI+”. No entanto, o episódio não ressoou significativamente em território brasileiro. Até mesmo porque, a história da América Latina está galgada a um tipo de dominação dos corpos subjugados à raça e sexualidade como parte do projeto colonizador e, por conta dessa história marcada pela exclusão e opressão, a normalização em termos de cidadania se tornou o principal eixo político dos movimentos de dissidência sexual (TRINDADE, 2018). Por aqui, a onda política LGBTI+ chegou uma década depois (e se impôs), no final dos anos 1970, período de transição política em um contexto histórico marcado pelos movimentos de contracultura, busca por visibilidade e cidadania. Nesse cenário, diversos movimentos sociais lutaram por reconhecimento na cena política, por participação política, justiça social e por liberdades públicas.

A grande greve organizada em maio de 1978 pelos sindicalistas metalúrgicos e a liberalização política do regime ditatorial no Brasil serviram de base e exemplo para outras categorias fazerem suas reivindicações e contestarem o status quo. Junto a isso, o movimento estudantil se reorganizou e movimentos como o feminista e negro retomaram antigas demandas e formularam novas estratégias autônomas de atuação. Em

abril de 1978 foi publicada a edição zero do *Lampião da Esquina*, jornal voltado para homossexuais, militantes feministas, negros e indígenas, as chamadas “minorias”, termo empregado de forma qualitativa para designar grupos que sofrem opressão e ocupam posição de não dominação junto ao corpo social (SIQUEIRA; CASTRO, 2017).

A publicação é considerada um marco na história editorial brasileira, pois se trata do primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público LGBTI+. A ideia do jornal surgiu com a visita do editor da *Gay Sunshine Press*, de São Francisco, Califórnia, Winston Leyland, ao Brasil. O editor veio à procura de autores brasileiros para fazer uma antologia da literatura gay latino-americana.

Do número um até o fim dos seus dias, o *Lampião* tentou ‘iluminar’ boa parcela da comunidade homossexual. O jornal publicou grandes reportagens, abordando temas que falavam da situação dos homossexuais em Cuba, passando pela posição da Igreja em relação ao ‘homossexualismo’ e reportagens sobre as travestis cariocas (RODRIGUES, 2018, p. 239-240).

Temáticas gays masculinas ocupavam a centralidade das discussões, o que não impediu que o *Lampião* fosse um dos propulsores da visibilidade lésbica, pois até então o setor era desconhecido e ignorado, mesmo entre pautas feministas (MACRAE, 2018), o que chama atenção para o lugar, ou não-lugar, ocupado pela categoria. O jornal visava atender a um público diverso e com muitas particularidades, pois procurava uma identificação com aquele que o lê através de uma proposta de criar uma consciência homossexual, assumir-se e ser aceito por meio de denúncias, opiniões e reportagens. Durante todo o seu tempo de vida, não perdoou aqueles que, de alguma forma, eram homofóbicos e as notas de desagravo eram constantes.

[...] *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura:⁴ onze homens maduros, alguns muito conhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados ‘secundários’ – tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo -, e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros de locais de pegação guei nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como *viado* e *bicha*), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusive frente aos

⁴ Sabemos que no contexto atual, a reunião de onze homens, principalmente intelectuais reconhecidos, já não representa mais uma ruptura. No entanto, o trecho de Trevisan (2018a) destacado se refere a um determinado momento sócio-histórico no qual falar abertamente sobre a homossexualidade significava um ato disruptivo.

diversos grupos da esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções (TREVISAN, 2018a, p. 317).

O Lampião inaugurou não só as bases para o florescimento de um ativismo LGBTI+ no país, como também um novo tempo na história da mídia impressa gay no Brasil. Toda a imprensa anterior dirigida à comunidade LGBTI+ era por e para grupos de amigos e, de certa forma, ingênua e frágil (RODRIGUES, 2018). No campo ativista, há registros desde os anos 1950, ainda que na forma de associações focadas na sociabilidade e de publicações artesanais nas grandes cidades e tentativas de organização de congressos homossexuais ou travestis em estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba e Ceará já na segunda metade dos anos 1960 (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020). Na academia, o único trabalho anterior que se tem notícia é a monografia *Homossexualidade masculina em São Paulo*, defendida na USP em 1958, por Barbosa da Silva e orientada por Florestan Fernandes. Contudo, não há exemplar na biblioteca da universidade (MACRAE, 2018). Portanto, a história do Movimento LGBTI+ brasileiro se confunde com a história do *Lampião da Esquina*.

Tanto que por conta do debate público das pautas publicadas no jornal em seguida se formaram grupos de militância gay e lésbica, sendo o *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, em São Paulo, considerado o primeiro a levantar a bandeira política da homossexualidade no Brasil. Os integrantes eram majoritariamente homens gays, com poucas lésbicas que iam e vinham. Nos encontros, se debatiam matérias jornalísticas que depreciavam homossexuais e eram lidos os números do *Lampião da Esquina*. De acordo com MacRae (2018), foram necessários diversos encontros para se construir objetivos comuns, pois a vivência da sexualidade se mostrava bastante diversa entre os participantes. Nesse contexto, esvaziou-se o termo *bicha* de suas conotações negativas enquanto postura política para combater o estigma sentido pela maioria. E, nas palavras de Facchini e Lins França (2009):

[...] frases como ‘o movimento homossexual é revolucionário e não apenas reformista!’ marcavam a ênfase do momento, em que se formularam muitas das principais demandas trazidas pelo movimento até hoje: luta contra a violência e a discriminação voltadas para homossexuais, pelo ‘casamento homossexual’, pelo tratamento digno na mídia, por educação sexual nas escolas e contra a patologização de homossexuais (p. 59).

A escolha pelo palíndromo como nome do grupo refletia e reivindicava o projeto político pela afirmação do direito de ser o que se é. Quanto aos objetivos políticos, João Silvério Trevisan (2018b) resume em dois pilares: 1) a absoluta autonomia de uma voz excluída e 2) a solidariedade fundamental para consolidar essa autonomia. Segundo o autor, um dos fundadores do grupo, a proposta política de cunho inovador pretendia uma estrutura horizontal de organização a fim de evitar qualquer concentração de poder e centralização de lideranças. Por isso, subgrupos em diferentes áreas eram responsabilizados por receber novos membros, atuar externamente, divulgar, desempenhar serviços burocráticos, atividades artísticas e estudar temas abrangidos pelas pautas sociopolíticas. O fato é que antes do surgimento do *Somos*, “homossexuais só existiam publicamente nos relatos policiais e na crônica midiática mais rasteira, como motivo de perseguição, calúnia, humilhação e ataque moralista” (TREVISAN, 2018b, p. 149).

O movimento que se configurava nesse momento se produziu em diálogo com uma nova esquerda, rompendo com a esquerda considerada tradicional, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Muito em razão disso, o *Somos* é reconhecido por institucionalizar o ativismo LGBTI+ no país, porém vale destacar que não brotou em terras virgens. É importante pontuar também que, no transcorrer de sua trajetória, graves tensões começaram a abalar as estruturas internas do *Somos*. MacRae (2018) conta que de um lado se propunha um amplo engajamento em conjunto com setores da classe operária e agremiações de esquerda, com o objetivo de contribuir para a mudança do regime ditatorial. De outro, se acreditava ser necessário priorizar reivindicações relacionadas à opressão sofrida pelos homossexuais que não estavam dispostos a confiar em uma esquerda considerada por muitos como tradicional, machista e homofóbica. O embate levou a um contexto de desmobilização que, somada ao fim do *Lampião da Esquina*, em 1981, e a epidemia de HIV/aids, reduziu drasticamente as entidades brasileiras. Por conta disso, o eixo de atuação concentrado no Rio de Janeiro e em São Paulo, em um primeiro momento, mudou para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste a partir de meados dos anos 1980.

1.3 UNIDOS, MESMO QUE DESMOBILIZADOS

A década de 1980 trouxe mudanças para a postura ativista LGBTI+ que começava a se desenhar em terras brasileiras. Da edição zero do *Lampião da Esquina* até meados de 1983, a literatura específica sobre o Movimento LGBTI+ Brasileiro compreende a chamada primeira onda. A partir de então, em decorrência dessas transformações, se avança para a segunda onda. Os grupos emergentes inauguraram a prática do assumir-se enquanto ferramenta política, mesmo que utilizado por poucas pessoas e vista com desconfiança por outras tantas. Podemos acrescentar aqui, conforme Sedgwick (2007), que a imagem do assumir-se regularmente confronta a imagem do armário e a sua posição pública pode ser contraposta como uma certeza epistemológica salvadora contra a equívoca privacidade oferecida pelo armário.

Nesse segundo momento da história do Movimento, surgem grupos como o *Triângulo Rosa*⁵, fundado por João Antônio Mascarenhas, e o *Grupo Gay da Bahia* (GGB), inaugurado por Luiz Mott. A mudança geográfica para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste traz também mudanças na atuação, com caráter mais pragmático na garantia de direitos civis e contra a discriminação e violência. Passa-se a valorizar relações de âmbito internacional, a se preocupar em ter uma sede, registrar oficialmente o grupo, estabelecer diretoria e cargos e percebe-se menor resistência à institucionalidade. Conforme argumenta Facchini (2018), essas mudanças acompanharam uma reabertura de espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil, mesmo que ainda não alcançassem homossexuais diretamente, mas influenciaram os desdobramentos dos anos 1990. É no paradoxo caracterizado pelo esfriamento de um ativismo homossexual e pela redemocratização brasileira que se gestam as primeiras experiências de participação social LGBTI+, culminando nas primeiras políticas governamentais voltadas para o combate à epidemia de HIV/aids (FEITOSA, 2018).

O caráter negativo da forte associação entre homossexualidade e HIV/aids, levou muitos grupos a não priorizar uma luta em prol do combate, pois assumir essa agenda representava, entre outras coisas, se aproximar de estigmas que o Movimento buscava se dissociar, uma vez que desde sua emergência buscavam-se “referências

⁵ O grupo carioca foi atuante nos 1980. De acordo com Cristina Câmara, em artigo publicado no livro *História do Movimento LGBT no Brasil* (2018), possuiu destaque durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), em 1987, com “a demanda de inclusão da não discriminação por orientação sexual na Constituição Federal de 1988” (p. 194).

positivas” para suas identidades políticas e sexuais. No entanto, aqueles grupos que atuaram no combate à epidemia são reconhecidos pela construção de uma resposta coletiva ao HIV/aids. Trevisan (2018b) descreve o primeiro momento da epidemia no Brasil:

Em 1983, quando ainda não se tinha descoberto o vírus da Aids, as notícias eram alarmantes, e São Paulo já contava o maior número de infectados no Brasil. Nem dentro nem fora do governo, ninguém sabia com exatidão do que se tratava ou o que fazer. Entre militantes LGBT de São Paulo, o racha do *Somos* lançara estilhaços de ressentimento que provocaram espantosa desmobilização, até quase o caos político dentro do incipiente ativismo. Na mídia, os médicos mais conservadores instauravam um clima de terror e perseguição à comunidade homossexual (p. 145).

O fato é que a epidemia de HIV/aids obrigou as diversas camadas sociais a olharem e discutirem a sexualidade. Independentemente dos paradigmas, sexualidade, desejo e práticas sexuais passaram a figurar as agendas e preocupações sociais, religiosas, estatais e familiares. Este contexto também produziu outros movimentos e redes discursivas de controle e modulação de práticas de sociabilidade e afetivo-sexuais. Tudo isso contribuiu para o estabelecimento de uma corrente que se fortaleceu na medida em que as reivindicações de direitos pressionaram os atores políticos para ações que mais tarde se configuraram em uma nova política de saúde pública.

Apesar de visto como um momento de desmobilização do Movimento, o contexto levou a uma centralidade da categoria orientação sexual, obtida através do parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM)⁶ e da remoção do termo “homossexualismo” do código de doenças brasileiro em fevereiro de 1985. A conquista foi alcançada graças a uma campanha coordenada pelo *Grupo Gay da Bahia* e selou o processo de “construção da igualdade” e da produção da figura do sujeito LGBTI+ militante. Ainda mais se tratando de um grupo, pois no século XX, a durabilidade de qualquer política ou ideologia minimamente permissiva em relação à dissidência sexual pareceu depender “de uma definição de pessoas homossexuais como uma população minoritária diferenciada, qualquer que fosse a forma de sua produção ou rotulação”. (SEDWICK, 2007, p. 43). Ou seja, serviu de base para conformar, posteriormente, uma “coletividade imaginada”, conforme defende a antropóloga Silvia Aguião (2016; 2020),

⁶ O CFM antecipou-se à Organização Mundial da Saúde (OMS) que retirou o termo homossexualidade da sua lista de doenças mentais em Assembleia Geral realizada em 17 de maio de 1990. O termo “homossexualismo” foi retirado somente em 1993 através de forte pressão dos movimentos sociais.

produto e produtora de diversas relações com o Estado, movimentos sociais e academia; processo a partir do qual se produzem fronteiras, limites e adaptações de significados que conformarão sua aparência natural. Da mesma forma que a produção da representação de uma coletividade como sujeito político, neste caso, do LGBTI+ ativista, se relaciona com o acionamento de uma polissemia de linguagens que compõem o “fazer e o desfazer” dos direitos.

Uma das consequências desse período é uma reemergência e fortalecimento do Movimento LGBTI+, até então definido como Movimento Homossexual, na década de 1990. A aproximação de alguns grupos LGBTI+ e setores do Estado possibilitou articular a agenda de defesa de direitos civis ao enfrentamento da epidemia e produziu uma parceria promissora entre programas estaduais, municipais e, sobretudo, federal de HIV/aids. O que acarretou em uma dedicação e profissionalização de inúmeros ativistas LGBTI+ que aprenderam a transitar nos jogos de elaboração de políticas públicas nas instâncias governamentais e legislativas (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018).

A partir de então, os anos 1990 foram marcados por uma forte institucionalização do Movimento. O número de grupos volta a crescer e se espalha por todo o país; amplia-se a rede de relações e notam-se novos atores no campo, como a mídia, grupos religiosos flexíveis, parlamentares que incluem a bandeira dos direitos homossexuais em suas plataformas e a segmentação do chamado mercado GLS⁷, voltado para gays, lésbicas e simpatizantes. Facchini e Lins França (2009) consideram a articulação de empresários do segmento como base para uma autoestima homossexual e a formulação de uma identidade positiva. Conforme as autoras, “a ‘comunidade’, então, é muitas vezes referida em termos de como se organiza no conjunto de estabelecimentos GLS” (p. 67). Com isso, se desloca para uma visibilidade positiva, ao contrário do que podemos definir como visibilidade negativa: “políticas ostensivas, ações de repressão, remoção, enclausuramentos forçados e discursos depreciativos que se atualizam no tempo e ressonam na contemporaneidade” (LEMÕES, 2017, p. 154); e se aprofunda a *advocacy* (LIBARDONI, 2000), isto é, uma estratégia de incidência ou pressão política e de articulações mobilizadas por organizações da sociedade civil a fim de visibilizar determinadas temáticas ou questões no debate público e influenciar políticas visando à transformação da sociedade.

⁷ Para MacRae (2018), não só o homossexual virou mercado, mas também mercadoria.

1.4 TODOS OS CAMINHOS LEVAM À INSTITUCIONALIZAÇÃO

A nova década inaugura um novo momento para o Movimento LGBTI+ no Brasil, ao mesmo passo em que se acompanha também o desenvolvimento de um cenário favorável aos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir de 1992, as redes transnacionais de ativismo LGBTI+ passaram a adotar, com mais força, a incidência em fóruns da ONU como estratégia para alcançar visibilidade política, credibilidade e legitimação de suas pautas diante dos Estados-membros. Dessa atuação, resultam importantes avanços nos processos de enquadramento dos direitos LGBTI+ enquanto direitos humanos, antes apoiados nos discursos dos direitos civis, explicitados nas declarações conjuntas apresentadas em 2006, no Conselho dos Direitos Humanos (CDH), e em 2008, na Assembleia Geral (RODRIGUES; HERNANDEZ, 2020). Vale ressaltar que a noção de *direitos sexuais* vinculados à esfera dos direitos humanos se deu por conta da articulação de diferentes noções formuladas especialmente nas três últimas décadas do século XX, tais como: direitos humanos das mulheres, direitos reprodutivos ou direito à saúde reprodutiva⁸. Ou seja, a trajetória do reconhecimento dos direitos sexuais parte, primeiro, do reconhecimento da necessidade de proteger juridicamente meninas e mulheres, vistas como sexualmente mais vulneráveis, para chegar à afirmação do direito a não discriminação baseada em orientação sexual e gênero (CARRARA, 2015). Portanto, é mais um momento na história em que a pauta das mulheres se relaciona com as agendas LGBTI+.

Na terceira onda do Movimento, entre 1990 e 2010 aproximadamente, a relação com o Estado exigiu uma delimitação de sujeitos e demandas, culminando em duas diferentes respostas. A primeira diz respeito aos processos de disputa por visibilidade no interior do Movimento quando o sujeito político se complexificou. Aqui, cabe se debruçar sobre o acrônimo que o nomeia, aparecendo em 1993 como MGL (Movimento de Gays e Lésbicas), GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) em 1995 e, em 1999, como GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), também variando entre GLTB ou LGBT, conforme estratégias adotadas pelos segmentos. Somente em 2005 o B (bissexuais) foi oficialmente aprovado no país e se convencionou o T para travestis,

⁸ Definido como “a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e sem riscos” (CARRARA, 2015, p. 329).

transexuais e transgêneros. Em 2008, na I Conferência Nacional de Políticas para LGBT, a ordem se “estabilizou” ao adotar LGBT, justificado pela reivindicação de visibilidade lésbica. Contudo, atualmente, o Movimento tem incorporado demandas da população intersexual e vê-se utilizar LGBTI, muitas vezes acompanhado do símbolo + para representar outras possibilidades de gênero e sexualidade, como queer⁹, pansexuais¹⁰, assexuais, não-binários, etc. O caráter heterogêneo do Movimento articula, em cada momento histórico e contexto, concepções, valores e técnicas de intervenção.

O que obviamente não significa dizer que, nessa espécie de colcha de retalhos que são as políticas sexuais contemporâneas, algumas cores e formas não predominem ou que algumas linhas de força não ganhem destaque e desenhem um horizonte possível de transformações (CARRARA, 2015, p. 335).

A segunda resposta à “nova” relação do Movimento com o Estado, diz respeito à visibilidade massiva alcançada com as Paradas do Orgulho, fundadas a partir da crítica de uma nova geração de ativistas transgressora da imagem de “minorias” em termos quantitativos. Anualmente multidões coloridas, compostas não só por sujeitos autodeclarados LGBTI+, mas também heterossexuais apoiadores da luta, ocupam as ruas de cidades em todo o país. O Brasil rapidamente se tornou conhecido internacionalmente “pela quantidade de Paradas e pelas multidões que ocupavam as ruas em algumas capitais, como em São Paulo, que abrigou por anos ‘a maior Parada do mundo’” (FACCHINI, 2018, p. 321). De modo geral, o formato baseado em trios elétricos que festejam o orgulho com música mais do que exclamam palavras de ordem, faz com que bairros, cidades, estados e o país reflitam sobre a existência e as demandas do Movimento LGBTI+, mesmo que temporariamente.

No período também começam a se formar setoriais LGBTI+ em partidos políticos como o Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1992 e o setorial do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) em 1994. Em 1996, por exemplo, contabilizou-se ao menos 10 candidaturas para vereador

⁹ Segundo Lauretis (2019), uma identidade queer, hoje, “é mais radical que uma identidade lésbica ou gay, porque estas se tornaram respeitáveis e mesmo conservadoras – como na aspiração pelo casamento legal” (p. 399).

¹⁰ De acordo com Bulgarelli (2020), embora não haja uma definição consensual sobre a pansexualidade entre militantes LGBTI+, a categoria busca, grosso modo, descrever um posicionamento político-sexual a partir do qual o desejo e o afeto, entre humanos e de forma consentida, passam a ser modulados por critérios que não se submetem exclusivamente ao binário homem e mulher.

lançadas em defesa dos direitos humanos e da cidadania para a comunidade LGBTI+. Esse momento de uma maior participação socioestatal e de cidadanização dos sujeitos políticos teve seu ápice nos anos 2000, quando mais partidos criaram setoriais LGBTI+ vinculados a sua estrutura, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 2011; o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2012, e o Partido Verde (PV) em 2013 (CÂMARA, 2018). Historicamente, partidos de esquerda sempre estiveram mais próximos dos movimentos sociais, no entanto, também se podem identificar setoriais em partidos de centro e direita, apesar de alguns nominados de forma abrangente pela “diversidade” e não diretamente vinculados ao acrônimo LGBTI+ ou suas variações. É o caso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Democratas (DEM).

De maneira geral, a participação social LGBTI+, descrita por Feitosa (2018) como “os processos participativos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na esfera pública em busca de conquista ou efetivação de direitos negados ou violados” (p. 436), possibilitou que grupos e movimentos reivindicassem direitos, políticas públicas e garantia de cidadania. Além de que as demandas pelo reconhecimento de direitos e por formulações de políticas públicas para LGBTI+ não só reorganizaram as estruturas dos grupos de forma institucional, como também colocaram o Estado no campo de relações do Movimento, percebido com maior ênfase na virada para o século XXI. Momento em que a figura do Estado se encontrava em emergência, podendo ser descrito nos termos de Boaventura de Souza Santos (1999) do Estado como um novíssimo movimento social. A partir de uma articulação privilegiada entre Estado e sociedade civil, com papel central ocupado pelo terceiro setor¹¹, o Estado-novíssimo-movimento-social pode ser considerado um “fundamento e a orientação de uma luta política que visa transformar a cidadania abstracta, facilmente falsificável e inconsequente, num exercício de reciprocidade concreta” (p. 47). Por conta disso, vale inserir tal perspectiva ao olhar para o Movimento LGBTI+ brasileiro que, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, se insere no Estado e consolida a construção de

¹¹ De acordo com Santos (1999), o termo “terceiro setor” é uma denominação vaga, que pretende dar conta de um grande conjunto de organizações sociais que não são estatais ou mercantis, ou seja, “organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos e, por outro lado, sendo animadas por objectivos sociais, públicos ou colectivos, não são estatais” (p. 14). Nesse sentido podemos exemplificar a partir de cooperativas, organizações não governamentais, organizações de voluntariado, comunitárias etc.

direitos e políticas públicas destinadas a assegurar cidadania para os sujeitos que rompem as normas e barreiras de gênero e sexualidade hegemônicas.

Ainda nesse período, a participação social foi adotada como um método de governo e intensificou a aproximação das redes de ativismo, produção acadêmica e esferas da gestão governamental no campo do gênero e da sexualidade. Durante a primeira década dos anos 2000, esse cenário de profunda interligação favoreceu a emergência de pautas até então pouco valorizadas no âmbito das políticas governamentais e o ‘elenco de direitos’ e de sujeitos reconhecidos pelo Estado brasileiro foi sendo expandido progressivamente (AGUIÃO, 2020). É também quando vemos as primeiras ações em âmbito nacional, sendo a Frente Parlamentar Mista Pela Livre Expressão Sexual na Câmara dos Deputados em 2003 e o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) em 2004 – considerado a primeira política pública LGBTI+ nacional brasileira.

Lançado em novembro de 2004, o BSH ilustra muitas das complexidades, contradições e peculiaridades das políticas públicas LGBTI+ no Brasil, temática desenvolvida nos próximos capítulos e ilustrada a partir da implementação e atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. Parte do Plano Plurianual 2004-2007, da ação “Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais”, vinculada ao “Programa de Direitos Humanos, Direito de Todos”, definiu a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) como sua responsável pela articulação, implantação e avaliação. No entanto, o documento do Programa alerta para a abrangência de ações e define como atores para a implementação o setor público, o setor privado e a sociedade brasileira como um todo.

Dentre as ações propostas para promover a cidadania LGBT+ no país, a partir da equiparação de direitos e combate à violência e à discriminação contra essa população, respeitando a especificidade de cada letra do acrônimo, o documento lista: a) apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de promoção de autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBTI+ (CNCD, 2004).

Quando divulgadas, as propostas do BSH praticamente se confundiam com as demandas e bandeiras de luta de grupos e movimentos LGBTI+, o que “tornava difícil reconhecê-las como parte de um programa de responsabilidade do Governo Federal” (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012, p. 296). Ainda mais porque o Programa nunca assumiu forma de decreto, portaria, resolução ou qualquer outro ato normativo secundário que o formalizasse e atribuísse materialidade no universo das iniciativas do Governo Federal. Das 60 ações previstas em 11 áreas, envolvendo oito secretarias e ministérios, a partir das propostas, em 2005, foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH) e, em 2006, outros 30 em todas as capitais estaduais e em algumas das principais cidades do país com objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBTI+.

Mello, Avelar e Maroja (2012) somam ao BSH outros três principais marcos no âmbito do Poder Executivo destinados à população LGBTI+ nesse período: realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2008; lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNDCDH-LGBT) em 2009; e publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3), também em 2009. Assim pode-se dizer, conforme pontua Bulgarelli (2020), que a trajetória do Movimento LGBTI+ se confunde, em certa medida, com os mecanismos de constituição formal da democracia participativa no Brasil.

1.5 NOSSOS CORPOS SÃO A NOSSA BANDEIRA

A onda marcada pela forte institucionalização do Movimento LGBTI+, responsável pelas primeiras políticas públicas e ações de âmbito nacional, começa a perder força a partir de 2010, quando se percebe com maior visibilidade os primeiros sinais de uma ofensiva conservadora contrária aos direitos sociais, sexuais e reprodutivos. Somada a uma atribuição sinônima da imagem dos governos petistas à corrupção política no país e mobilizações nas redes e nas ruas que colocam a jovem democracia brasileira em risco e nos levam a olhar e a (re)pensar os processos em curso nos campos ativistas (FACCHINI, 2018). Cabe acrescentar ao contexto, no universo das instituições políticas, o crescimento de bancadas fundamentalistas religiosas nas casas

legislativas de todo o país, a eleição de Jair Bolsonaro por parte da sociedade brasileira, um presidente assumidamente homofóbico “com muito orgulho”¹² e sua política de governo genocida. Facchini, Carmo e Lima (2020), ao analisar os movimentos feminista, negro e LGBTI+, chamam atenção para um alargamento da compreensão de ativismo, bem como nos modos de atuação, muitos dos quais deixam de ter o Estado e sua figura como o principal interlocutor. A mudança na estrutura de oportunidades e desmonte da participação representa novos desafios políticos ao Movimento LGBTI+ e faz emergir nas artes e nos produtos culturais, por exemplo, potentes estratégias para produzir outras subjetividades e confrontar a misoginia, o sexismo e o racismo.

Apesar de a produção artística brasileira como um todo problematizar normas sexuais e de gênero desde antes, recentemente, passou-se a perceber com mais intensidade outros coletivos e artistas que interpretam suas manifestações como uma forma de fazer política diferente das utilizadas pelos movimentos ditos “tradicionais” LGBTI+. O uso de novas tecnologias e de redes sociais, produções voltadas para as ruas e horizontalidade são algumas características encontradas nos trabalhos dos atuais “artistas”. Conforme Colling (2018),

[...] vivenciamos um período de subjetividades flexíveis, perversamente apropriadas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que forças conservadoras se articulam e retomam discursos de regimes ditatoriais e, no meio desse turbilhão, determinadas pessoas reagem, tentam produzir outras mensagens que, ao mesmo tempo, também não estão necessariamente imunes à lógica do capital sobre as suas produções pretensamente desestabilizadoras e subversivas (p. 160).

Além disso, dentre algumas estratégias adotadas por esses artistas e coletivos, o autor ainda destaca a utilização do campo da cultura como meio a partir da compreensão de que os preconceitos nascem aí; a crítica às propostas dos marcos legais, em especial quando estes reforçam normas ou instituições disciplinadoras de gênero e sexualidade; uma visão para além dos binarismos, com duras críticas às perspectivas biologizantes; uma compreensão da fluidez e caráter construtivo das identidades; e a rejeição de uma “imagem respeitável” perante a sociedade para adquirir respeito e/ou direitos. Essas noções pautadas pelos artistas atualmente estão diretamente ligadas a uma perspectiva

¹² A afirmação foi proferida em vídeo de 2013, disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>. Acesso em: 17 de abr. 2021.

dos estudos queer, de teorias interseccionais, feministas e decoloniais¹³, difundidas no Brasil através da ampliação do acesso ao Ensino Superior e de aportes teóricos facilitados com a disseminação da produção científica sobre categorias como gênero, corpo, sexualidade e suas articulações políticas. Também cabe mencionar a popularização da internet, o seu uso por atores sociais (no investimento em carreiras políticas ou como influenciadores digitais) e a mudança no papel da mídia. Segundo Câmara (2018), há um expressivo crescimento na qualidade da mídia alternativa, bem como, novos veículos de comunicação e expressão, especialmente on-line, mas não só.

De modo geral, nos processos políticos contemporâneos, nota-se uma centralidade do corpo, tendo por ênfase a experiência como base de legitimação em vez de identidades comumente pautadas pelo essencialismo estratégico. Ou seja, acionam-se as “transidentidades, as lesbianidades, e as bichas, sapatões e trans pretas e/ou periféricas ou soropositivas, empoderadas e com formas de visibilidade renovadas” (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020, p. 13). Trata-se de corpos-bandeira, conceito utilizado por Gomes e Sorj (2014) ao estudar a *Marcha das Vadias* no Brasil, onde o corpo, pelo artifício da provocação, é usado para questionar as normas de gênero, em especial as de apresentação no espaço público e, ao mesmo tempo, “é um artefato no qual cada participante procura expressar alguma mensagem que o particulariza.” (p. 438). Esses corpos mobilizam as noções de lugar de fala (RIBEIRO, 2017), para autorizar ou barrar a aparição de sujeitos e categorias como a cisgeneridade, monossexualidade e a própria noção de homossexualidade enquanto disputa por visibilidade de sujeitos políticos em posições teórico-ideológicas.

Se no início das mobilizações sociopolíticas LGBTI+ os sujeitos resignificaram termos com conotação negativa, como *bicha* e *sapatão*, agora se visibiliza a articulação de lugares sociais considerados de opressão para exercer protagonismo em lutas cotidianas. Ao mesmo tempo em que se diferencia identidade de gênero de orientação sexual e se rompe com discursos médicos patologizantes. Ainda podemos acrescentar as articulações de redes LGBTI+ ou redes que articulam ativistas e especialistas; o fortalecimento de organizações no interior de outros movimentos sociais, como os LGBTI+ no movimento dos trabalhadores sem terra (MST); a

¹³ Em síntese, a teoria e os estudos decoloniais pensam e propõem novas epistemologias a partir de um local de exterioridade à modernidade. Conforme Carvalho (2015), o “pensamento decolonial enfatiza os vínculos entre modernidade e colonialidade que estruturam o capitalismo, entendido como o atual padrão de poder mundial e iniciado com a constituição da América” (p. 5).

constante disputa por espaço em partidos políticos e representação por via eleitoral; a emergência de enquadramentos que enfatizam a dor e o sofrimento com a figura das mães de LGBTI+, de LGBTI+ periféricos(as), de travestis e transexuais, pessoas intersexo e gays e trans vivendo com HIV; no âmbito social religioso, eventos e publicações sobre teologias feministas, queer ou negra, formação de frentes ou redes evangélicas e mesmo articulações ecumênicas ou inter-religiosas (FACCHINI; CARMO; LIMA, 2020).

O cenário político e social brasileiro se movimenta rapidamente e, cada vez mais, traz gênero e sexualidade para o centro do debate por entre pânico morais e *fake news* (isso se em algum momento gênero e sexualidade deixaram de ocupar o centro dos debates). A difusão de notícias falsas, principalmente envolvendo temáticas de gênero, sexualidade e direitos LGBTI+ constitui parte fundamental do contexto político-eleitoral contemporâneo e, em 2018, levou a família Bolsonaro e diversos governos e parlamentares e cargos políticos. Conforme Facchini e Lins França (2020) sublinham na apresentação do livro *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*, esse processo está associado ao fato de que gênero e sexualidade são arenas da vida social onde frequentemente se depositam ansiedades diversas, mas também respondem à dinâmica dos embates políticos do nosso tempo. Para as autoras, a ofensiva antigênero pode ser entendida como uma “resposta às conquistas no marco nacional e internacional na agenda de direitos para mulheres e LGBTI+” (p. 17) e apontam para disputas que ultrapassam inclusive a escala nacional. Ou seja, o contexto não somente aciona gênero e sexualidade enquanto categorias associadas à estrutura social, mas também faz com que corpos que desviam dos padrões considerados hegemônicos ganhem centralidade para reafirmar, lutar e (re)conquistar direitos, espaços e visibilidade.

Devemos valorizar muito tudo o que foi conquistado ao longo da trajetória do Movimento LGBTI+ no Brasil. Nos últimos anos, o Movimento propôs uma linguagem de direitos acompanhada de uma disputa de consciências para além de uma ‘doutrinação’ ou uma ‘ideologia’. Essa busca por equiparação ou reparação de direitos foi sendo, aos poucos, traduzida em demandas articuladas entre sociedade civil organizada e poder público em espaços oficiais de participação política (BULGARELLI, 2020). Porém, ao mesmo tempo, é preciso indicar a necessidade de repensar questões que permanecem em aberto e revisar ações e estratégias políticas.

Nesse sentido, Trevisan (2018a) alerta que, encobertos pela ideologia do progresso, corremos o risco de regredir, na história, até aqueles tempos considerados vergonhosos por seu obscurantismo.

Provavelmente, a comunidade LGBT ficou mais próxima da integração à sociedade, podendo imitar seus padrões, inclusive de consumo. Mas como se trata de uma sociedade injusta por base, a liberdade conquistada não é o que se esperava: está sempre vigiada, em clima de permissividade controlada. Quando quiser, a estrutura repressiva pode encontrar pretextos para perseguir homossexuais (p. 432).

Por entre arranjos e desarranjos, políticas de governo e não de Estado, o Movimento LGBTI+ no Brasil ampara seus marcos, principalmente os de cunho legal, sob um território permeado de contradições, como, por exemplo, uma descaracterização ou desintegração dos sujeitos LGBTI+. Em outras palavras, o projeto de uma sociedade sem sexismo, machismo e LGBTfobia pode sugerir uma conformação dos sujeitos a modelos de homossexualidade, travestilidade e transexualidade socialmente hegemônicos, mantendo à margem todos aqueles e aquelas que se recusarem a incorporar as “novas” normas/padrões de sexualidade e gênero. Além de que a população LGBTI+ ainda não gera um tipo de solidariedade similar à que caracteriza grupos como crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência que, com seus problemas e dificuldades, despertam uma cumplicidade social generalizada, o que os legitima enquanto beneficiários de políticas públicas (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012). Ainda no campo das políticas públicas voltadas aos sujeitos LGBTI+, podemos destacar outras fragilidades institucionais, tais como: dificuldades de gerir as políticas de maneira transversal e em diálogo com a sociedade civil; do pouco ou nenhum recurso previsto em peças legislativas orçamentárias e o baixo número de servidores especializados responsáveis permanentemente pela elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas (FEITOSA, 2017).

Portanto, as precariedades jurídicas deixam as conquistas do Movimento à mercê de conjunturas e conveniências políticas. Nessa operação de linhas de inclusão/exclusão, podemos observar um conjunto de acionamentos morais que, principalmente em períodos de tensionamentos políticos, sociais e econômicos, “funcionam para justificar e naturalizar exclusões, apagamentos e políticas de morte como as que temos visto novamente escancaradas na atualidade” (AGUIÃO, 2020, p. 158). E, dado o atual contexto de retirada de direitos sociais, sexuais e reprodutivos em

uma ascensão conservadora, as dinâmicas vão aos poucos se perpetuando em uma efetiva elaboração de políticas com caráter antigênero e antissexualidade.

Primeiro, são rejeitadas as medidas e ações tomadas por governos anteriores – respaldadas em estudos nacionais e internacionais e experimentadas em diversos países – direcionadas à redução e à prevenção da gravidez na adolescência. Em seguida, é anunciada uma nova perspectiva na qual o Estado deixa de propor políticas públicas para funcionar como um conselheiro das ações a serem tomadas por pais e mães em suas famílias. Com isso, opera-se uma alteração brusca no conteúdo das medidas tomadas pelo governo e no modo de atuação das políticas relacionadas a gênero e sexualidade (BULGARELLI, 2020, p. 406).

Dito isso, podemos compreender que desde o início de sua trajetória no Brasil, o Movimento LGBTI+ relacionou-se com o Estado, de forma direta ou indireta; ativa ou reativa; a favor ou contrária. É dessa relação que nascem os principais avanços comumente destacados, mas vale (sempre) ressaltar que tudo isso se deu a partir da luta e dedicação de gerações de ativistas inquietos com o status quo e dedicados a deslocar categorias e normas de gênero e sexualidade. Daí se produz a coletividade imaginada LGBTI+, oriunda de um processo de “fazer-se no Estado”, isto é, uma abordagem epistemológica que busca chamar atenção “para o processo de constituição desses sujeitos como parte de um fluxo contínuo de produção do próprio Estado” (AGUIÃO, 2020, p. 146). Esse “fazer-se no Estado” é constante e resulta em formas não definitivas, em processos de objetificação e de subjetivação que operam construindo e desconstruindo realidades no plano da vida diária, adquirindo dimensões de automatismos, frutos ou não de imposições emanadas de um corpo administrativo apoiado em leis e normas. O conceito considera, em especial, o processo “de formação de Estado também em sua dimensão cultural e, sobretudo, moralizante, para uma dada coletividade política” (SOUZA LIMA, 2012, p. 561).

Portanto, para sintetizar o apresentado até aqui, isto é, a trajetória histórica do Movimento LGBTI+ no Brasil, suas articulações, principais características e processo de “fazer-se no Estado”, sistematizados uma tabela resumo abaixo:

Tabela 1 - As quatro ondas do Movimento LGBTI+ no Brasil

	Período aproximado	Contexto sociopolítico	Principais características
Primeira onda	1978 - 1983	<ul style="list-style-type: none"> - Regime ditatorial e transição política; - Contracultura e movimentos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Base para o florescimento de um ativismo LGBTI+ no país; - Formação dos primeiros grupos; - Movimento 'revolucionário'; - Formulação das principais demandas trazidas até hoje; - Eixo de atuação Rio de Janeiro-São Paulo.
Segunda onda	1983 - 1990	<ul style="list-style-type: none"> - Reabertura de espaços de diálogo entre Estado e sociedade civil; - Fim do <i>Lampião da Esquina</i>; - Epidemia de HIV/aids. 	<ul style="list-style-type: none"> - Momento de desmobilização do Movimento; - Atuação pragmática na garantia de direitos e contra a violência e discriminação; - Menor resistência à institucionalidade; -Produção da figura do sujeito LGBTI+ militante; - Assumir-se como postura política; - Primeiras políticas voltadas para o combate à epidemia de HIV/aids; - Eixo de atuação Rio de Janeiro-Nordeste.
Terceira onda	1990 - 2010	<ul style="list-style-type: none"> - Cenário favorável aos direitos sexuais e reprodutivos na ONU; - Enquadramento de direitos LGBTI+ enquanto direitos humanos; - Maior participação socioestatal e cidadanização de 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte institucionalização do Movimento; - Cresce o número de grupos no país; -Ampliação da rede de relações; - Mercado GLS; - Visibilidade positiva; - Delimitação de sujeitos e demandas: novos acrônimos e Paradas do Orgulho;

		<p>sujeitos políticos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição formal de uma democracia participativa no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> - Setoriais em partidos políticos; - Primeiras ações de âmbito nacional; - Programa Brasil Sem Homofobia, primeira política pública LGBTI+ no Brasil; - Realização de Conferências e lançamento do PNDCDH-LGBT.
Quarta onda	2010 - presente	<ul style="list-style-type: none"> - Popularização da internet e ampliação do acesso ao Ensino Superior; - Ofensiva conservadora contrária aos direitos sociais, sexuais e reprodutivos; - Mobilizações nas redes e nas ruas; - Crescimento de bancadas religiosas; - Eleição de Jair Bolsonaro em 2018; - Desmonte dos canais de participação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado deixa de ser o principal interlocutor do Movimento; - Alargamento da compreensão de ativismo; - Uso de novas tecnologias e redes sociais; - Ativismo; - Articulação de lugares sociais considerados de opressão para exercer protagonismo em lutas cotidianas; - Corpos-bandeira; - Redes LGBTI+ ou redes que articulam ativistas e especialistas; - Fortalecimento de organizações no interior de outros movimentos sociais, - Disputa por espaço em partidos políticos e representação por via eleitoral; - Emergência de enquadramentos que enfatizam a dor e o sofrimento.

Percorrer os pouco mais de 40 anos do Movimento LGBTI+ no Brasil nos mostra que para um conselho municipal se conformar em Pelotas, no Rio Grande do Sul, foi necessário construir uma identidade política, ou seja, uma legitimidade de pautas, agendas e reivindicações em níveis municipais, estaduais e nacionais. Como já apresentado, essa construção não se deu de forma fácil; é resultado de diversos

contextos sociopolíticos e da luta de grupos e ativistas LGBTI+. Ainda mais porque o entorno de categorias como gênero e sexualidade é permeado por disputas e, mesmo que se utilize um acrônimo para identificar o Movimento, antes de perpassar os sujeitos propriamente ditos, os embates tangenciam as categorias abstraídas de seus contextos e “reverbera provocações interessantes envolvendo a intersecção entre cor/raça, classe, orientação sexual e performances de gênero” (AGUIÃO, 2016, p. 294). Tais elementos da estrutura social marcam a posição de sujeitos e criam grupos e dispositivos que favorecem as desigualdades e, quando se entrecruzam, produzem formas diferentes de experimentar opressões.

O que se pretende destacar é a interseccionalidade¹⁴ presente durante toda a história do Movimento LGBTI+, ou seja, um olhar ampliado para o sistema de opressão interligado que permite “enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 14); uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. Por mais que as categorias identitárias saltem aos olhos, tal perspectiva nos conduz a refletir sobre o que será feito politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir exclusões. Vale ressaltar que a abordagem interseccional não trata sobre criar uma nova divisão social pautada pela inversão dos polos de opressão; longe de ser o alcance da igualdade, como consequência, aponta para uma resistência aos “processos de libertação e de autodeterminação de grupos oprimidos, já que a afirmação identitária passa, necessariamente pelo reconhecimento das diferenças” (SANTOS, 2017, p. 911-912). Nessa direção, apesar de tantos limites impostos, Ribeiro (2017) lembra que vozes dissonantes têm conseguido produzir ruídos e rachaduras nas narrativas hegemônicas.

Justamente nessas brechas que grupos LGBTI+ se unem para ocupar espaços específicos, como os de partilha de poder entre sociedade civil e Estado, a exemplo dos conselhos de direito, e tornam-se representantes legitimados em vias de garantir, propor e fiscalizar políticas públicas e uma cidadania LGBTI+. Ou seja, resistir às condições precárias as quais corpos que rompem com as normas de gênero e sexualidade são expostos, dada a biopolítica expressa em uma necropolítica contemporânea. Ainda

¹⁴ O conceito encontra sua tradução na obra *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis, conforme destaca Djamila Ribeiro no prefácio à edição brasileira de 2016. Ao olhar para a historicidade da posição da mulher negra na sociedade estadunidense, Davis (2016) compreende a forma sistemática da relação da opressão social feminina e a convergência de categorias como racismo e sexismo. Para a autora, tais categorias foram centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica e têm recebido encorajamento sem precedentes, especialmente a partir do século XX.

assim, apesar dos avanços conquistados pela agência de LGBTI+, nos termos de agência propostos pela antropóloga Saba Mahmood (2006), ou seja, “como uma capacidade para a ação criada e propiciada pelas relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (p. 139), continuamos a registrar altos índices de violência contra a população LGBTI+ no Brasil, apresentados no início deste texto. Por conta disso, entende-se neste trabalho que, para sujeitos LGBTI+ viverem seu gênero e sexualidade, configura-se um ato político, uma forma cotidiana de resistência, absolutamente diferente das resistências estudadas pela ciência política, cristalizadas em sindicatos e partidos políticos. Diferentemente de confrontações públicas mais dramáticas, Scott (2011) defende que resistir no cotidiano é informal; não se dirige à fonte imediata de apropriação e, talvez por isso, não costuma figurar manchetes jornalísticas. No entanto, essa forma de resistência é, muitas vezes, a única opção para grupos e classes historicamente considerados subalternos junto ao corpo social e, quando multiplicados, tais atos podem desorganizar as políticas e confrontar o Estado em busca de respostas.

Para adentrar um *locus* de estudo local, precisou-se antes compreender os contextos nacionais anteriores, isto é, de onde viemos. É necessário que estejamos munidos com a historicidade do Movimento LGBTI+ para situar o cenário de implementação e atuação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. A partir deste entendimento, optei por sistematizar essa temática no primeiro capítulo deste trabalho a fim de propor e apontar possibilidades de caminhos “para onde vamos”. Até mesmo porque, esta foi a primeira leitura feita para me aproximar do objeto escolhido e, assim, poder desenvolver um estudo etnográfico. Nesse sentido, para avançarmos a discussão com base no até aqui apresentado, mostram-se pertinentes os seguintes questionamentos: como os diferentes segmentos de mobilização LGBTI+ se articulam e dialogam com o Estado no município de Pelotas? Como constroem pautas e estratégias políticas? Quais os efeitos da constituição e atuação do Conselho no cenário local das políticas públicas voltadas à população LGBTI+, em um atual contexto pandêmico e de desmonte de direitos sociais representado, sobretudo, pela política autoritária, antidemocrática e genocida do governo Jair Bolsonaro?

2 PERCURSO METODOLÓGICO ATÉ O OBJETO DE ESTUDO

Em um esforço de buscar respostas para os questionamentos lançados no capítulo anterior, faz-se necessário delimitar caminhos exploratórios e analíticos, ou seja, um percurso metodológico para alcançar os objetivos propostos com esta pesquisa. A lembrar: uma análise da atuação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas na luta pela reivindicação e garantia de direitos em um contexto pandêmico e de desmonte de direitos sociais. Para tanto, será apresentado, neste segundo capítulo, as conceituações metodológicas sobre como o estudo etnográfico será desenvolvido e, em seguida, uma breve revisão bibliográfica sobre conselhos gestores de políticas públicas. Por fim, chegamos a tudo o que sabemos sobre o Conselho “até agora”.

Conforme já mencionado, o ponto de partida foi um olhar ampliado para a trajetória do Movimento LGBTI+ no país, isto é, os contextos sócio-históricos que proporcionaram a implementação de órgãos como conselhos municipais LGBTI+. A partir de então, dá-se início à delimitação do objeto, a voltar o olhar e atenção às discussões específicas propostas nesta dissertação. Munidos “de onde viemos”, avançamos em uma tentativa de esboçar “para onde vamos”, mesmo que toda a nossa abordagem e aproximação se dê on-line.

2.1 UM ESBOÇO ETNOGRÁFICO

Começar um texto não é uma tarefa fácil. Escolher as palavras certas para conduzir a narrativa através de um ordenamento lógico exige atenção, cuidado e muita revisão. A analogia também se aplica a uma pesquisa; adentrar uma determinada temática demanda tempo, estudo, curiosidade e uma vigilância constante a fim sistematizar todo o apreendido em etapas complementares e coerentes em vias de alcançar um resultado, uma conclusão (ou não). As pesquisas nascem de uma inserção no real e aí encontram suas razões e objetivos. Com isso, queremos dizer que partimos de uma revisão bibliográfica sobre o Movimento LGBTI+ brasileiro com intuito de produzir conhecimento sobre o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. Isso porque levamos em consideração o “fazer pesquisa social”, isto é, investigar o ser humano em sociedade, suas relações, instituições, história e produção simbólica. Sendo assim, este trabalho utiliza o método qualitativo, justamente por se

aplicar aos estudos dos “produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2007, p. 57). Da mesma forma, por possibilitar desvelar processos ainda pouco conhecidos ou estudados de grupos particulares, buscando lançar perguntas e problemas que também contribuam significativamente para a transformação social.

Prosseguindo na analogia textual, tal como um texto, todo o processo de qualquer pesquisa perpassa pela subjetividade do sujeito pesquisador, por diversos interesses e visões de mundo. Por conta disso, muitos autores consideram as Ciências Sociais *intrínseca e extrinsecamente ideológicas*. Justifica Maria Cecília Minayo (2007):

Isto é, cabe ao pesquisador usar um acurado instrumental teórico e metodológico que o municie na aproximação e na construção da realidade, ao mesmo tempo que mantém a crítica não só sobre as condições de compreensão do objeto como de seus próprios procedimentos (p. 42).

Sabe-se que a realidade social se apresenta de maneira mais rica que qualquer teoria, pensamento ou discurso que a tente explicar. Transpor um recorte desta realidade para um objeto de pesquisa é um trabalho árduo, daí consiste outro desafio: o de pensar e criar métodos e instrumentos que tentem se aproximar dessa riqueza e diversidade que a sociedade empreende. Nessa tentativa, este trabalho irá se desenvolver através da etnografia, por meio de observação participante junto a reuniões on-line do Conselho, uma vez que uma investigação etnográfica tem como objetivo conhecer com profundidade “una configuración social particular más que lograr la representatividad estadística de una población” (FASSIN, 2016 p. 44). Além disso, o estudo etnográfico coloca o desafio de compreender e interpretar transformações da realidade desde o seu interior, ou seja, desde o olhar, a percepção e as vivências dos sujeitos interlocutores da pesquisa. Conforme destacam Rocha e Eckert (2008), a prática etnográfica:

[...] pela observação participante, pela entrevista não-diretiva, pelo diário de campo, pela técnica da descrição etnográfica, entre outros, coloca o(a) cientista social, o(a) antropólogo(a), mediante o compromisso de ampliar as possibilidades de re-conhecimento das diversas formas de participação e construção da vida social (p. 22).

Assim, irei me deslocar para o interior do fenômeno, ou seja, do Conselho Municipal dos Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, através de uma observação

direta, participativa e um exercício atento de escuta para me aproximar de uma compreensão da atuação do órgão na garantia e efetivação de políticas públicas no município. Bem como, da inserção no debate público local, organização coletiva e reivindicação de direitos por parte dos sujeitos integrantes. Para tanto, serão utilizadas técnicas de pesquisa como a observação participante e a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

A fim de compreender o contexto da pesquisa, em um primeiro momento, irei observar as reuniões e encontros do Conselho on-line. Essa etapa auxilia a nos despirmos de prejulgamentos e proporciona melhor estruturação de tópicos a serem abordados nas entrevistas. Para Minayo (2009), as observações preliminares ajudam “a vincular os fatos as suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição” (p. 71). O observado nos encontros do Conselho será registrado em diário de campo, outra importante técnica e instrumento utilizado nesta pesquisa. O diário de campo consiste em um caderno, caderneta ou arquivo eletrônico no qual o pesquisador registra tudo o que ver, ouvir e perceber durante a etapa de observação. Esse espaço também se mostra fundamental para o planejamento de ações futuras, avaliação dos acontecimentos e da própria postura enquanto pesquisador e para o surgimento de dúvidas conceituais, epistemológicas e de procedimentos éticos (ROCHA; ECKERT, 2008). Aproveito para sinalizar que, por se tratar de uma observação on-line, optou-se por construir um diário de campo eletrônico, dada a dinâmica dos acontecimentos.

Os registros fruto do campo exploratório serão revisitados no momento da análise juntamente com o material coletado a partir de entrevistas semiestruturadas - instrumento com estrutura flexível que permite aos entrevistados discorrer sobre o tema em questão sem se prender à pergunta formulada (MINAYO, 2009). Estas serão aplicadas em um segundo momento do trabalho com os membros da diretoria do Conselho, as/os diretoras/es executivas/os e o secretário do órgão. Dessa forma, pretende-se registrar a percepção e avaliação dos sujeitos sobre a implementação e atuação do Conselho, com objetivo de compreender os debates, desafios e formulações propostas pelo grupo. As entrevistas semiestruturadas serão realizadas on-line depois de aceito convite para participar deste tipo de abordagem.

Tendo em consideração o compromisso que a prática etnográfica carrega, tanto com a pesquisa em campo, com os protagonistas do fenômeno estudado e com o espaço

público e seus debates (FASSIN, 2016), vale registrar o caráter colaborativo assumido por este estudo. Além de visibilidade às formulações do Conselho, visa munir seus integrantes com material analítico para subsidiar novas propostas de atuação, pois concordamos com Soriano (2004) quando afirma a relevância da pesquisa social para a formulação de políticas sociais, estratégias e ações, uma vez que assim será possível considerar “a sociedade como um todo, conforme a dinâmica e os vínculos internos e externos que ela adquire no seu devir histórico” (p. 14).

Quando este estudo foi elaborado e o percurso de pesquisa descrito acima traçado, não esperava ainda viver uma pandemia. As práticas de sociabilidade necessárias para evitar o contágio e a transmissão do coronavírus, o isolamento social, impuseram adaptações. O desenho inicial previa acompanhar as reuniões do Conselho *in loco*, fisicamente, e aplicar as entrevistas semiestruturadas em locais físicos a serem combinados com as/os interlocutoras/es. No entanto, apesar do contexto apontar para uma flexibilização do isolamento social por conta do avanço da vacinação dos brasileiros, ainda é necessário evitar encontros em grandes grupos e em locais fechados. Até o momento em que este texto é escrito, muitas das práticas de sociabilidade cotidiana permanecem ocorrendo de forma remota, e com os encontros do Conselho não é diferente. Portanto, será necessário realizar a observação participante e as entrevistas síncronas semiestruturadas on-line, via *Google Meet*. Sendo assim, entende-se que uma etnografia virtual possui dinâmica e particularidades diferentes de uma etnografia desenvolvida em campo físico, inerente às características dos ambientes virtuais. Por conta disso, não poderia deixar de abordar o conceito no texto.

2.2 HÁ UM VÍRUS “NO MEIO DO CAMINHO”

Dizem que vivemos o século da informação. Apesar de essa afirmação ser passível de críticas e de contra argumentações, é inegável reconhecer que estamos cada vez mais conectados e virtualizados. Quando mencionamos virtual, não implica uma oposição ao real, uma “ausência de existência”, mas sim uma dinâmica, um processo de transformação de um modo de ser num outro, para simplificar a discussão proposta por Pierre Lévy (2011). O fato é que a pandemia de Covid-19 intensificou processos de virtualização que já vinham ocorrendo socialmente. Na contemporaneidade, vivemos a internet, o digital e o virtual. Já não “entramos mais na internet”, por exemplo;

incorporamos este meio nas nossas dinâmicas cotidianas ao ponto em que, para além de um campo de interação social, as mídias on-line produzem, reproduzem e representam comportamentos, valores e preceitos do controle hegemônico desempenhado pela cultura a que estão submetidas (FERRAZ; ALVES, 2017).

Com a pandemia, os processos de virtualização da sociedade se intensificaram e fomos obrigados a repensar caminhos para prosseguir com as atividades em meio ao caos instaurado por um (des)governo genocida¹⁵, como infelizmente vivenciamos no Brasil. No campo acadêmico, desenvolver uma pesquisa nesse contexto, é um ato de sobrevivência e de luta contra os desmontes na educação que também presenciamos. Portanto, estudos gestados em meio a esta experiência, direta ou indiretamente, acabam sendo impactados pela pandemia, pois se trata de um evento múltiplo, e o vírus é apenas um dos itens da lista. De acordo com Segata (2020):

Os surtos que o constituem nunca são iguais. Cada um deles pode ter intensidades, qualidades, forma de agravo, prevalência e de contenção que são muito particulares. Há distinções socioeconômicas, culturais, políticas, ambientais, coletivas ou mesmo individuais que tensionam a homogeneidade do risco, da doença e do cuidado. [...] de um ponto de vista antropológico, um vírus sozinho não faz pandemia, tampouco explica a doença que pode resultar do contato com ele. Há sempre um emaranhado mais ou menos contingente que estabelece condições favoráveis para que um evento como este ganhe forma, extensão e intensidade (p. 8).

Ainda nas palavras do autor, precisamos descolonizar a pandemia para que ela não se torne apenas um amontoado de dados. Conhecer o vírus é fundamental para que se criem estratégias de controle e contenção, no entanto, também é necessário preencher as lacunas com trajetórias, biografias e experiências, sejam elas individuais ou coletivas, que nos permitam dar conta das memórias e múltiplos sentidos deste crítico evento (SEGATA, 2020). Por conta disso, além de analisar a atuação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas na luta pela reivindicação e garantia de direitos em um contexto de desmonte de direitos sociais, este trabalho também necessita abordar as estratégias adotadas pelo órgão para permanecer atuante no município durante a pandemia de Covid-19.

¹⁵ Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Brasil não propôs nenhuma ação de contenção ao vírus. A Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) informou que o presidente Jair Bolsonaro pode ser chamado de genocida, por ser responsável pelo “extermínio de muitas pessoas em pouco tempo”. Até setembro de 2021, quando este texto é escrito, o país registra 584 mil mortes por Covid. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/13/juristas-explicam-por-que-bolsonaro-pode-ser-chamado-de-genocida-assista-projecao>. Acesso em: 6 set. 2021.

Conforme já pontuado, o desenho inicial propunha uma etnografia junto a reuniões do Conselho. E, diante da inusitada impossibilidade de continuação da produção de dados da forma inicialmente planejada, algumas questões surgiram: Como realizar etnografia em tempos de distanciamento físico? Como conhecer e analisar a atuação do Conselho em Pelotas sem a possibilidade de interagir diretamente com os conselheiros?

No campo da Antropologia, o método se mostra fundamental, mesmo porque ele próprio se demonstra como uma interação social. Antes mesmo do atual cenário, a etnografia já vinha sendo associada ao campo on-line e encontramos diversas nomenclaturas para a distinção dos termos de adjetivação metodológica nos estudos de interações sociais virtuais. Desse modo, as investigações de abordagens etnográficas na internet são comumente chamadas de netnografia, etnografia virtual, webnografia, etnografia digital ou etnografia on-line, por exemplo. Diferentemente da Antropologia clássica que utiliza livros, informantes e percursos terrestres como condições para contatos preliminares no início da pesquisa, na esfera das relações sociais em rede são adotados ícones em telas conectadas. Ou seja, o princípio da observação da sociedade se vale da busca on-line como a primeira fonte para a maioria dos objetos de estudo.

Para Ferraz e Alves (2017), a extensão do método para as práticas em rede não corrompe a Antropologia; pelo contrário, reatualiza a etnografia pela possibilidade do encontro com uma série de dados que, isolados podem parecer insignificantes, mas juntos inspiram a pensar. Porém, os autores chamam atenção para o “perigo da observação superficial”, uma vez que nas sociabilidades virtuais, há um excesso de informações e grande superficialidade por parte da multiplicidade dos dados em rede. Desse modo, cabe ao pesquisador partir do princípio da incerteza e ter responsabilidade com associações, agências e agendas, para buscar “a autenticidade na construção do conhecimento, demonstrando consciência em toda extensão do trabalho, a fim de criar uma *etnografia criativa e que possa ser aplicável*” (p. 19).

Da mesma forma que uma etnografia tradicional, a etnografia virtual exige entrar em campo para observar, documentar e, depois, formular perguntas e analisar. Em qualquer que seja a modalidade, uma etnografia consiste em escrever a cultura, e isso depende de diversos processos que devem ser registrados em diários de campo on-line ou offline (FERRAZ; ALVES, 2017). Segata (2020) salienta que, em tempos nos quais os trabalhos de campo etnográficos são realizados por meio de tecnologias

digitais, precisamos considerar o *layout* das redes sociais e aplicativos que reúnem muitas pessoas no mesmo espaço e tendem a amplificar a observação em detrimento da participação. Ao analisar como pesquisadores etnográficos solucionaram o impasse da necessidade de mudanças de percursos metodológicos impostas pelo distanciamento físico em decorrência da pandemia de Covid-19, Silva e Borges (2021) destacam como desvantagens/limitadores:

[...] a menor autonomia do pesquisador em contatar os participantes (considerando que o algoritmo das plataformas faz conexões de pessoas de um determinado perfil), a inclinação ao esquecimento dos participantes para o compromisso virtual, as dificuldades de conexão à internet e de posse de equipamentos eletrônicos que oportunizem a atividade e a falta de contextualização (p. 115).

Portanto, os métodos não são estanques e as novas dinâmicas impõem outras possibilidades investigativas, muito também em função de novos recursos tecnológicos que emergem na comunicação on-line. A contemporaneidade já não consegue mais se desconectar da rede digital, o que nos faz reavaliar a aplicação de métodos de pesquisa e de coleta de dados. É fundamental reconhecer a importância da etnografia tradicional para começar a elaborar perguntas e formular os questionamentos que irão sustentar as direções da pesquisa. A partir disso, se faz hábil a imersão no meio digital e o exercício de explorar os fenômenos investigados por diversos aspectos, aprimorando a aptidão de olhar os diferentes vieses e compreendendo os significados e as fundamentações das vivências sociais proporcionadas no ambiente virtual.

Vale destacar que, no campo on-line, as entrevistas podem ser sincronizadas ou não. Isto é, quando síncronas, são realizadas em tempo real com câmeras ou mensagens escritas instantaneamente. Neste estudo, optou-se por esse formato, pois a câmera e o áudio “garantem a veracidade do entrevistado e trazem outros elementos sobre a atuação e comportamento do ator social em rede, os quais também servem de dados passíveis de análise” (FERRAZ; ALVES, 2017, p. 20). Além disso, a observação participante on-line ocorrerá de modo aberto, ou seja, participarei dos encontros do Conselho via *Google Meet*, porém toda a comunicação se dá de maneira formal com os membros e sempre em relação à pesquisa, sem abandonar o papel de pesquisador.

Assim, uma pesquisa on-line é sempre multimídia. O computador passou a ser o campo, o arquivo e o instrumento de produção e armazenamento do conhecimento. E, essa metodologia, por proporcionar a observação do comportamento virtual, forma um

vasto campo em que dados pessoais são tornados públicos. Desta maneira, se abre uma gama de informações para coleta de dados brutos. Contudo, vale lembrar que nem tudo o que está publicado é necessariamente público. Ainda na esteira de potencialidades da pesquisa etnográfica on-line, podemos listar: a praticidade e a economia financeira e de tempo decorrentes do não deslocamento para o campo de pesquisa; a possibilidade de a pesquisa ser vista como menos invasiva, já que o pesquisador não está presente no ambiente do participante; e a proteção à saúde de todos os envolvidos, dado o contexto pandêmico mencionado (SILVA; BORGES, 2021).

As novas tecnologias transformaram as interações sociais ao ponto de que não podemos mais desprezar a condição virtual da sociedade contemporânea. Assistimos a uma convergência da condição física com a virtual, uma hibridização dessas duas esferas. Conforme evidenciou a revisão empreendida por Silva e Borges (2021), o despontamento dos processos de hibridização metodológica e de plataforma das pesquisas com o crescente uso de etnografia virtual, indicam a necessidade de uma maior apropriação dos pesquisadores sobre essas temáticas que cada vez mais ganham espaço nas produções acadêmicas.

2.3 UM ELO ENTRE SOCIEDADE E ESTADO

Para prosseguir rumo ao *locus* de estudo, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, faz-se necessário antes falar sobre conselhos gestores de políticas públicas. Para além de uma compreensão da historicidade sociopolítica do Movimento LGBTI+ no Brasil, também precisamos compreender sob qual contexto esses órgãos de partilha de poder entre sociedade civil e Estado surgem e se instauram, quais frentes costumam atuar e a partir de qual momento adentram a esfera da participação social LGBTI+ no país. Em outras palavras, as condições que levaram à formulação de conselhos municipais LGBTI+ e proporcionaram ações reivindicatórias e propositivas dessa agenda.

Muito por conta da força dos movimentos sociais e de seus projetos democratizantes durante as décadas de 1970 e 1980, a Constituição de 1988 afirmou o Brasil enquanto Estado Democrático de Direito. A nova forma de gestão, exercida pelo povo por meio de representantes eleitos diretamente, trouxe um elemento considerado novo até então para a política institucional brasileira: a previsão da participação social

na gestão do Estado (FEITOSA, 2017). Essa participação da sociedade civil, conforme destaca Silva (2011), abre um campo de possibilidades para a transformação histórica da dimensão estatal ao inaugurar o processo que viabiliza a expressão das lutas e movimentos sociais no interior do Estado (SIMÕES, 2012).

Nesse contexto de abertura política, os conselhos tornaram-se importantes instituições para o campo das políticas públicas, por meio da participação direta da população no exercício do poder. Entendidos como um colegiado municipal institucionalizado responsável por reivindicar, fiscalizar e até mesmo gerir políticas públicas, compõe-se por um pequeno número de representantes do governo e da sociedade civil, designados de forma democrática (GOMES, 2015). Decorrentes dos princípios constitucionais que prescrevem a participação da sociedade na condução de políticas públicas e de legislações regulamentadoras, o formato não é novo; há pesquisadores que afirmam que os conselhos são invenção tão antiga quanto a própria democracia participativa, que pressupõe participação direta da sociedade civil dentro do Estado (PINTO, 2004). Nas palavras de Feitosa (2017), pode ser descrita como uma dimensão na qual:

o/a cidadão/ã não delega/ aliena o seu poder a outrem, sendo ele/a o/a detentor/a do poder que poderá ser utilizado em períodos mais constantes e contínuos, atuando no cotidiano da vida e incidindo nas questões que afetam a sua vida e a de muitos/as (p. 35).

De acordo com Gohn (2006), os conselhos conflitam com organizações consideradas tradicionais e, na modernidade, irrompem em épocas de crises políticas e institucionais. Tema da agenda de propostas da gestão pública, o debate sobre os conselhos perpassa setores liberais - como instrumentos ou mecanismos de colaboração - e setores de esquerda - como vias ou possibilidades de mudanças sociais nas relações de poder. A novidade se dá a partir dos anos 1990, quando a participação passou a ser vista sob o paradigma da Participação Cidadã, e com os conselhos gestores de caráter interinstitucional, que possuem o “papel de ser instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado” (p. 6). Em outras palavras, a instituição dos conselhos formalizou a participação social. Vale destacar para ilustrar, ao retomar a história do Movimento LGBTI+ no Brasil, neste mesmo cenário dos anos 1990, durante sua terceira onda, o Movimento assume caráter institucional e passa a dialogar de forma mais direta com o Estado.

Desse modo, podemos compreender os conselhos como espaços fundamentais no contexto democrático, uma vez que se configuram enquanto os “canais mais relevantes em termos de acesso das sociedades civis locais às instituições participativas da democracia brasileira” (SILVA, 2011, p. 9). Ainda mais dada à centralidade das políticas públicas nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social. Além disso, o caráter setorial ou temático do conselho especializa o escopo e permite um acompanhamento direcionado, bem como, o “âmbito local torna mais palpável a relação entre política pública e resultados” (GOMES, 2015, p. 899), conferindo eficiência ao controle social por possibilitar maior cobrança de prestação de contas sobre o Poder Executivo.

Por serem resultado da mobilização social dos movimentos populares e dos debates públicos precedentes da Constituição de 1988, os conselhos disseminaram-se por todas as áreas estatais de interesse de políticas públicas. Nesse sentido, foram criados órgãos voltados à saúde, educação, previdência social, segurança pública, criança e adolescente, cultura, desenvolvimento urbano, meio ambiente, mulher, idoso, comunidade negra e mais. De acordo com Simões (2012), além de deliberar sobre políticas públicas, os conselhos também decidem efetivamente sobre a gestão e fiscalização e estabelecem diretrizes, prioridades e estratégias de ação, com ênfase no nível municipal. Ainda:

Os conselhos significam uma forma especificamente democrática de controle social do Estado. Sua natureza é política, mas em um processo em construção, afetado pela injustiça social que assola o país [...]. Mas a organização da população, na participação dos conselhos de políticas públicas é, sem dúvida, uma porta que se abre na construção da democracia, do fortalecimento dos municípios, de sua estrutura social e da exigência da implantação e implementação de políticas sociais (p. 278).

Contudo, para sua implementação, os conselhos gestores dependem de leis ordinárias estaduais e municipais. E, conforme Gohn (2006), a participação precisa ser qualificada para ser efetiva, além de exigir organização prévia dos cidadãos em organizações, associações, sindicatos, etc. (PINTO, 2004). Em outras palavras, além da presença numérica das pessoas, é necessário capacitá-las com informações e conhecimento sobre o funcionamento das estruturas estatais, pois estamos frente a novas formas de o cidadão se relacionar com o campo da política e:

Numa sociedade marcada por inúmeros processos de exclusão social e de baixos níveis de participação política do conjunto da população, os conselhos assinalam para possibilidades concretas de desenvolvimento de um espaço público que não se resume e não se confunde com o espaço governamental/estatal (GOHN, 2006, p. 10).

Dessa forma, o âmbito dos conselhos pode ser visto também como local de aprofundamento da discussão de elementos presentes na cultura política da sociedade civil e de incorporação de perspectivas ideopolíticas e socioculturais dos sujeitos políticos. Até mesmo porque, Silva (2011) situa os conselhos enquanto um espaço oportuno de luta e de conquista de direitos por parte da sociedade civil junto ao Estado e de articulação com outros segmentos sociais.

Os conselhos gestores possuem potencial de promover o aprofundamento da democracia na gestão de políticas públicas (GOMES, 2015; FEITOSA, 2017), principalmente em âmbito local e em instâncias setoriais. Parte de um novo modelo de gestão de negócios públicos reivindicado pelos movimentos sociais nos anos 1980 e da reforma do Estado na década de 1990 (GOHN, 2006), representam um novo padrão de interação entre governo e sociedade, no qual a participação social não deve substituir o Estado, mas sim exercer papel de fiscalização. Além de possibilitarem caminho-chave na compreensão do processo de constituição da cidadania.

A partir de então, podemos entender a democracia enquanto um regime político que permite que mais pessoas tenham o poder e, assim, mais grupos conquistem direitos. As democracias ocidentais pressupõem que todo o cidadão é portador de direitos civis, políticos e sociais, no entanto, em países como Brasil, nem todos conseguem exercer estes direitos, ainda mais em um contexto neoliberal e necropolítico, conforme já apresentado neste trabalho. Nesse sentido, para Pinto (2004), o aprofundamento da democracia somente pode ocorrer a partir da incorporação de grupos não incorporados, “não por bondade e pela boa vontade espontânea de governos, mas pela articulação desses próprios grupos” (p. 104). Mesmo que a pura e simples presença destes grupos não garanta que os interesses serão defendidos.

Sendo assim, a exemplo da comunidade LGBTI+, que se constitui como objeto desta pesquisa, ao se organizar em grupos e movimentos e reivindicar direitos, políticas públicas e garantia de cidadania, mais específico, em Pelotas e a conformação de um Conselho Municipal, nos coloca diante do que Feitosa (2018) descreve como “participação social LGBTI+”. Isto é, “os processos participativos de pessoas lésbicas,

gays, bissexuais, travestis e transexuais na esfera pública em busca de conquista ou efetivação de direitos negados ou violados” (p. 436). Ou seja, compreende todo o conjunto de ações reivindicatórias e propositivas, mas conforme discutido acima, o termo participação social é melhor empregado para designar as relações envolvendo o Estado e sua estrutura político-administrativa em um regime democrático.

Portanto, no questionamento dos espaços políticos hegemônicos que normatizam o poder de decisão e participação, podemos dizer que a instituição de conselhos, órgãos de partilha de poder entre Estado e sociedade civil, deflagrada no Brasil após a redemocratização, teve um papel importante, mas com substanciais lacunas em relação à diversificação dos sujeitos políticos. Ainda mais se tratando de LGBTI+, uma vez que a diversidade sexual foi o último item a entrar na agenda antidiscriminatória federal (AGUINSKY; FERREIRA, 2013). Em 2009, estimavam-se mais de 25 mil conselhos municipais espalhados pelos 5.570 municípios brasileiros, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Porém, se buscarmos por órgãos que contemplem a diversidade sexual e de gênero e trabalhem em prol da garantia de políticas públicas para essa população nas cidades, vamos encontrar escassez de dados – para não dizer que serão nulos. A exemplo, destaca-se a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic)¹⁶ de 2017, que levantou informações sobre a atuação de conselhos gestores municipais somente em áreas como habitação, transporte, agropecuária e meio ambiente.

No universo acadêmico, a tendência parece ser a mesma, ainda que durante a história do Movimento LGBTI+ brasileiro, a academia tenha ocupado importante papel, desde produção de conhecimento por e para os sujeitos LGBTI+ até espaço para articulação desses sujeitos, formação e encontro de grupos e coletivos. Ao fazer uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES sobre ‘Conselho Municipal LGBT’¹⁷, encontrei 9.356 resultados entre os anos de 2015, 2016 e 2017¹⁸. Contudo, em breve olhar sobre os 10 primeiros resultados, apenas três trabalhos tratam da temática LGBTI+: um deles aborda lideranças e ativismo no SUS; outro o já extinto Conselho

¹⁶ A Munic se configura como importante ferramenta para o levantamento de dados que permitem o monitoramento e a avaliação de políticas públicas locais, além de reforçar a construção de uma base de informações municipais de qualidade (IBGE, 2017).

¹⁷ Ao realizar a pesquisa, utilizamos a sigla LGBT por ser mais comum e corrente, principalmente se tratando de estudos realizados até 2017, quando ainda não víamos, com maior popularidade, demais variações do acrônimo.

¹⁸ O sistema permite selecionar buscas entre 2013 e 2017. Optamos por avaliar os períodos mais próximos do atual.

Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/ LGBT)¹⁹ e o terceiro sobre associativismo LGBT e suas relações com o campo da saúde. As demais pesquisas versam sobre temáticas diversas envolvendo conselhos municipais de administração, proteção ambiental, criança e adolescente e idoso. Ou seja, as buscas preliminares sugerem que há pouca produção acadêmica sobre participação social associada à diversidade de gênero e sexualidade nas esferas municipais.

Frente a estas investidas prévias, verifica-se, em um primeiro momento, o modo incipiente como municípios brasileiros lidam com as temáticas, disputas e embates LGBTI+, considerando a inexpressiva presença de instrumentos de participação social voltados a esta pauta em específico. Do mesmo modo, considerando que a produção de conhecimento acadêmico, além de visibilizar ações e estratégias, também cumpre papel ao munir gestores com instrumentos para propor e avaliar políticas públicas cabe verificar, então, o modo como as escassas experiências de conselhos municipais LGBTI+ vêm sendo compreendidas pela literatura acadêmica. Portanto, a despeito desses questionamentos, é inegável que a implementação de conselhos configura uma modalidade de engajamento, luta e diálogo com o Estado relativamente nova na trajetória do Movimento LGBTI+.

2.4 O QUE SEI, ATÉ AQUI, SOBRE O CONSELHO LGBT DE PELOTAS?

Procurei construir uma narrativa teórica que, de alguma forma, ordenasse logicamente a trajetória percorrida enquanto pesquisador em via de aproximação com o objeto de pesquisa, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. Apresentei conceituações metodológicas que se tornaram um esboço da pesquisa, por conta da pandemia de Covid-19 que impôs uma reavaliação e adaptação do caminho inicial proposto. Feito isso, trouxe à tona uma revisão sobre conselhos gestores de políticas públicas para, assim, fazer um recorte local para o movimento social e político

¹⁹ Criado pelo decreto nº 3.952/01 do Ministério da Justiça, o CNCD foi instituído para atuar na proposição e acompanhamento de políticas públicas envolvidas na defesa dos direitos sociais e individuais de vítimas de discriminação racial ou outra forma de intolerância. Em 2010, como resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT, ocorrida em 2008, instalou-se o CNCD/LGBT, sendo considerada a instância nacional de representação política da pluralidade das redes e entidades do Movimento LGBT no controle e discussão sobre políticas públicas em âmbito Federal (FEITOSA, 2018). Porém, o decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, publicado pelo (des)Governo Jair Bolsonaro extinguiu o órgão.

LGBTI+ em Pelotas, uma vez que estou munido com a historicidade do Movimento LGBTI+ brasileiro, apresentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Apesar de o primeiro contato com o órgão ter-se dado antes da pandemia, ocorreu de maneira virtual. Na época, em 2019, vi um evento no *Facebook* convidando para a primeira eleição de conselheiras/os no município. Cabe ressaltar que, nesse momento, ainda não era um sujeito-pesquisador, porém, ali, passei a perceber movimentações sociais e políticas de gênero e sexualidade em Pelotas. O órgão tornou-se objeto de pesquisa em uma reunião do Grupo de Antropologia e Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (GANDH/PPGPSDH/UCPel). Conto esse fato porque o trabalho se iniciou desde lá e, também, porque não acredito em um descolamento entre o eu-sujeito e o eu-pesquisador. A pesquisa é uma constante e, quando tomei conhecimento de uma eleição para um órgão LGBTI+ na cidade, passei a acompanhar nas redes sociais as páginas do Conselho e suas respectivas movimentações e atualizações.

Depois disso, ocorreram dois momentos de aproximação preliminar com o objeto que também merecem destaque. Vale mencionar que, enquanto pesquisador, buscava, na época, delimitar o campo exploratório e adquirir percepções parciais sobre o órgão municipal. O primeiro momento se deu em uma *live*²⁰ transmitida em 13 de maio de 2020 através do *Facebook*, pela página do PPGPSDH/UCPel no âmbito de uma série de debates sobre as articulações dos grupos de pesquisa do Programa com o contexto de pandemia vivenciado em 2020. Na atividade intitulada “Os movimentos sociais e políticos LGBTs de Pelotas: um panorama atual” entrevistei o membro do Conselho, Lucas de Melo. Um ano depois, ao acompanhar as reuniões durante a etapa de observação on-line, descobri que o entrevistado na ocasião já não faz mais parte do quadro de conselheiros ativos.

A partir de um olhar para a trajetória das conquistas adquiridas pelo Movimento LGBTI+ brasileiro ao longo de seus pouco mais de 40 anos, o debate centrou-se em apresentar os grupos que atuam com a temática na cidade, suas articulações, reivindicações e instituição do Conselho Municipal. Da mesma forma, como estes se organizam para o enfrentamento das fragilidades expostas com a atual pandemia e também no contexto de desmonte de direitos. Com a experiência, pude perceber a potência e complexidade do campo, pois desvelou as lutas políticas na

²⁰ Disponível em: bit.ly/3abQuEE. Acesso em 5. out. 2021.

garantia de cidadania aos sujeitos que rompem normas de gênero e sexualidade em Pelotas e os embates e pautas de cada sigla abrangida pelo acrônimo.

O segundo momento de aproximação preliminar se deu em 13 de agosto de 2020, quando fui convidado para participar de uma reunião do Conselho pelo até então membro Lucas de Melo. Realizada de forma on-line, através da plataforma *Google Meet*, a participação na reunião me levou a perceber a institucionalidade do grupo, a estrutura de um encontro e a pluralidade dos integrantes, sendo o Conselho composto por mulheres e homens (cis e transexuais), travestis, brancos e negros, enquanto representantes de grupos, coletivos e movimentos sociais, membros da sociedade civil ou representantes do poder público local. Além do diálogo do Conselho com outros órgãos municipais, como as Secretarias de Saúde, Cultura e de Segurança Pública.

As leituras apresentadas até este momento foram essenciais para me munir com a sensibilidade de perceber o órgão como um potente espaço de diálogo entre sociedade civil e poder Executivo na reivindicação e monitoramento de políticas públicas. Criado em 2015, o Conselho passou a funcionar em 2019, quando um projeto de emenda à lei orgânica do município foi protocolado, após quatro anos de articulação entre grupos e instituições interessadas. Durante os entraves para implementação do canal de participação, um dos principais empecilhos foi reunir uma quantidade significativa de representantes do movimento e diversas tentativas foram frustradas porque a maioria dos temas abordados não correspondiam às reivindicações propostas pelos LGBTI+ pelotenses (DIÁRIO POPULAR, 2018). A incongruência de pautas não é citada na notícia do Diário Popular e, podemos adiantar, que as/os diretoras/es executivas/os entrevistadas/os também não mencionaram com detalhes o período entre a criação e a implementação do órgão.

Para uma das/os diretoras/es executivas/os entrevistadas/os, neste trabalho identificada/o por DE²¹, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas é fruto de um contexto maior, um marco histórico enquanto sociedade. Em sua avaliação, os conselhos fazem parte de um controle social, em um período que temos caminhado enquanto sociedade para uma participação social mais efetiva, através da inserção da população nas tomadas de decisão. No caso de um Conselho LGBTI+, entende ser resultado de uma pressão do próprio Movimento, não de uma pessoa ou

²¹ Para manter o anonimato das/os entrevistadas/os, adotaremos a sigla DE para Diretor Executivo. A numeração não sugere hierarquia de cargo ou função dentro do Conselho, mas sim, a ordem na qual as entrevistas foram realizadas.

grupo em específico. Em suas palavras, “[...] o Conselho LGBT, ele é uma demanda histórica do Movimento LGBT em todos os níveis da nossa sociedade, seja na esfera federal, estadual e também no município” (DE2).

Nas entrevistas acessamos a informação de que o órgão “nasce” de uma proposta de projeto de lei de 2015 do então Vereador Ricardo Santos²² (PSB), o primeiro homem gay a assumir uma cadeira na Câmara de Vereadores de Pelotas. Contudo, o projeto inicial não propunha uma emenda à lei orgânica, considerado o “caminho mais acertado pra instauração”, de acordo com DE2. Já na visão de DE1, o projeto foi arquivado, “como sempre acontece”, e a partir de 2018, “saiu da gaveta” e foi posto em prática por conta da mobilização de militantes, ativistas e grupos LGBTI+ do município. Mesmo que não tenha participado das articulações, DE1 relata o momento de implementação do órgão:

Foi uma luta, foi uma guerra, porque quando tu fere, tu vai trabalhar com essa comunidade e tu tem um grupo de pessoas que não apoia, tu acaba ferindo a ética dessas pessoas, por mais que seja em prol de uma comunidade, que é uma comunidade que passa as suas situações, que passa as suas questões de não ter emprego, de não ter acessibilidade, mas eles como poder, como vereador, como pessoa pública, uma figura pública, não pensam na comunidade de uma forma geral, pensam na comunidade de uma forma centralizada [...].

Enquanto realizava as entrevistas com as/os diretoras/es executivas/os do Conselho, percebi a necessidade de também entrevistar o atual secretário (SEC) do órgão. Isso porque, quem ocupa o cargo durante o período de realização da pesquisa é um dos ativistas LGBTI+ mais antigos de Pelotas e, assim, poderia acessar, de alguma forma, com maior detalhamento os fatos ocorridos entre 2015 e a implementação oficial do Conselho em 2019. Na visão do secretário, a história do Conselho Municipal LGBT de Pelotas é conturbada. Em sua fala, também relata o primeiro projeto criado pelo Vereador Ricardo Santos (PSB), porém, na época, o Grupo Também²³, um dos poucos grupos em Pelotas de articulação LGBTI+, foi contra a proposta:

²² O mandato ocorreu entre 2013 e 2016.

²³ Há mais de 20 anos, o Também luta pela livre expressão sexual em Pelotas através de uma série de atividades e manifestações em prol da comunidade LGBTI+ na cidade na busca por um horizonte democrático e plural.

Primeiro, ele tinha um problema de vício de origem que não poderia a Câmara criar, instituir um conselho dessa forma e segundo, o mais grave na nossa visão, é de que ele tinha criado um conselho onde ele colocaria que todos os integrantes da sociedade civil seriam indicados pela Associação LGBT, da qual ele era o fundador, né então tinha um problema sério ali que excluía praticamente todos os demais movimentos sociais LGBT da constituição desse conselho.

Ainda conforme SEC, quando a primeira proposta para o órgão foi apresentada, o Grupo Também se articulou para construir um documento solicitando ao prefeito da época, Eduardo Leite (PSDB), que revogasse a constituição de um conselho LGBTI+ em Pelotas. O que se soube é que, em 2015 ao final do mandato na Câmara de Vereadores, houve um acordo para a criação de uma nova proposta de conselho a partir de movimentações dos próprios vereadores, dentre eles, Ricardo Santos (PSB). Contudo, o projeto necessitava de aprovação da prefeitura para sua implementação e, na troca de mandatos, a demanda se perdeu, “acabou ficando lá numa gaveta”, conta o secretário, possivelmente, muito por conta da não reeleição de Ricardo Santos, um dos principais mobilizadores para a criação do espaço no município.

Os movimentos sociais se apropriaram e reivindicaram a implementação do órgão somente a partir de 2018, quando tomaram conhecimento do projeto que estava arquivado desde o final de 2015 na Câmara de Vereadores. Após pressionar a prefeitura, conseguiram regulamentar o órgão. O período entre 2018 e 2019 serviu de discussões internas das articulações LGBTI+ para avaliar o que se esperava e gostaria para o recente criado Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, até culminar na eleição em outubro de 2019 (SEC). Portanto, este trabalho acompanha uma análise da primeira gestão do órgão no município. Cada mandato possui duração de dois anos e a próxima eleição está marcada para ocorrer em dezembro de 2021.

Assim como todo o resto, o Conselho LGBT de Pelotas também sofreu impactos com a pandemia de Covid-19. Antes da pandemia, o primeiro colegiado eleito conseguiu se reunir apenas duas vezes presencialmente. Desse modo, podemos somar aos questionamentos: como se organizaram durante o período? Qual o impacto desse fato na atuação do Conselho, tendo em vista o cenário necropolítico e genocida de desmonte de canais de participação social? Essas dúvidas foram perguntadas às/os entrevistadas/os e serão abordadas novamente no próximo capítulo.

O que se sabe é que a atual configuração do órgão prevê 20 conselheiras/os titulares e 20 suplentes, sendo 10 representantes do poder público local e 10 da

sociedade civil, dentre estes, com participação de entidades como ONG Vale a Vida, OSC Gesto, Grupo Também e Coletivo Trans Juliana Martinelli. Quando passei a contatar algumas/ns das/os conselheiras/os para desenvolver a pesquisa, descobri que as reuniões ocorrem mensalmente na segunda quinta-feira de cada mês, sempre on-line, intercalando turnos, ou seja, em um mês pela manhã e no outro, pela tarde. Além disso, o órgão está organizado e dividido em seis Grupos de Trabalhos, os GTs, nas áreas: Assistência Social, Comunicação, Cultura, Educação, Saúde e Segurança Pública. As reuniões são abertas ao público, porém, cabe acrescentar mais um questionamento: como o público acessa as reuniões on-line? Durante o período de aproximações preliminares, não encontrei nenhum link disponibilizado e, para desenvolver a primeira etapa, isto é, a observação dos encontros, foi necessário solicitar link aos integrantes. De antemão, pude entender que, para acessar as reuniões é necessário ter interesse no conselho, visto que se precisa recorrer ao link, e/ou conhecer algum das/os conselheiras/os.

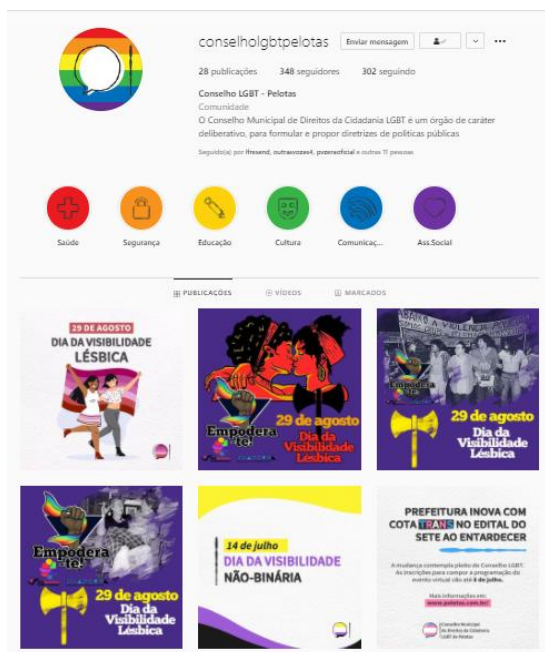
Figura 2 – Página do Conselho no *Facebook*



Como já mencionado, um dos primeiros passos para me aproximar do objeto de estudo deste trabalho, foi recorrer às páginas do Conselho nas redes sociais. Encontrei perfis nas redes *Facebook* e *Instagram*, de acordo com a Figura 2 acima e Figura 3 abaixo. No *Facebook*, o órgão descreve ter como objetivo “[...] a fiscalização, acompanhamento, proposição e colaboração em relação às políticas públicas voltadas à população LGBT”; já no *Instagram*, a biografia consta como “[...] um órgão de caráter deliberativo, para formular e propor diretrizes de políticas públicas”. Ou seja, a partir de

um primeiro (e distante) contato, pode notar a institucionalidade do Conselho e sua principal “função” autodefinida: fiscalização e proposição de políticas públicas. Outro aspecto ressaltado nas biografias é o caráter deliberativo assumido, tendo em vista a partilha de poder entre estado e sociedade civil propiciada em espaços como conselhos.

Figura 3 – Página do Conselho no *Instagram*



Quanto às publicações, os conteúdos alteraram entre caráter político (leis, projetos de lei e denúncias), informativo (notícias, alterações de ramais e endereços, etc.) e sazonal, com datas relevantes para a agenda LGBTI+, como 17 de maio²⁴, 28 de junho²⁵, 14 de julho²⁶ e 29 de agosto²⁷. No *Instagram*, os Grupos de Trabalhos (GTs) aparecem na seção de destaques, porém não possuem conteúdos, e também em publicações que indicam que estas são as frentes de atuação do Conselho Municipal. Não encontrei informações sobre as reuniões e de como acessá-las em nenhum dos canais analisados.

Apesar de a instauração de órgãos como os conselhos datar da Constituição de 1988 e, ao longo dos anos os espaços contemplarem diversas áreas e temáticas, ainda observam-se poucos conselhos destinados à população LGBTI+, sejam na esfera

²⁴ Dia internacional contra a Homofobia.

²⁵ Dia Internacional do Orgulho LGBTI+.

²⁶ Dia da Visibilidade Não-Binária.

²⁷ Dia da Visibilidade Lésbica.

municipal, estadual ou federal. Em âmbito federal, a entidade representativa foi extinta em abril de 2019; no Rio Grande do Sul contamos com o Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT enquanto instância de nível estadual e, nos municípios apenas dois órgãos: em Canoas e Pelotas. Nesse sentido, reforço a urgência de produzir conhecimento sobre esses espaços para que outros possam ser abertos e mais direitos assegurados a uma das populações, dentre tantas, que mais sofrem com a violência e necropolítica brasileira.

Pelotas foi a segunda cidade do Rio Grande do Sul a implementar o espaço de diálogo e as aproximações prévias apontam para dificuldades e disputas de interesses até a instauração do órgão. Para além dos embates, partiremos em busca de resposta ao problema de pesquisa lançado neste trabalho: quais os efeitos da constituição e atuação do Conselho no cenário local das políticas públicas voltadas à população LGBTI+, em um atual contexto pandêmico e de desmonte de direitos sociais representado, sobretudo, pela política autoritária e antidemocrática do governo Jair Bolsonaro? Prosseguimos, então, no próximo capítulo, com as percepções e análises obtidas através da observação participante e entrevistas semiestruturadas com as/os diretoras/es executivas/os e secretário do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas.

3 UM ESPAÇO DE DIÁLOGO SE ABRE: O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CIDADANIA LGBT DE PELOTAS

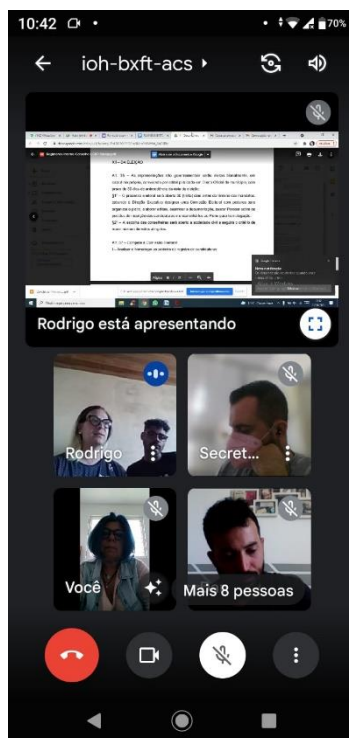
Após me aproximar da literatura sobre Movimento LGBTI+ brasileiro e conselhos gestores de políticas públicas, delimito a metodologia utilizada neste estudo. Feito isso, avancei em direção ao objeto, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. O encontrado foi diferente do que se imaginava, possivelmente por conta de se tratar de uma pesquisa realizada durante uma pandemia, com dinâmica remota e on-line. Sendo assim, no terceiro capítulo, adentramos o campo on-line, quando narro as duas reuniões observadas, bem como, as entrevistas realizadas com as/os conselheiras/os entrevistadas/os para tentar responder o problema de pesquisa proposto.

Parto das reuniões, quando compreendi o formato dos encontros e observei as/os conselheiras/os *in loco* para situar as/os membros da Câmara Diretiva, isto é, as/os entrevistadas/os. Destaco o lugar de fala das/os conselheiras/os, que confere legitimidade ao espaço destinado para a sociedade civil dentro do órgão e oportuniza a luta por um efetivo lugar de escuta no município. Neste momento do trabalho, também menciono as pautas abordadas durante o período de realização da pesquisa e uma avaliação, por parte das/os entrevistadas/os, da primeira gestão de um dos primeiros Conselhos Municipais LGBT no Rio Grande do Sul. Apesar de embates e adversidades, tanto internas, quanto externas, a luta coletiva se mostra como um caminho para construir outras sociabilidades possíveis aos LGBTI+ pelotenses.

3.1 DENTRO DO CAMPO (ON-LINE): AS REUNIÕES OBSERVADAS

Imaginar uma tela, de computador ou de celular, repleta de quadradinhos já nos é corriqueiro. As vivências pandêmicas impuseram uma adaptação forçada ao *layout* de aplicativos e sites adotados para dar continuidade às atividades durante o período, especialmente entre 2020 e 2021. Cada um dos quadradinhos acima mencionados representa (virtualiza) uma pessoa, um sujeito, que alterna sua participação em encontros on-line com a câmera aberta e fechada, ilustrada por uma foto (avatar) ou a letra inicial do seu nome. Pode parecer desvio do assunto, mas na verdade, essa dinâmica foi a encontrada ao dar início às observações das reuniões do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas.

Figura 4 – *Print screen* de uma reunião do Conselho



Fonte: Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, 2021

O órgão, implementado no município meses antes da pandemia, reuniu presencialmente seu primeiro colegiado eleito apenas duas vezes. A partir de março de 2020, quando o isolamento físico foi recomendado para conter o avanço do coronavírus, os encontros cessaram. Segundo as/os diretoras/es do Conselho, durante os primeiros meses de 2020 não houve reuniões, pois se acreditava que logo seria possível reunir as/os conselheiras/os fisicamente novamente. A transmutação do físico para o virtual ocorreu por necessidade de dar continuidade aos encontros, demandas e atividades. E também para auxiliar a comunidade LGBTI+ pelotense a enfrentar o período. Conforme o secretário:

Muitos órgãos ficaram fechados muito tempo, sem qualquer tipo de comunicação, isso também dificultou muito, né, algum trabalho. No início da pandemia as pessoas ficaram praticamente abandonadas né, então não foi diferente com a população LGBT, tanto que a gente teve depois que se mobilizar até pra conseguir sacolas de alimentos né, porque o poder público não estava se movimentando pra isso. Então acho que os impactos foram bem por aí mesmo, dificuldade de relação.

A mobilização para conseguir alimentos, mencionada na fala do secretário, se refere à campanha coletiva ‘LGBTs contra covid-19’, que mapeou, arrecadou e

distribuiu alimentos para LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social em Pelotas durante setes meses ao longo de 2020. Ao todo, foram mais de 550 cestas básicas distribuídas e 150 pessoas atendidas. A ação ocorreu graças ao esforço coletivo de entidades como Coletivo T Juliana Martinelli, Casa Las Vulvas, Nuged Campus Pelotas, DCE UFPel, OSC Gesto, Juntos LGBT Pelotas, LGBT Socialistas Pelotas, DTG Caminhos da Tradição, Grupo Também e Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas.²⁸

Nas entrevistas também foram relatadas dificuldades de adaptação e organização das reuniões na pandemia. Os primeiros encontros on-line acabaram sendo pouco objetivos e pouco conclusivos em termos de encaminhamentos. Pude perceber essa dinâmica “confusa” quando acompanhei a primeira reunião do Conselho como convidado, em agosto de 2020, mencionada no capítulo anterior. Porém, já na etapa de observação participante, desenvolvida entre junho e julho de 2021, as reuniões tiveram duração máxima de 2h e contaram com pauta pré-organizada anteriormente.

Quando a metodologia para desenvolver esta pesquisa foi elaborada, pretendia acompanhar os encontros do órgão durante três meses, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pelotas (CEP/UCPel), disposto na Resolução 466/2012 das Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos. No entanto, consegui observar duas reuniões do Conselho, uma vez que ocorrem mensalmente. Assisti a reunião de 10 de junho e a de 8 de julho de 2021. Posteriormente, na etapa das entrevistas, descobri que em agosto não houve reunião²⁹ e, em setembro, não recebi o link para acessar. A dificuldade de acesso também foi mencionada no capítulo anterior, quando relatado sobre a necessidade de conhecer as/os conselheiras/os e da não disponibilidade de datas e links nas páginas nas redes sociais, os canais de comunicação do Conselho.

Criar expectativas sobre o objeto e a pesquisa em si faz parte do processo. Antes de me aproximar do Conselho, as opiniões, percepções e o esperado era bastante diferente. A começar que não imaginava realizar essa etapa do estudo de forma remota. Essas dinâmicas virtuais desmotivam, desencontram e, mesmo que soe irônico, desconectam. Conforme apresentado, a etapa de observação serve para nos despirmos de julgamentos e, conseqüentemente, expectativas pessoais criadas. Muito por conta

²⁸ Informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/LGBTscontracovid19>. Acesso em: 27 out. 2021.

²⁹ De acordo com o secretário, a diretoria não organizou pauta para a reunião mensal daquele mês.

do contexto remoto, a intenção participativa da observação não foi realizada. Já na primeira reunião acompanhada, em 10 de junho de 2021, entrei no link e a maioria dos conselheiros estava com as câmeras desligadas; não fui apresentado enquanto pesquisador, mesmo tendo conversado com três conselheiros antes do encontro, para pedir o link de acesso e também autorização para desenvolver a pesquisa junto ao órgão.

A reunião de junho estava marcada às 18h. Naquele momento, considerava uma das/os diretoras/es executivas/os como principal interlocutora. Porém, como não recebi link para acessar a reunião, recorri ao secretário, com quem entrei em contato meses antes para solicitar carta de autorização de realização da pesquisa. Quando acessei a sala, havia passado quase 20 minutos do horário marcado e constavam 12 presentes. O diretor executivo que presidiu aquela reunião, DE2, de início avisou que a pauta era extensa e pediu objetividade aos participantes, com tempo máximo de cinco minutos para falas e três para respostas. Logo de cara notei a estrutura institucionalizada do canal de participação, pois além da organização das pautas e tempos para resolver cada uma delas, o diretor reforça que a intenção é a objetividade do encontro e não “cercear o direito de fala de cada um” (DE2).

Cada reunião exige um quórum mínimo de pessoas. Dos 12 presentes, nove são titulares e, assim, não possuem quórum. A reunião inicia às 18h24 com a leitura da ata da reunião anterior, realizada on-line em 6 de maio de 2021. Após a leitura, o documento é aprovado. Naquele dia, os assuntos da pauta abordavam: informes e encaminhamentos para os cargos de vacância; eleição para o GT saúde; Planejamento Estratégico do Conselho; organização de evento em 28 de junho; participação na semana de saúde e Miss Gay/ Transformista. O espaço é aberto para que todas/os as/os conselheiras/os possam dar informes, se necessário. Aqui, mais uma vez observamos o cuidado democrático para oportunizar que as/os presentes possam efetivamente participar do encontro.

Ao ouvir a passagem da pauta do encontro, me chamou atenção o tópico envolvendo vacância no órgão. Se existe o espaço, porque não é ocupado pelos LGBTI+? Há pouco engajamento com a agenda? O que levou conselheiras/os eleitas/os a abdicarem da função? Esses questionamentos foram abordados durante as entrevistas. Nesse sentido, participar dos encontros colaborou para desenvolver um roteiro base, lembrando que serão aplicadas entrevistas semiestruturadas, isto é, uma estrutura flexível que permite aos entrevistados discorrer sobre o tema em questão sem se prender

à pergunta formulada (MINAYO, 2009). Outro ponto destacado no início da reunião é a desarticulação do GT Educação e a eleição de novos membros para o GT Saúde. Os grupos de trabalho são as principais frentes de atuação do órgão e, se estão desarticulados ou sem representantes, portanto, não atuam?

Apesar do questionamento, o GT Saúde se mostrou uma das frentes de atuação mais engajada. Na primeira reunião observada, o grupo se articulava para enviar um ofício ao Programa de IST/Aids e Hepatites Virais do município com requerimento de informações sobre o quantitativo de gel lubrificante e autoteste³⁰ solicitado mensalmente e dúvidas como: os insumos demandados estão sendo repassados integral ou parcialmente? Quais serviços são contemplados com o repasse? As UBSs recebem? A demanda surgiu por conta da notícia de escassez de gel lubrificante na cidade, sobretudo desde o ano anterior, relatada por travestis e transexuais que trabalham com sexo. Vale acrescentar que a falta não é pontual em Pelotas, mas sim uma realidade em âmbito nacional, mais um sinal de desmonte das políticas sociais brasileiras. Nesse sentido, evidencia-se o papel de fiscalização do órgão, por exemplo.

As articulações do GT Saúde também foram destacadas como uma das principais conquistas do órgão por DE2 durante a etapa de entrevistas, principalmente com relação à retomada de atividades do Conselho. Com o início da pandemia, a distribuição da PrEP³¹ foi interrompida na cidade e a partir de articulação e cobrança dos conselheiros, se conseguiu o retorno e também de algumas consultas eletivas que foram suspensas para casos graves de pessoas vivendo com HIV e para acompanhamento de transexuais.

[...] pessoalmente eu tive um impacto muito grande sobre isso, porque apesar de eu ser uma pessoa já vivendo com HIV e não fazer PrEP né, obviamente, eu faço tratamento retroviral, o meu companheiro fazia PrEP [...]. A gente adota três tipos: o preservativo, a PrEP e o meu tratamento né, que é indetectável e igual intransmissível. Quando a Prep para de ser disponibilizada, o meu companheiro para de pegar, para de ter acesso, ele não tem mais acesso e eu tive um impacto direto né, porque no meu tratamento tive um impacto direto porque a gente tinha criado um ritual de cuidado (DE2).

³⁰ O gel lubrificante diminui a probabilidade de infecção do HIV e faz parte de uma política de prevenção combinada.

³¹ A Profilaxia Pré-Exposição ao HIV é um método de prevenção à infecção pelo HIV. Consiste na tomada diária de um comprimido que permite ao organismo estar preparado para enfrentar um possível contato com o HIV, ou seja, o indivíduo se prepara antes de ter uma relação sexual de risco para o HIV. Disponível em: www.aids.gov.br. Acesso em: 28 out. 2021.

Ainda durante a primeira reunião observada, se discutiu sobre o planejamento estratégico do Conselho. A Câmara Diretiva pretende elaborar um documento para guiar ações que sejam mais efetivas, pois sentem que o órgão trabalha de maneira reativa, sem ser propositivo em alguns pontos. Para isso, organizaram uma comissão temporária com duração de 90 dias que ficou responsável por fazer um diagnóstico de serviços e políticas públicas destinadas à LGBTI+ em Pelotas. Duas conselheiras se dispuseram a integrar a comissão junto com uma das/os diretoras/es executivas/os.

Tiveram também outros pontos de pauta, mas aqui, descrevo a última discussão do encontro de junho, a reserva de vagas para LGBTI+ em edital proposto pela Secretaria de Cultura de Pelotas, a Secult, pois aponta o caráter consultivo e ilustra o diálogo do Conselho com as demais entidades do município. A secretaria procurou o órgão para auxiliar nas cotas disponibilizadas em edital para o projeto Sete ao Entardecer, quais sejam: 58% das vagas seriam destinadas para mulheres, 40% para homens e 2% para demais gêneros, além das cotas afirmativas para deficientes (5%), negros (35%) e LGBTI+ (20%). A disposição das vagas foi problematizada pelas/os conselheiras/os. Uma das diretoras executivas acredita que as cotas não deveriam ser disponibilizadas para todos os segmentos do acrônimo, mas sim, para travestis, transexuais e transmasculines, a população que mais sofre com a falta de acessos e oportunidades dentro da sigla. Outro diretor questionou se as vagas contemplariam pessoas ou projetos.

Naquele momento, percebi resistência por parte da Secult para aderir às cotas para travestis, transexuais e transmasculines. Os representantes da secretaria defenderam as cotas gerais para LGBTI+ e, ao final, solicitaram que o Conselho reflita e faça uma recomendação via ofício para a proposição de reservas de vagas. Durante as discussões, apareceram divergências entre as/os conselheiras/os também e destacamos a fala de DE2 sobre a importância de “lavar a roupa suja” nos espaços das reuniões para fortalecer o posicionamento interno que será divulgado e o cuidado de não incentivar discursos de ódio. Quando divulgado, o edital seguiu as recomendações do Conselho e destinou 20% do total de vagas para travestis, transexuais e transmasculines.

De modo geral, a primeira reunião observada foi extensa, com duração de mais de duas horas. A dinâmica remota torna mais difícil de acompanhar e, possivelmente por conta disso, não tive tanta abertura quanto esperava. Porém, foi interessante me aproximar dos encontros e assuntos discutidos pelo órgão. Pude ver a institucionalidade,

diálogo com outras entidades da cidade e do estado, as diversas frentes de atuação e assuntos que tramitam e os embates e divergência entre opiniões, siglas, vivências pessoais e enquanto conselheiras/os. Todo o observado foi registrado em diário de campo eletrônico, junto das sensações e análises enquanto pesquisador, que foi revisitado em diferentes momentos da pesquisa para planejar ações e avaliar acontecimentos.

No período entre os encontros observados, não tive contato direto com o Conselho ou com as/os conselheiras/os. A experiência de acompanhar uma segunda reunião foi similar à da primeira, continuei sem ser apresentado e/ou identificado e a presença enquanto pesquisador não foi notada. O fato de não ter sido devidamente apresentado e identificado, possivelmente dificultou o envolvimento e participação junto ao órgão, por um lado; por outro, pode ser visto de forma positiva, pois assim não influí na dinâmica das reuniões. Infelizmente, novamente não fui avisado sobre o encontro e precisei recorrer ao secretário, que me enviou o link no mês anterior, para solicitar o acesso. A reunião ocorreu em 8 de julho de 2021, às 10h.

Quando entrei na sala da plataforma *Google Meet*, as/os presentes estavam com as câmeras fechadas. Alguns saudaram bom dia no *chat*, por mensagem de texto. A reunião começou às 10h12, com 14 pessoas, sendo dois convidados. No início, ficamos sabendo que a antiga secretária pediu desligamento do órgão e não deixou ata de junho organizada. Das/os presentes, ninguém sabia o motivo do afastamento, comunicado via e-mail. As pautas do dia eram: informes, retorno dos GTs, cotas para o edital da Secult, representação do Conselho na Semana da Diversidade, Parada da Diversidade de Jaguarão e assuntos gerais.

Durante os informes, a representante da Secretaria de Assistência Social de Pelotas comunica sobre a campanha de vacinação da população em situação de rua, o que aponta para a diversidade e interseccionalidade de pautas discutidas pelo órgão, pois alguns dos assuntos não dialogam diretamente com questões LGBTI+. O secretário questiona se há LGBTI+ entre os frequentadores do Centro POP, um dos locais responsáveis pelo monitoramento da vacinação de quem vive em situação de rua, por julgar importante que o Conselho tenha conhecimento desses dados. O representante da OSC Gesto afirma que sim, há LGBTI+ entre os frequentadores do Centro POP, e que passará os dados para o Conselho. Evidenciamos o cuidado, por parte do Conselho, em

produzir e conhecer dados estatísticos sobre a população LGBTI+ pelotense, seu foco de atuação.

O segundo informe do dia é sobre a pintura de uma faixa de pedestres nas cores da bandeira do arco-íris na Avenida Bento Gonçalves, por iniciativa do Grupo Também que solicitou a Prefeitura através de um ofício. A pintura foi realizada em 28 de junho, em alusão ao Dia Internacional do Orgulho LGBTI+. Havia visto nas páginas do Conselho uma publicação convidando para a inauguração da faixa. A intenção com a ação é que a faixa se torne permanente, contudo é um desafio manter a pintura em dia. Na reunião foi sugerido repintar em datas comemorativas alusivas à agenda LGBTI+ e outra/o conselheira/o afirma ter sentido falta, por parte da Prefeitura, ao divulgar a atividade sem mencionar o Também, pois da forma como se comunicou, deu a entender que a iniciativa foi do governo municipal.

A gente sabe que um ato como esse não devolve nada à população, mas contribui muito com a visibilidade, abre o debate e mostra o reconhecimento do poder público ao movimento que é importante nesse momento que a gente vive retrocessos e ascensão da extrema direita [...] (SEC).

Mesmo que o ato “não devolva nada à população”, nas palavras do secretário, a faixa pode ser vista como uma forma de militância, principalmente no que tange a visibilidade da(s) pauta(s) LGBTI+. Da mesma forma que as Paradas, que transgridem a imagem de “minorias” em termos quantitativos e alcançam visibilidade massiva ao festejar o orgulho mais do que exclamar palavras de ordem (FACCHINI, 2018), um evento político, mas não só, capaz de desafiar, subverter e inverter categoriais sociais e culturais hegemônicas (CAMARGOS, 2018). A faixa de pedestres faz com que aqueles que transitam pela cidade parem, aguardem e reflitam sobre as cores pintadas, ainda conforme o secretário, “abre o debate e mostra o reconhecimento”, abre brechas. De acordo com uma das diretoras executivas do órgão, “[...] a faixa, as pessoas vão se acostumando com elas, vão lá tirar uma foto”.

A respeito da divulgação da ação por parte da Prefeitura sem mencionar a iniciativa do Também, o representante da Secretaria de Cultura presente no encontro, se manifestou concordando com a “falha na comunicação”, porém chamou atenção para a visibilidade estadual alcançada com a pintura, uma vez que a faixa virou notícia em diversos veículos de comunicação, nos quais diz ter creditado o Conselho Municipal. Outra/o presente afirmou ter contestado o poder público pela falta de reconhecimento,

enquanto uma das diretoras executivas acalma os ânimos ao dizer que essa [falta de créditos e de reconhecimento] é uma “triste realidade do nosso meio”.

Ainda durante as discussões sobre a faixa de pedestres, emerge o comentário da “saída do armário” do Governador Eduardo Leite (PSDB). Na semana anterior à reunião, o político declarou sua homossexualidade em um programa de televisão e, para uma das conselheiras que diz esperar cada vez mais apoio:

Acho ótimo ele sair do armário, independente do partido, de outras, achei maravilhoso, deu uma grande reviravolta quanto aos preconceitos e tabus que existem na política.

No entanto, vale destacar a fala do governador que deixa implícita sua visão e posicionamento com relação à sua homossexualidade: “[...] sou um governador gay, não sou um gay governador”³². Ou seja, a sexualidade aparece em segundo plano, é um fato secundário ao seu status de governador (político). Portanto, compreende-se que esta não é uma causa pela qual Eduardo Leite luta ou pretende lutar ativamente, mesmo que sua declaração atinja setores mais conservadores da sociedade e, de alguma forma, abra discussões e visibilidade à pauta. Por fim, as reuniões do Conselho se mostram como espaços nos quais assuntos atuais são debatidos e não somente como um encontro burocrático e institucionalizado para cumprir protocolos.

Ao prosseguir a pauta da reunião, são cobradas atividades por parte dos Grupos de Trabalhos. Descobri que os GTs atuam sob demanda de acordo com a sua área específica. A Secretaria de Segurança Pública do município solicitou para participar de forma mais ativa no GT Segurança e o GT Cultura informou sobre o ofício enviado à Secult com a recomendação de cotas para o edital mencionado na reunião de junho. Uma das conselheiras alerta para as burocracias exigidas nos editais ao questionar se há procura de travestis e transexuais inscritas. Segundo defende, o edital não terá tantas inscritas para preencher as vagas, pois a papelada cobrada dificulta o acesso, sendo que 90% das travestis e transexuais são trabalhadoras do sexo. Outra/o conselheira/o reforça que é o segundo ano em que cotas são destinadas à LGBTI+ e, portanto, se trata ainda de um processo pedagógico e a intenção é aprimorar os processos a cada ano e edital lançado. Os demais GTs não relataram suas atividades.

³² Disponível em: globoplay.globo.com/v/9653100/. Acesso em: 7 nov. 2021.

Nesse ponto do encontro, a chamada de vídeo foi encerrada por alcançar o limite de 1h disponibilizado pelo *Google Meet*. As/os conselheiras/os geraram outro link e, dessa vez, o secretário lembrou de me enviar o novo acesso para continuar acompanhando a reunião. A pauta seguiu abordando a representação do Conselho na Parada da Diversidade de Jaguarão, para a qual foram convidados, porém, nenhuma da/os conselheiras/os se disponibilizou a prestigiar o evento durante o final de semana seguinte. Além disso, elegeram duas representantes do órgão para participar da organização da Semana da Diversidade de Pelotas. Por fim, abrem para as/os participantes trazerem assuntos ainda não abordados e, em seguida, encerram a reunião. O próximo encontro estava marcado para 12 de agosto, mas, conforme já mencionado, as/os diretoras/es executivas/os não organizaram pauta e, sendo assim, não ocorreu. Vale destacar que a organização da pauta, junto de presidir as reuniões e garantir o bom funcionamento do órgão foram mencionadas como as principais funções das/os diretoras/es executivas/os por DE2 durante as entrevistas.

Em setembro retomei contato com o secretário para solicitar link do encontro daquele mês e não fui avisado. A breve desarticulação do órgão acionou alguns questionamentos, na mesma direção dos feitos anteriormente quando soube das cadeiras em vacância: as/os diretoras/es não estão interessadas/os no Conselho? Por que estão desmotivadas/os? Por que os LGBTI+ pelotenses não estão engajados politicamente e porque não ocupam com mais afinco o espaço de partilha de poder? Como ficaram os assuntos discutidos na reunião anterior? Sendo assim, dei início à etapa de entrevistas com as/os diretoras/es executivas/os e com o secretário. Após observar dois encontros, reorganizei o roteiro de perguntas com novas dúvidas e passei a me aproximar mais efetivamente do órgão através das/os conselheiras/os.

3.2 QUEM ENFRENTA A DIVERSIDADE DIA APÓS DIA SOMOS NÓS

Dialogar com as/os conselheiras/os me aproximou ainda mais do fenômeno estudado. Foi quando tive oportunidade de compreender acontecimentos, atuação, nuances e a visão do colegiado sobre o órgão. Das 20 cadeiras titulares, 18 estão ocupadas. Pretendia, no início do trabalho, entrevistar as/os diretoras/es executivas/os e as/os representantes do poder público local, no entanto, em função da dinâmica remota e on-line, optei por prosseguir esta etapa apenas com as/os membros diretoras/es e

acrescentei o secretário à lista por conta da sua vivência enquanto militante LGBTI+ no município, tendo em mente o compromisso da prática etnográfica que tem como objetivo conhecer com profundidade uma configuração social particular mais do que sua representatividade estatística (FASSIN, 2016). As entrevistas ocorreram via *Google Meet*, após convite para participar da abordagem.

A mesa diretiva do Conselho conta com três diretoras/es e o secretário. Desse total, não consegui agenda com uma das diretoras. Vale lembrar que, a critério de identificação no texto, nomeamos as/os diretoras/es de DE1 e DE2. A numeração se refere apenas à ordem em que as entrevistas foram realizadas. Também optei por utilizar uma abreviação para o secretário, SEC, a fim de padronizar as nomenclaturas das/os entrevistadas/os no texto. Sendo assim, sistematizo a tabela abaixo apresentando contextos de quem são as/os entrevistadas/os desta pesquisa, entendido como necessário para as análises a seguir:

Tabela 2 - Sistematização das/os conselheiras/os entrevistadas/os

Função	Características	Militância
Diretora Executiva 1 (DE1)	Negra e não-binária	Sempre gostou de trabalhar em prol da comunidade LGBTI+, em específico com a população de travestis e transexuais. Atua no movimento há cerca de 5 anos, em especial, no Coletivo T Juliana Martinelli desde sua fundação.
Diretor Executivo 2 (DE2)	Homem cis, branco e gay	Militante desde 2012, quando se organizou no Coletivo Juntos (PSOL). A partir de 2018, passou a militar com foco na área da saúde LGBTI+.
Secretário (SEC)	Homem cis, branco e gay	Ativista desde 2000. Adentrou a esfera da militância quando conheceu o Nuances, grupo LGBTI+ mais antigo do Rio Grande do Sul. Fundador do

		Grupo Também em Pelotas, foi um dos articuladores da primeira Parada no município.
--	--	--

DE1 e DE2 são membros do Conselho desde sua formação, enquanto SEC assumiu cadeira no início de 2021, quando sua conselheira/o titular desistiu do cargo, pois havia sido eleito como suplente. Com exceção de DE1, as/os demais entrevistadas/os acompanharam as disputas e embates anteriores à implementação do órgão. Ao olhar para a breve trajetória de militância descrita pelas/os interlocutoras/es, já percebem-se diferentes tipos de atuação sociopolítica. DE2 e SEC militam de maneira mais institucionalizada, em partidos políticos e grupos de articulação sociopolítica; DE1 milita com viés assistencialista, com foco em travestis e transexuais do município, mesmo que através do Coletivo T Juliana Martinelli.

Conhecer as vivências e formas de militância das/os interlocutoras/es levou a pensar sobre o lugar de fala de cada um, bem como, os discursos proferidos. As visões das/os entrevistadas/os sobre o órgão se distinguem a partir de seus históricos junto ao Movimento LGBTI+. É consenso para todas/os o papel fiscalizador do Conselho, porém, digamos que as intensidades e envolvimento dessa fiscalização são mencionados de maneira distinta. Para melhor compreender o que quero dizer, devemos ter em mente que as noções de lugar de fala, formuladas por Djamilia Ribeiro (2017) têm por base as contribuições da *feminist standpoint*, ou seja, uma crítica à vivência das mulheres em posição de exclusão junto ao corpo social estruturado sobre a desigualdade de gênero. Portanto, a abordagem elege como categoria analítica e epistemológica os lugares e posições ao invés dos sujeitos, pois as posições ocupadas pelos sujeitos não necessariamente são apreendidas das condições corpóreas ou de localizações espaciais, sociais e culturais. Uma vez que as relações materiais são estruturadas segundo as visões de mundo dos grupos dominantes restando, como consequência aos grupos historicamente oprimidos, a luta pela conquista e compreensão dessa lacuna na produção do conhecimento, muitas vezes, acompanhadas do silenciamento de discursos que os evidenciam, como é também o caso de LGBTI+, conforme já pontuado no primeiro capítulo deste trabalho.

Para DE1, negra e não-binária, o Conselho é empoderador. Em diversos momentos da conversa, menciona “ter poder”, por acessar um espaço paritário entre

sociedade civil e poder público local. A respeito do papel exercido pelo órgão no município, além da fiscalização e cobrança de execução de leis e protocolos, diz que as/os membros tentam se informar de tudo o que acontece na cidade, apesar da dificuldade por conta do pouco número de conselheiras/os representantes da sociedade civil no colegiado. Compreendo, em sua narrativa, a responsabilidade atribuída aos cidadãos, pois conforme acredita:

[...] quem cobra somos nós, sociedade civil, porque somos nós que passamos os conflitos, somos nós que passamos as dificuldades, somos nós que enfrentamos os preconceitos na rua e quando a gente usa algum serviço.

Em sua fala também evidencio a possibilidade de acesso a espaços historicamente negados aos LGBTI+, produção de conhecimento, epistemologias e apropriação de discursos, entendidos como sistemas que estruturam determinado imaginário social, uma vez que falamos de poder e controle. Nas palavras de Foucault (1999a), “o discurso não é simplesmente aquilo que se traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10). A noção aqui mencionada aparece no trecho da entrevista com DE1 destacado abaixo:

[...] quem passa preconceito somos nós, quem passa o preconceito é quem enfrenta a diversidade dia após dia, não a pessoa que é cis, que é hétero, que não sente na pele que vai falar por mim uma coisa que não passa ou vai tentar imaginar uma coisa que a gente passa. Então assim, não. É eu que to passando, eu que tenho que trazer essa informação, ‘aconteceu isso e isso’. O problema é que as pessoas cis querem ter esse poder de fala, mas sem influenciar, sem ter vivencia com aquilo. E acho que o Conselho vem pra isso, de trazer a vivencia das pessoas pra dentro do Conselho pra que os órgãos públicos possam ter conhecimento do que acontece na sociedade, sendo que a gente tá numa batalha ainda né, o Conselho ainda é novo, mas a gente vai chegar lá.

Em contraposição, para SEC, o Conselho exerce o “papel de todos os conselhos”. O poder é mencionado, porém atribuído ao órgão em si, como sinônimo de capacidade de atuação. Nesse sentido, acredita que alguns conselhos possuem mais poder que outros e, em específico o Conselho LGBT, por não lidar com recursos como outros conselhos, a exemplo da saúde e educação, o papel assumido se restringe à fiscalização e fomento de políticas públicas no município. Em sua entrevista, também se percebe a noção de lugar de fala, com relação ao espaço propiciado pelo órgão:

[...] faz mais o papel de regulação social, eu acredito, que aquelas vozes que não teriam acesso, não é, às políticas públicas, que elas através do conselho adquiram um canal de contato com o poder público, né. Porque o conselho não tem nenhum poder de execução de nada, né, ele é mais consultivo e deliberativo.

Já DE2 acrescenta ao discutido até então na visão das/os diretoras/es a importância do Conselho também para diagnosticar os problemas e dificuldades enfrentados pelos LGBTI+ em Pelotas, principalmente com relação ao acesso à saúde, educação e empregabilidade e quanto aos atravessamentos da iniciativa privada que não respeitam o lugar da pessoa LGBTI+ no município. O conselheiro ainda destaca que, apesar de ser um conselho municipal e se ater à atuação nesse âmbito, isso não impede que alguns órgãos e organizações estaduais e federais, instaladas na cidade, sejam alvo de fiscalização do Conselho LGBT. A atuação militante vinculada a partidos políticos confere a DE2 uma característica discursiva com ênfase na institucionalidade democrática, percebido desde as reuniões observadas, e novamente na sua entrevista, quando diz que, mais que fiscalizar, o conselho deve propor. Segundo acredita, o Conselho não pode funcionar apenas sob demanda, “eu acho que a gente tem que ter planejamento mesmo, né, de ter planejamento estratégico”.

Quem sugeriu o desenvolvimento do Planejamento Estratégico do Conselho e organizou a comissão responsável pelo diagnóstico inicial durante a reunião observada em junho foi DE2. Na entrevista, mencionou estarem a ponto de aprovar o documento para o mandato de 2022, já que as próximas eleições estão marcadas para ocorrer em dezembro de 2021, com diretrizes que contemplam o Poder Executivo, o Legislativo e também a iniciativa privada. Como exemplo do proposto no documento, o conselheiro cita uma lei, através do Executivo, com foco na iniciativa privada, para isenção de parte do ISSQN³³ para empresas que contratarem um efetivo mínimo de pessoas trans no quadro de funcionários e outra lei de emenda à Lei Orgânica para garantia de vagas para pessoas trans no setor público.

O lugar de fala vivenciado por SEC, que se aproximou da militância LGBTI+ através do Nuances e se identifica com uma postura ativista de confrontação, de

³³ O Imposto Sobre Serviços (ISS) é um tributo que incide na prestação de serviços realizada por empresas e profissionais autônomos. Ele é recolhido pelos municípios e pelo Distrito Federal e também é conhecido como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Quase todas as operações envolvendo serviços geram a cobrança deste tributo.

“quebrar padrões” em suas palavras, o faz entender que não existe um Movimento LGBTI+. Essa discussão perpassa as disputas internas dos segmentos que se aglutinam sob o guarda-chuva LGBTI+ e rompem a coletividade imaginada (AGUIÃO, 2016; 2020) projetada para a sigla. Definir as atuações, confrontações e demandas LGBTI+ como um “movimento” se dá muito por conta da necessidade de periodização e junção de proposições julgadas similares, porém, ao nos aproximarmos das atuações LGBTI+, percebemos a diversidade e diferenças de pautas abrangidas, fruto das inúmeras possibilidades de vivência e resistência no que tange o leque de gênero e sexualidade possível. Ao retomar as palavras de Aguião (2016), antes de perpassar os sujeitos propriamente ditos, as disputas tangem os elementos da estrutura social abstraídos de seus contextos e reverberam a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019), ou seja, o entrecruzamento de categorias como raça, classe, gênero e sexualidade que produzem diferentes formas de experienciar opressões, uma vez que a sociedade patriarcal impõe como hegemônico o projeto cisheterossexual branco e masculino.

[...] rapidamente eu entendi que não existe um Movimento LGBT. Isso não existe nem em nível local, nem em nível estadual, nem em nível nacional. Não existe um Movimento LGBT, o que existe são organizações, cada organização tem o seu propósito, o seu foco de trabalho e, na verdade, o Movimento em si, ele não existe porque não existe pauta comum. Pra que existisse um movimento deveriam todos estar caminhando pro mesmo caminho, né. E não é assim que o Movimento se constituiu. O Movimento LGBT, a gente diz movimento, eu uso também essa palavra pra falar no globo, mas na verdade movimento não existe (SEC).

As divergências de pautas e embates por visibilidade com intenção de contemplar todos os segmentos se reflete na sigla adotada pelo dito movimento em vias de construir um sujeito político para dialogar com o Estado, principalmente. O imaginário corrente associa à sigla LGBT; na literatura, os trabalhos mais recentes têm adotado LGBTI+, tanto que optamos por essa variação para seguir as referências utilizadas; e dentro das vivências proporcionadas na chamada quarta onda, conforme a revisão bibliográfica desenvolvida no primeiro capítulo, com a complexificação do sujeito político e ênfase na experiência corporal, começamos a, empiricamente, perceber variações como LGBTQ, LGBTQI, LGBTQIA, LGBTQIA+ e LGBTQIAP+, por exemplo. No entanto, o Conselho Municipal adere à variação LGBT. Quando questionados, as/os diretoras/es executivas/os explicam que o motivo é meramente

burocrático em função do período em que o órgão foi garantido legalmente, pois o Movimento nacional adotava LGBT até então.

Mesmo entendendo não haver um Movimento LGBTI+, SEC explica a adoção da variação LGBT na nomenclatura do Conselho com viés institucionalizado a partir de ganhos e avanços sociopolíticos enquanto movimento social. Em sua fala, menciona a Conferência Nacional LGBT, ocorrida em 2016, quando se determinou que o Brasil utilizasse a sigla LGBT, “então isso está consolidado num congresso, numa Conferência Nacional”, explica. A próxima Conferência estava marcada para 2019, onde o acrônimo seria revisado, no entanto, o encontro não aconteceu, muito em função de todos os retrocessos com a eleição de Jair Bolsonaro, sobretudo com a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/ LGBT). Nesse sentido, SEC diz ter defendido LGBT por ser a última decisão tomada a nível nacional, já que sem uma nova Conferência restou aos grupos articulados adotarem a sigla que melhor os represente.

DE2 avalia as variações da sigla de forma positiva, por possibilitar a inclusão de outros corpos, “corpas” e discussões acerca das disputas políticas. Porém, acredita que o termo LGBT possui maior alcance, conseguindo adentrar as massas, ou seja, proporciona maior visibilidade ao órgão municipal. Segundo conta:

Quando eu comecei no Movimento, muitas pessoas utilizavam o termo GLS ainda e ter o termo LGBT hoje difundido é uma coisa que era impensável em 2012, por exemplo, que todo mundo soubesse diferenciar uma pessoa gay de uma pessoa trans, por exemplo, e isso obviamente vem mudando. Mas é o mesmo, é a mesma questão que hoje a gente falar LGBT, Conselho LGBT e a gente no meio tá falando LGBTQIA+, quem na população conhece o que é uma pessoa intersexo ou uma pessoa assexual, né? Então é um pouco de tentar chegar nas massas também, né, essa era a discussão que se tinha um pouco antes né, porque se o LGBT já não chegava [...]. LGBTQIAP+ chega na travesti que tá na esquina? Ela sabe o que é uma pessoa queer? Ela sabe o que é uma pessoa pansexual? Ou a pessoa que faz parte da comunidade tá na vila ela conhece disso? Então é um pouco disso, de tentar chegar na massa. Mas eu acho que isso não é justificativa pra que a gente não evolua, eu costumo dizer que se a gente para, a gente tá regredindo, porque as outras pessoas, a sociedade e a heterocisnormatividade continua dando passos, então se a gente para a gente fica pra trás, então é uma revisão que eu acho que, eu acho não, tenho certeza, que a gente precisa fazer sim.

As discussões sobre o acrônimo utilizado pelo Movimento refletem embates inerentes oriundos das diferentes categorias sociais inseridas nessa “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2006). Dentro do Conselho Municipal não é diferente. O órgão propõe um espaço de diálogo paritário entre a sociedade civil e o poder público local e, dentre os

representantes, é necessário buscar contemplar todos os segmentos abrangidos pelo Movimento LGBTI+. A visão das/os conselheiras/os entrevistadas/os sobre essa questão se mostra bastante alinhada com o *locus* e histórico de militância de cada uma. DE1, por exemplo, enxerga a aglutinação dos diferentes segmentos a partir de pessoas distintas, com ideologias e maneiras de pensar individuais e, “como toda e qualquer comunidade, muitas pessoas não tem empatia”, diz. No entanto, acredita ser uma característica comum a todo e qualquer conselho, mesmo que por vezes não seja fácil de lidar. Das/os entrevistadas/os, DE1 é quem menciona com mais sinceridade as discussões internas do Conselho, ao contar que, possivelmente se fossem encontros presenciais, dariam brigas entre as/os conselheiras/os. Sendo assim, pode-se compreender que a dinâmica remota atenua as divergências e, talvez, silencie vozes e lugares de escuta. Para ilustrar, destaco abaixo o trecho da entrevista de DE1 que ilustra a situação e denuncia a falta de atuação por parte do poder público no município:

[...] as pessoas cis ‘ah porque eu conheço, porque eu sei, porque eu estudei’ e aí do órgão público pior ainda porque eles se acham porque eles têm um domínio, porque eles conhecem, porque eles trabalham com a população. E na verdade eles não trabalham com a população, porque se trabalhassem com a população não existiria o terceiro setor pra fazer coisas pra população. Então as ONGs existem, a minha ONG existe porque o órgão público não faz o seu trabalho bem feito, então não vem dizer pra mim que faz e que acontece porque não é bem assim.

Já para SEC, os embates entre as categorias sociais não “entram tanto” dentro do Conselho Municipal e ficam mais visíveis no campo da militância e da luta política. De maneira geral, o órgão se concentra na pauta e discussões macro enquanto Conselho, porém reconhece as divergências nas manifestações pessoais das/os conselheiras/os, o que se evidencia na fala de DE1 acima. DE2, por sua vez, mantém o tom democrático em sua resposta, ao dizer ver que tudo na sociedade é disputa e no âmbito LGBTI+ não é diferente. Ressalta ainda, ao contrário das/os demais entrevistadas/os, a perspectiva interseccional de aglutinar as lutas e unir forças, sobretudo para resistir ao contexto necropolítico de retirada de direitos sociais e assegurar direitos alcançados. Conforme conta, durante a formação do Conselho foi feito um esforço para alcançar paridade de gênero e garantir pessoas trans, travestis, lésbicas e negras e negros entre as/os eleitas/os. Por fim, comenta sobre a expressão da disputa interna no órgão, mas que isso não impede o encaminhamento de demandas ou a atuação no município e avalia como positivo o fato de não haver conselheiros reacionários, com posicionamentos políticos

de direita no colegiado, por representarem “algo que eu não quero representar”, encerra DE2.

3.3 PRECISAMOS CONTINUAR NA LUTA

De modo geral, compreendo o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas como um órgão novo, um espaço recente de partilha de poder entre poder público e a comunidade LGBTI+ local. Nesse sentido, a participação social LGBTI+ em Pelotas, isto é, os processos participativos de pessoas LGBTI+ na esfera pública em busca de conquista ou efetivação de direitos negados ou violados (FEITOSA, 2018), ainda é uma arena em construção na cidade. A instauração do colegiado, meses antes da pandemia, impôs dificuldades de articulação, ainda assim, as/os conselheiras/os eleitas/os buscaram retomar os encontros para efetivar a primeira gestão de um Conselho LGBTI+ em Pelotas.

Possivelmente, por conta de se tratar de um recente espaço, ainda faz-se necessário pleitear por visibilidade entre as demais esferas da comunidade LGBTI+ pelotense, pois conforme descrito anteriormente na visão das/os entrevistadas/os, o órgão ainda possui atuação muito reativa, a partir demandas que chegam através das/os conselheiras/os enquanto pessoa física e/ou militante. Porém, essa se mostra uma via de mão dupla: da mesma forma que o Conselho “espera” pela sociedade civil, auxilia as/os conselheiras/os, enquanto ativistas, a atuarem com maior eficácia na cidade. Quem demonstra essa perspectiva é DE1, uma das fundadoras do Coletivo T Juliana Martinelli, que busca auxiliar o segmento T em Pelotas na garantia de acessos a serviços essenciais no município. Segundo acredita, muitos LGBTI+ não conhecem os canais disponibilizados no município por conta da carência de divulgação.

[...] a gente sempre teve contato com algumas pessoas e através do Conselho esse contato se amplia. Então hoje, com o Conselho, tenho contato com alguns secretários da cidade, eu tenho contato com Promotor de Justiça, delegacia que é da mulher... Então a gente, quando alguém nos procura, tanto Coletivo, quanto eu como pessoa como Coletivo, como eu pessoa-Conselho, a gente sabe aonde tu vai procurar pra encaminhar aquela pessoa praquela situação que ela tá passando. Então a gente começa a cobrar que de fato as coisas aconteçam.

A centralidade da atuação do Conselho nos sujeitos reforça a noção de que, para efetivar a participação social LGBTI+ em Pelotas, ela precisa ser qualificada. Em

outras palavras, além de exigir organização dos cidadãos em grupos, coletivos, ONGs, etc. (PINTO, 2004), o poder público necessita investir em capacitações para as/os eleitas/os com informações e conhecimento sobre as dinâmicas de funcionamento das estruturas estatais, uma vez que esses sujeitos, agora conselheiras/os, estão frente a novas formas de se relacionar com o campo da política. Gohn (2006) lembra que, em uma sociedade construída a partir de inúmeros processos de exclusão social, como a brasileira, os conselhos apontam para concretas possibilidades de um espaço público que não se resume (e não se confunde) com o espaço governamental.

Apesar de se relacionar com as secretarias municipais, acredito que o Conselho não dialoga diretamente com a Prefeitura. A respeito de treinamentos e capacitações, proporcionadas pelo Executivo, DE2 é enfático ao negar e diz que, em teoria, o atual governo municipal prevê o controle social como característica de suma importância para a política, porém, na prática, “quanto mais desarticulados nós estivermos, melhor”. A capacitação ofertada ao colegiado eleito partiu de uma iniciativa própria do Conselho e o Planejamento Estratégico em desenvolvimento já prevê uma série de capacitações, tanto internas, quanto externas através do GT Educação, com foco na comunidade interessada em geral. Mesmo que ainda haja muito a ser feito, DE2 acredita ser importante o esforço coletivo para a formação das/os conselheiras/os para que, no futuro, tenham mais qualificação e, conseqüentemente, uma luta ainda mais organizada, pois:

[...] com todos os desafios, e por ser um conselho tão novo, eu avalio que o movimento consegue pautar muitas questões importantes e nós não somos, digamos assim, essa extensão da gestão do município. Então, o interesse da gestão é de que a gente não fiscalize, não proponha, o interesse da gestão é que nós fiquemos discutindo ali muitas vezes entre nós, foram várias as demandas que a gente já recebeu que a gente conseguiu já transformar as pequenas coisas.

DE1, que não possui vínculo com partido político ou histórico de militância em arenas políticas, não é tão enfática ao mencionar o (não) envolvimento da Prefeitura com o órgão. Ainda diz que a intenção para os próximos anos, possivelmente o que será previsto no Planejamento Estratégico do Conselho, é fazer uma preparação para as/os eleitas/os, desde explicação sobre o que é um conselho, qual a sua função e o que se pode fazer enquanto conselheira/o. Mesmo que haja um estatuto, DE1 acredita que a formação se faz importante, uma vez que nem sempre um documento, com artigos e

parágrafos, será compreendido por todas/os, pois o volume de informações pode gerar confusões. “O que eu posso e o que eu não posso fazer? Qual é o poder que eu tenho? E se de fato eu tenho esse poder, como eu uso esse poder?” questiona. Ao problematizar o despreparo de muitas/os militantes, DE1 novamente mobiliza a perspectiva de empoderamento concedida ao ser eleita conselheira municipal, indo além do seu lugar de fala, mas também abrindo um lugar de escuta.

Em função da carência de incentivo por parte da Prefeitura ao não capacitar, especialmente, o primeiro colegiado eleito, DE1 relata que as/os conselheiras/os entraram “meio cru” e foram aprendendo conforme “foi passando os meses”. Talvez, essa ausência de subsídios para as/os membros do órgão tenha culminado no elevado número de vacâncias dentro Conselho, principalmente quando se trata das cadeiras ocupadas pela sociedade civil. Ao todo, foram eleitas/os 20 conselheiras/os enquanto sociedade civil, sendo 10 titulares e 10 suplentes. Desse total, há duas vagas em vacância, ou seja, 12 eleitas/os desistiram de seu cargo, enquanto as 20 vagas destinadas ao poder público local continuam preenchidas. Nesse sentido, podemos questionar o nível de paridade entre as/os integrantes e, ainda, a legitimidade dessas/es conselheiras/os, uma vez que as/os representantes do poder público não necessariamente são LGBTI+. Em contraposição, a Câmara Diretiva é composta apenas por sociedade civil, o que garante as discussões de temáticas consideradas importantes e latentes para a população LGBTI+ pelotense.

Para se candidatar ao Conselho enquanto sociedade civil foi preciso comprovar a atuação de militância LGBTI+, conforme relata DE1, mesmo que de maneira “fraca” e sem “muita base”. A aprovação/validação da documentação apresentada foi feita pela Secretaria de Cultura por se tratar de um primeiro colegiado ainda sem representantes oficiais eleitas. Na visão de DE1, as vacâncias ocorreram por conta de fatores como Pelotas ser uma cidade universitária, somado à pandemia. Em sua fala, diz que muitas/os das/os eleitas/os não eram de Pelotas e, com o ensino remoto, acabaram retornando para suas cidades e estados de origem, deixando o Conselho em “segundo plano”. Para evitar que haja falta de comprometimento e garantir um colegiado ainda mais efetivo, menciona prever a comprovação de residência no município por, no mínimo, cinco anos já no regimento das próximas eleições, além de uma entrevista com as/os eleitas/os.

Destaco abaixo um trecho da entrevista de DE1 que demonstra sua indignação com as desistências e, conseqüentemente, não aproveitamento de mais um espaço de luta LGBTI+ na cidade:

[...] A gente não ganha nada pra tá no Conselho, a gente não tem salário, a gente não tem ajuda de custo nenhuma, é simplesmente pela vontade de lutar em prol de uma comunidade, de uma população que a gente quer lutar por ela, então tu não ganha nada pra tá lá. Então ‘ah, vou entrar no Conselho pra ganhar um salário da prefeitura’, esquece, não tem salário, mas tu tem que tá lá por amor às outras pessoas que tu quer lutar.

Nesse momento da entrevista de DE1, compreendo seu lugar de fala, atravessado pela intersseccionalidade de seu corpo, como o impulso para sua agência (MAHMOOD, 2006). Isto é, a não-binariedade a expõe à precariedade, nos termos de Butler (2019) apresentados no primeiro capítulo deste trabalho, por romper discursos hegemônicos cisheteronormativos, e proporciona uma capacidade para ação, traduzida na solidariedade pelas pessoas de sua “comunidade”, através de uma linguagem e sentimento afetivo definido como “amor às outras pessoas que tu quer lutar”.

A respeito das vacâncias, DE2 conta que as/os conselheiras/os chegaram a discutir a possibilidade de uma eleição para preencher os cargos vagos, no entanto, como a proximidade das eleições gerais, optaram por aguardar o novo colegiado. O lugar de fala ocupado por DE2, discutido no tópico anterior, novamente se evidencia quando avalia as desistências. Militante vinculado a partidos políticos, demonstra uma visão mais contemplativa e macro sobre aquelas/es que não cumpriram o mandato, justificado por “muitos atravessadores” e características pessoais de alguns julgarem ser “uma coisa e não é aquilo”. Também o despreparo enquanto LGBTI+ para ocupar cargos sociopolíticos, como o de conselheira/o. Do meu ponto de vista, enquanto pesquisador-militante, esse momento da entrevista com DE2 foi bastante sensível, pois percebi um tom de desabafo que julgo importante reproduzir completo no trabalho:

E um dos grandes problemas que eu acho é quando a gente critica muito e não consegue apresentar uma alternativa. E às vezes, tem essa característica nos movimentos ativistas, militantes, que é somente da crítica pela crítica, tudo tá errado, tudo não tem jeito. Eu sei que é cansativo, eu mesmo várias vezes, praticamente diariamente, penso em desistir e aí eu desisto todos os dias de noite e retomo a luta todo o dia de manhã, porque é desgastante mesmo. É desgastante a gente ter que estar batendo na tecla muitas vezes sempre e por muito tempo; é desgastante a gente ter que estar o tempo inteiro brigando, mas eu acho que a gente precisa ser propositivo. Porque eu só tenho os direitos que tenho hoje, embora eles ainda não sejam comparados

com aquele sujeito universal né, apesar de que a nossa constituição diz que todo mundo tem os mesmos direitos, a gente sabe que na prática não funciona assim, eu só tenho o pouco do que eu tenho porque outros vieram antes de mim, outros militantes, outros ativistas também lutaram e também estiveram nesse lugar, então pelos que vieram antes de mim e pelos que virão, eu fico pensando que eu não posso desistir agora né, talvez daqui um tempo. Mas eu imagino que muitas dessas pessoas que desistiram, por exemplo, talvez tenham se esgotado e é triste, mas é o homicídio né, isso faz parte de um projeto cultural, as pessoas não morrem, de um projeto de sociedade, as pessoas não morrem só quando, enfim... as vezes a gente morre um pouquinho todos os dias. O fato é que a gente precisa, pra que menos pessoas morram cada vez menos, a gente precisa continuar na luta [...].

Durante o período no campo, mesmo que on-line, mantive uma posição de pesquisador, frustração que tentei demonstrar em outros momentos do texto. As entrevistas foram quando mais pude me aproximar do Conselho e das/os conselheiras/os. Esse trabalho não é construído para cumprir um protocolo ou atingir um grau de mestre, parte dele talvez; mas não só. Essa pesquisa mostra a importância de reconhecermos a historicidade de uma luta ativista na conquista e efetivação de direitos para uma das populações, dentre tantas, que mais sofrem com a necropolítica brasileira. Aplicada ao nível local, conheci ativistas que são pessoas como todas as outras. Parece engraçado não relevar a humanidade dessas/es militantes, normalmente vistas/os apenas como tais. Optei por manter todo esse trecho aqui justamente por isso: um momento em que um militante assume sua frustração; com sinceridade, conta ser difícil se manter na luta sociopolítica, mas reafirma a necessidade por todos os que vieram e pelos que virão. Enquanto realizava essa entrevista em específico, tomei a liberdade de me despir do meu eu-pesquisador e também trocar um desabafo pessoal com o entrevistado, conforme conto na introdução.

Retomando o assunto das vagas em aberto no Conselho, antes de encerrar este item, apresentamos a perspectiva de SEC, que inicialmente foi eleito suplente no órgão, assumindo a titularidade apenas em 2021. Diferentemente das/os demais entrevistadas/os, SEC menciona um jogo político por trás do Conselho, que influenciou a primeira eleição. Segundo conta, havia um grupo político interessado em ser hegemônico no Conselho. Ao ser questionado sobre qual grupo é esse, o secretário afirma poder “falar sem problemas” que havia intuito em promoção pessoal e visibilidade para uso político-partidário entre os integrantes do PSOL. DE1 menciona o mesmo fato, porém, de maneira superficial sem explicitar o partido em questão, quando diz ter havido um grupo com intenção de colocar um número maior de conselheiras/os e

que “[...] muitas pessoas que estavam num grupo de militância partidária, mas que não era envolvido com a militância e com a luta LGBT de uma forma específica” concorreram aos cargos.

Isso aconteceu, de acordo com SEC, porque as inscrições foram feitas por pessoas físicas e não por entidades e, assim, uma entidade pôde inscrever várias pessoas, o que criou um valor desigual na disputa pelas vagas de conselheiras/os municipal e elegeu muitas pessoas sem um real comprometimento com o órgão. Quanto à votação, foi realizada entre pares, isto é, os inscritos votaram entre si a partir da noção de que os militantes compreendem quais ativistas estão mais aptos a ocupar o cargo, modelo adotado pelo Conselho Estadual de Promoção dos Direitos LGBT e diversos outros conselhos. Para evitar que uma única entidade possua maior peso dentro do Conselho Municipal, SEC defende eleições por entidades, por quê:

[...] como essas pessoas elas não tinham comprometimento porque elas foram ali pelo ‘oba oba’ de alguém que disse que tu deveria se inscrever pra me apoiar e com isso tu entra junto, só que essas pessoas, algumas delas não participaram nem da primeira reunião, por exemplo, foram eleitas e nunca apareceram, então isso ficou assim comprovado de que realmente há um jogo de interesses né.

Desse modo, o novo espaço de participação social LGBTI+ em Pelotas dá início à sua trajetória já repleta por disputas de interesses e apropriações, o que se percebe, na verdade, desde sua proposição até a implementação e atuação. Conforme SEC, unir a política social da militância e uma militância político-partidária é uma questão polêmica e complicada. Mesmo que em diversos momentos e agendas haja intersecção, as reivindicações enquanto cidadão e enquanto partido político associado a uma ideologia específica, são bastante distintas. Quais vozes ecoam com mais força dentro do Conselho: sociedade civil ou partidos políticos? Sendo o órgão paritário entre estado e sociedade civil, esperamos que os cidadãos, mesmo que fora do Conselho sejam vinculados a partidos políticos, construam um espaço de escuta efetivo, para além das dificuldades de implementar um canal de fala.

3.4 A LUTA COLETIVA É MAIS FORTE

Quando me aproximei do objeto de estudo, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, desvelei processos pouco conhecidos até então para

mim e, possivelmente, para quem lê este trabalho. Essa é a intenção de qualquer pesquisa, adentrar um campo e contribuir na construção de conhecimentos, seja a partir de dúvidas, inquietações, problematizações e/ou até mesmo conclusões/soluções. Encontrei um espaço completamente diferente do imaginado, ainda mais por conta da pandemia e da dinâmica de pesquisa on-line. Para além de um órgão paritário, começo a perceber o Conselho fruto de constantes disputas e embates, inerente às pautas LGBTI+ e também às diferentes vivências das/os conselheiras/os e grupos que o conformam.

Parte dos embates e disputas é mencionada pelas/os conselheiras/os entrevistadas/os através de uma perspectiva que as/os situa referenciadas/os pelos seus respectivos lugares de fala, demarcados pela interseccionalidade das categorias sociais que as/os atravessam. A vivência de cada conselheira/o entrevistada/o faz com que o órgão seja visto e interpretado de maneira diferente, mesmo que o “objetivo final” seja comum a todas/os: fiscalizar as políticas públicas municipais destinadas à LGBTI+. Podemos ainda dizer que a dor em comum citada é o desejo de que o Conselho atue de maneira mais propositiva na cidade e configure um espaço de diálogo legítimo em Pelotas.

No entanto, devemos lembrar que analisamos o primeiro colegiado eleito de um dos primeiros conselhos municipais voltados à LGBTI+ no Rio Grande do Sul e que sua atuação teve início meses antes da pandemia. A impossibilidade de realizar reuniões presenciais fez com que o órgão ficasse alguns meses inativo durante 2020, o que não impediu o andamento de pautas e demandas, muitas delas fruto de latências experienciadas pelas/os próprias/os conselheiras/os enquanto cidadãs/os. As pautas abordadas atualmente, junto das principais conquistas e planos futuros para o órgão é o que pretendo discutir neste último item do texto.

Por se tratar de um conselho fiscalizador de políticas públicas e não executivo, o colegiado acaba por esperar que muitas das pautas cheguem através das/os conselheiras/os a partir de suas atuações de militância, rede de contatos ou vivências pessoais, o que já pontuamos em outro momento do trabalho. SEC não concorda com essa “postura” e acredita que o Conselho deveria ter as comissões bem instituídas, com pautas específicas para áreas como saúde, educação e violência, principalmente. Porém, compreende que tomaria mais tempo das/os conselheiras/os ao exigir uma constância no trabalho, para além dos encontros mensais, e “[...] nem todo mundo tem esse tempo,

então também é complicado cobrar algo que nem todo mundo tem disposição, já que o trabalho de militância ele é voluntário, né”.

Para DE1, dos grupos de trabalhos setorizados no Conselho, o de saúde atua mais porque “é o que tem mais informação saindo” e o de segurança quando há registro de violência contra LGBTI+ em Pelotas. DE2 também reforça as demandas para questões pontuais, sobretudo nas áreas de saúde e segurança, mas diz que buscam utilizá-las como exemplos para questões amplas. No GT Saúde, a pauta discutida durante o período em que a pesquisa foi realizada, versava sobre a estruturação de um ambulatório trans em Pelotas.

Através do Conselho, a gente já propôs uma emenda ao Plano Plurianual através do Vereador Jurandir e foi aprovado né, no Plano Plurianual, um repasse de recurso pro ambulatório trans, mas isso são... tem outros pontos que precisa ser ajustados, enfim, a reserva ainda é pouca (DE2).

No GT Educação, DE2 conta que o Conselho atuou através do mandato da Vereadora Fernanda Miranda (PSOL) aprovando uma lei que garante a discussão de gênero, sexualidade e combate à LGBTfobia nas escolas. Debate iniciado em Pelotas antes mesmo da instauração do órgão, quando o Plano Municipal de Educação foi votado em 2015. Com validade até 2025, o Conselho buscou garantir a continuidade das temáticas nas escolas municipais, uma vez que a discussão de gênero, sexualidade e combate à LGBTfobia já não está mais prevista no Plano Nacional de Educação, segundo conta DE2. Para o conselheiro, é fundamental educar as crianças para que cresçam sem uma visão LGBTfóbica de sociedade e que, a partir da lei proposta, o Conselho fiscalize a Secretaria Municipal de Educação para que as discussões sejam de fato implementadas nas escolas. Todos os eixos de atuação mapeados pelo órgão estão previstos e consolidados no Planejamento Estratégico do Conselho, documento em construção durante o período de desenvolvimento da pesquisa.

Ao olhar para os dois primeiros anos do órgão no município, DE1 considera que houve várias conquistas, tais como: uma articulação entre Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social para atendimento da comunidade T; a volta da distribuição de medicamentos para pessoas vivendo com HIV, que foi interrompida durante um período da pandemia; implementação de cotas para travestis e transexuais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e participação em projetos, como cartas de

apoio e de repúdio em algumas situações, como a extinção do CNCD/LGBT. Em sua avaliação, considera também o contexto sociopolítico nacional:

Então a gente teve alguns avanços, mas o problema que numa visão política hoje, a gente não avança muito em lutas, né, e conquistas de direitos. Em três anos, a gente não teve nenhum avanço, o que teve, teve e ficou ali, a gente não teve nenhum avanço a não ser o último agora que foi a UFPel, que foi as cotas pras pessoas trans e travesti. Mas a nível nacional não teve muita coisa não [...]. Por mais que a gente queira avançar, não por causa de presidente, né, é por causa de toda uma força política que tem [...], se tu larga algo pra eles que tem que ser aprovado em prol de uma comunidade LGBT, vai ser mais difícil de ser aprovado ou vai ser arquivado e guardado lá numa gaveta e ficar muitos anos ou muitos meses, [...] porque na época que foi colocado por algum deputado, algum senador, não foi levado de maneira que é uma comunidade, que é um povo, que é uma população que também precisa.

DE1 continua sua avaliação quando afirma que a comunidade LGBTI+ não quer privilégio, mas sim ser respeitada como qualquer outra pessoa no Brasil. O fato de “comparar” a “qualquer outra pessoa no Brasil” aponta para todos os índices e estatísticas que atravessam o *ser* LGBTI+ no país que mais mata travestis e transexuais no mundo (JUSTO, 2020) e onde a expectativa de vida de travestis e transexuais é inferior a 35 anos³⁴. Ou seja, novamente percebemos a agência a partir dos locais sociais destinados à LGBTI+ no Brasil, configurados por uma biopolítica expressa em uma necropolítica que expõe grupos à precariedade (BUTLER, 2019). Possivelmente, essas condições historicamente configuradas que impulsionam DE1 a continuar a luta “por amor” pela comunidade T, grupo ao qual se identifica.

Infelizmente, LGBTI+ ainda estão distantes de serem tratados como “qualquer outra pessoa no Brasil”. Conforme continua DE1, a empregabilidade é uma esfera de difícil acesso e, na hora de buscar trabalho, muitas/os transexuais não conseguem pelo fato de ser trans. A conselheira menciona a barreira do preconceito, mas também o empecilho legal, pois muitas/os possuem apenas nome social e reforça que, para o Conselho intervir e cobrar, é necessário ter alguma lei, pois sem o respaldo legal, o Conselho “fica de mãos atadas”, uma vez que só pode fiscalizar o cumprimento do que estiver legalmente previsto.

³⁴ De acordo com a presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB-SP, Marina Ganzarolli, a expectativa de vida da população T no Brasil é equiparável a números da Idade Média, “quando não tinha penicilina nem saneamento básico”. Disponível em: <https://bit.ly/3ney5yb>. Acesso em: 14 nov. 2021.

SEC analisa as principais conquistas de grupos LGBTI+ em Pelotas ao longo de seus mais de 20 anos de ativismo. Em suas palavras, o mais importante alcançado é a visibilidade, atribuída ao Movimento como um todo, sobretudo com as Paradas, “que é o que dá mais visibilidade, que propicia, não é debate, não é discussão, é mostrar os LGBTs de fato”. Depois, cita a constituição de um conselho municipal, que não existiria sem a militância de grupos organizados, leis municipais que asseguram direitos previdenciários para casais LGBTI+ e a inclusão do debate sobre gênero e sexualidade no Plano Municipal de Educação. Mesmo que a Prefeitura ainda não tenha implementado os marcos destacados, “é importante que nos documentos isto conste”, conclui o secretário. Sublinho, neste ponto, a interdependência da pauta LGBTI+, especialmente do Conselho, objeto deste estudo, de marcos legal. A luta se orienta, muitas vezes, pela conquista de leis, para assim poder agir em busca da garantia e efetivação do proposto no papel.

Ainda há muito a alcançar, especialmente quanto à violência a qual LGBTI+ são submetidos no Brasil e à educação, porque mesmo que haja uma mudança de paradigma com relação à população LGBTI+, “de nos tirar do submundo e a gente poder ser colocado num lugar de mais respeito” (SEC), por outro lado, o neoliberalismo, grupos conservadores e a extrema direita ganham visibilidade e se espalham por diversas arenas sociais, explicitado em um atual contexto de retrocessos. Nesse sentido, para SEC:

[...] a gente tá hoje praticamente tentando segurar os direitos que a gente tem pra não retroceder, mas já há retrocessos. Então tem esses dois caminhos, a gente precisa avançar muito na questão de violência e educação e também precisa manter o que nós conquistamos, porque tem muito a perder.

Para avançar a luta e assegurar o conquistado até então, há inúmeros desafios atravessadores das/os sujeitas/os conselheiras/os e enquanto entidade seja no âmbito da militância social e/ou partidária ou no Conselho enquanto órgão sociopolítico. O principal deles, destacado por DE2, é imposto pela própria sociedade, que não atribui à LGBTI+ a arena política e de tomada de decisões, mesmo que essa situação comece a mudar “[...] com muita luta e com muito esforço do Movimento LGBTQIA+”. Há também adversidades internas, entendidas por DE2 como “naturais da democracia”, porém em algumas situações dificulta o consenso enquanto órgão. Da mesma maneira

que SEC, DE2 não entende o Movimento LGBTI+ como homogêneo. As diferentes visões políticas de atuação refletem em disputas:

[...] Eu acho que isso internamente foi um grande desafio, mas chegou-se um momento que eu entendo que a necessidade de ter um conselho organizado pra fiscalizar, pra propor, acolher demanda, a propor política pública foi mais importante do que todos os outros desafios e por isso que eu vejo o resultado culminando em um conselho LGBT.

Além disso, a eleição de Bolsonaro, em 2018, acentuou a necropolítica nacional e instigou um contexto de insegurança em muitos ativistas de movimentos sociais, conforme conta DE2, o que levou a uma reorganização e necessidade de mobilização para assegurar os direitos conquistados e resistir. Apesar de um desafio para a população LGBTI+, o cenário contribuiu para a necessidade de um órgão como o Conselho instaurado em Pelotas, ainda mais se considerarmos a extinção do CNCD/LGBT, órgão de referência a nível nacional.

Dentre as/os conselheiras/os entrevistadas/os, há um anseio pela mudança na forma de atuação do Conselho enquanto órgão. DE2 acredita que o Planejamento Estratégico resulta dessa “inquietação”. Mesmo que considerem “difícil de ser alcançado”, o documento visa garantir, até 2030, acesso a empregabilidade, saúde, educação e a todos os direitos sociais para a população LGBTI+ em Pelotas. Para DE2, mesmo que existam diversos desafios pontuais, não podemos perder “do horizonte o que nós pretendemos é algo bastante audacioso para uma sociedade como a que a gente vive”. Na mesma linha, SEC avalia a primeira gestão como um momento de constituição do órgão: criação de estatuto, regimento, estrutura do Conselho, seu papel na sociedade e demarcação do espaço dentro do poder público.

Então, a minha avaliação pra esses dois anos é que algumas coisas pontuais a gente já alcançou, [...] mas que a gente precisa trabalhar muito ainda pra que a gente tenha espaço, a garantia do respeito à cidadania e a garantia de direitos da população LGBTQIA+ e a gente só faz isso se nós estivermos coletivamente organizados e pensando de uma maneira mais ampla. Não adianta a gente fazer só as coisas por demanda por que eu posso estar garantindo acesso pra uma pessoa e estar excluindo milhares de outras, então eu acho que a gente tem que pensar mais coletivamente, mais amplamente mesmo pra que as políticas públicas sejam implementadas, sejam bem executadas (DE2).

A fim de garantir a implementação do Planejamento Estratégico e assegurar direitos à LGBTI+ em Pelotas, ao avaliar a primeira gestão, SEC acredita que alguns

detalhes ainda não estão bem estruturados, como por exemplo, a participação da sociedade civil, pois houve muitas desistências. Para amenizar as vacâncias e possibilitar participação cidadã efetiva no Conselho, novamente SEC defende a inscrição enquanto entidades ao invés de pessoas físicas, uma vez que as pessoas possuem menos comprometimento e responsabilidade do que uma entidade, além de facilitar a cobrança de participação. Conforme conta o secretário, a próxima eleição já prevê, das 10 cadeiras destinadas à população, cinco para entidades e cinco para sociedade civil. “Eu ainda acho que deveriam ser as 10 para entidades, o problema é que a gente não tem 10 entidades né, então seria um outro problema ali”, enfatiza SEC.

Sobre os próximos planos do Conselho, DE1 admite ser mais sonhadora e ter expectativas pessoais enquanto conselheira, caso seja eleita novamente. Um dos desejos é organizar a Conferência LGBTI+ em Pelotas, já prevista no estatuto do Conselho, para protocolar dentro dos órgãos municipais todas as lutas e reivindicações da população LGBTI+. No entanto, diz que para isso, é necessário que a população também participe das reuniões e que algumas sejam abertas para todas/os interessadas/os em assistir e levar suas pautas. “A comunidade tem que fazer parte de todos os âmbitos, governamental ou não, então acho que o Conselho deve ser usado pra isso”, acredita DE1. Quanto a esse ponto, vale retomar a experiência enquanto pesquisador e a dificuldade para acessar as reuniões, relatada no primeiro tópico deste capítulo. Possivelmente, quando os encontros retornarem a ocorrer presencialmente, será mais fácil a participação da comunidade, porém, acredito ser necessária maior divulgação, convite e incentivo para os pelotenses em geral.

Na visão de DE1, atualmente é comum vermos muitas críticas nas redes sociais e, se a comunidade pudesse acessar o Conselho, também compreenderia melhor a atuação do órgão, suas competências e “limites”. Como exemplo de demanda do Conselho em andamento barrada por limitantes externos, a conselheira menciona a criação do ambulatório trans em Pelotas, entendida como uma das conquistas do órgão por parte de DE2. Segundo DE1, para o ambulatório sair do papel, há um impasse maior que o Conselho e a Prefeitura Municipal, posto pelo Ministério da Saúde, pois nos últimos anos nenhum ambulatório destinado à população transexual foi protocolado no país. Sendo assim, para a criação da clínica no município, deve-se aguardar liberação da entidade nacional, o que não significa que não haverá movimentações ou lutas pela implementação do ambulatório.

[...] uma coisa é a gente sonhar, correr atrás, e uma coisa é a gente ter perna pra chegar lá. E aí o Conselho é bem isso, a gente fiscaliza, cobra, mas tem o limite e aquele limite tu não pode passar, naquele espaço tu não pode adentrar sem tu ser permitido de passar praquela lado. [...] A comunidade de fora diz ‘ah o Conselho não luta, o Conselho não faz’. Não, o Conselho tá fazendo, só que ele faz conforme ele pode fazer (DE1).

Mesmo que exista cobrança de atuação do Conselho, DE1 diz as ver de maneira positiva e construtiva, pois enquanto conselheiras/os e militantes ativistas, as/os membros não estão 24h por dia nas ruas, por dentro de tudo o que acontece na cidade. Além de ajudarem na qualificação do serviço ofertado pelo Conselho Municipal. Na verdade, conforme DE1, o órgão deve ser cobrado por ser o intermédio ente órgão público e sociedade civil, responsável por “fazer essa conversa”, conectar as partes e levar dados da população LGBTI+ para dentro dos poderes públicos. A conselheira destaca ainda a necessidade de produzir dados estatísticos para amparar a criação de leis, cartilhas e basear a atuação sociopolítica, sendo que “infelizmente [...] a política, ela é formada assim”. E, se a população não produz esses dados através de denúncias, por exemplo, o Conselho não pode manusear a situação, cobrar uma resposta por parte do poder público.

Nesse sentido, percebo uma correlação entre o Conselho e sociedade civil que, além de levar as demandas pontuais, vistas de maneira contraditória entre as/os entrevistadas/os, serve também de base para futuras ações do órgão e de subsídio para a criação de leis que amparam a maior parte das conquistas do Movimento LGBTI+ como um todo. Para além de desafios externos, a primeira gestão do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas, também necessitou abrir o canal de diálogo na cidade, isto é, utilizar do lugar de fala das/os conselheiras/os enquanto LGBTI+ para lutar por um lugar de escuta. O caminho até a efetivação se mostra sinuoso e repleto de adversidades, sejam elas internas ou externas, porém, a luta é coletiva. Nas eleições de 2018 fizemos um acordo, “ninguém solta a mão de ninguém” e, para continuarmos juntos, assegurando os direitos conquistados em memória de todos ativistas LGBTI+ brasileiros e pelotenses, resistindo no cotidiano, devemos ter em mente o combinado. Utilizar da luta coletiva como força sociopolítica para, um dia, transformar todos os dados estatísticos a respeito de LGBTI+ no Brasil em passado. Em outras palavras, garantir a cidadania de LGBTI+ no país e no município, como “qualquer outra pessoa no Brasil”, utilizando as palavras proferidas por DE1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta de abertura do primeiro capítulo desta dissertação questiona o que um determinado grupo. Mesmo que as razões e motivações sejam diversas, nos leva a situar o cenário por trás do objeto de estudo, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas. Em outras palavras, nos conduz através da trajetória de um dos movimentos sociais de maior expressão no país, o Movimento LGBTI+. Para responder o questionamento lançado, recorri à literatura sobre o assunto e julguei importante inserir na versão final desta dissertação³⁵, pois foi a partir daí que me aproximei da temática e formulei um problema de pesquisa para ser “respondido” com este trabalho: quais os efeitos da constituição e atuação do Conselho no cenário local das políticas públicas voltadas à população LGBTI+, em um atual contexto pandêmico e de desmonte de direitos sociais representado, sobretudo, pela política autoritária e antidemocrática do governo Jair Bolsonaro?

No caso do grupo aqui estudado, os LGBTI+, entendo que a união e consolidação enquanto movimento social se dá a partir das condições socialmente estruturadas que impulsionam a agência (MAHMOOD, 2006) de gerações de ativistas e militantes há mais de 40 anos no Brasil. A sexualidade sempre foi objeto de disputa, uma categoria a qual buscou-se controlar e normatizar a fim de garantir uma população procriadora que atendesse às necessidades capitalistas (FOUCAULT, 2020). Desse modo, regulados por uma heterossexualidade compulsória, termo adotado por Butler (2016) ao qual podemos inserir o prefixo cis, para contemplar os demais corpos que também não conformam com a norma, todas/os aquelas/es que não a vivem são marcados como sujeitos diferentes, desviantes, rotulados (e isolados) como minorias (LOURO, 2004) em termos qualitativos.

Ao considerar que os processos sociais de formação e normatização de gênero e sexualidade caminham lado a lado com a desigualdade (BUTLER, 2019), ser LGBTI+ nesse *cistema* significa estar exposto ao discurso universalizante dos atos e minorizante das pessoas (SEDGWICK, 2007). Conforme mencionado no primeiro capítulo do trabalho, defendo uma interpretação biopolítica expressa em uma necropolítica contemporânea (MBEMBE, 2016) que expõe vidas ao poder da morte e a condições precárias como parte de uma administração maior das populações, seja por meios

³⁵ Menciono esse fato, pois compreendo que diversos outros autores e estudos já empreenderam revisões de literatura sobre o Movimento LGBTI+ brasileiro, especialmente Facchini (2006; 2009; 2018; 2020).

governamentais ou não governamentais, e que estabelece um conjunto de medidas para a valoração diferencial da vida em si. Vale ressaltar, mais uma vez, o que queremos dizer quando utilizamos o termo precário ou precariedade: de acordo com Butler (2019), a situação politicamente induzida a qual determinadas populações sofrem consequências do desmonte de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras e, assim, ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.

Infelizmente, posso citar como exemplo material do argumento acima explicitado, os altos índices de assassinatos de LGBTI+ no Brasil, conforme ilustra a Figura 1 (p. 18). A carência de políticas públicas efetivas e da garantia de proteção social expõe diversas/os brasileiras/os a condições de vulnerabilidade e violências (física, moral, social, urbana, doméstica, etc.) contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam reparações suficientes, o que se reflete no fato de o Brasil ocupar o primeiro lugar no ranking dos países que mais matam LGBTI+ no mundo (JUSTO, 2020). Cabe alertar também para a enorme subnotificação de dados sobre LGBTI+ e para o desmonte, sobretudo a partir de 2018, dos investimentos em políticas públicas e campanhas de incentivo à denúncia e proteção às vítimas. Sendo assim, a arena da produção e monitoramento de índices como os debatidos se abrem como mais um campo para o Movimento LGBTI+ brasileiro, uma vez que organizações como o Grupo Gay da Bahia (GGB) divulgam relatórios anuais há mais de 40 anos.

O Movimento LGBTI+ brasileiro pode ser compreendido a partir de ondas de atuação, isto é, períodos aproximadamente delimitados no tempo com concepções e práticas políticas dominantes características (GOMES; SORJ, 2014). A base para um ativismo na arena do gênero e sexualidade no país floresce em um contexto de efervescência contracultural no final da década de 1970, com postura revolucionária. Nesse momento, muitas das pautas abordadas até hoje pelos grupos ativistas foram formuladas. A epidemia de HIV/aids nos anos 1980 forçou um diálogo do recente Movimento com o Estado, quando as primeiras políticas públicas voltadas para o combate à epidemia foram gestadas. Durante a segunda onda (1983-1990), a atuação torna-se pragmática e inicia-se o processo de produção da figura do sujeito LGBTI+ militante. Esse período também serve de subsídio para a década seguinte, quando o Movimento se institucionaliza e, impulsionado pela abertura política, possibilita a criação de conselhos nas esferas federais, estaduais e municipais, por exemplo.

Considero importante que estejamos apropriados da literatura e historicidade do Movimento LGBTI+, pois a implementação de um Conselho Municipal em Pelotas não se dá pela benevolência de um governo específico, mas sim pela luta de ativistas que abriram os caminhos nos demais âmbitos. Mesmo que o Conselho tenha sido gestado durante a quarta onda do Movimento (2010-presente), o compreendo como fruto da terceira onda (1990-2010), quando se observa uma forte institucionalização, ampliação da rede de relações, visibilidade positiva e delimitação de sujeitos e demandas: novos acrônimos e Paradas do Orgulho (FACCHINI; LINS FRANÇA, 2009). Apesar de analisarmos o Conselho a partir da história do Movimento LGBTI+ brasileiro, cabe destacar uma observação feita por SEC durante as entrevistas:

Um conselho não é uma organização, tá. Então o conselho é um órgão paritário entre poder público e sociedade civil, mas ele não é uma organização. Ele tem, por exemplo, até cadeira na organização da Parada, da Semana da Diversidade, porque achamos importante que tenha, mas ele não entra como uma organização. Acho até perigoso o conselho ser compreendido como uma organização.

Ou seja, mesmo fruto de reivindicações ativistas, o Conselho não se confunde com grupos ou organizações. Mostra-se como um outro espaço de diálogo, inserido nos preceitos democráticos que preveem a participação social na gestão do Estado. O recente órgão instaurado abre um campo de possibilidades para a transformação histórica da dimensão executiva de Pelotas ao inaugurar o processo que viabiliza a construção de um canal de escuta através da expressão das lutas e das diversas organizações de movimentos sociais LGBTI+ da cidade, representadas pelas/os militantes conselheiras/os que ocupam um espaço legítimo, observado, sobretudo, a partir do lugar de fala de cada uma das/os entrevistadas/os. Em outras palavras, a implementação do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas selou a participação social LGBTI+ na cidade, nos termos descritos por Feitosa (2018), a lembrar: “os processos participativos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na esfera pública em busca de conquista ou efetivação de direitos negados ou violados” (p. 436).

Porém, para uma participação social efetiva faz-se necessário capacitação das/os conselheiras/os não somente por parte do próprio órgão, mas também do Poder Executivo local, uma vez que como bem pontuou DE2 durante a entrevista, LGBTI+ são historicamente excluídos da esfera política de tomada de decisões. Possivelmente

por conta disso, a primeira gestão registra um alto volume de desistências, entendidas como falta de engajamento de eleitas/os. Durante esse processo, reconheço que houve diversos atravessadores, sendo o maior deles, a pandemia de covid-19 que inclusive impactou o desenvolvimento desta pesquisa, conforme relatado no segundo capítulo. No entanto, aquelas/es que continuaram podem ser reconhecidas/os por reerguer o espaço no período pandêmico e ainda assim construir uma base para atuação e divulgação do Conselho para além da rede de contatos das/os conselheiras/os.

A primeira gestão do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas atuou de maneira “reativa” na visão das/os entrevistadas/os. Esse fato pode ser justificado por duas razões: considero, primeiramente, a pandemia que impactou todos os setores e esferas sociais; a segunda, por se tratar de uma gestão de implementação, isto é, um período no qual foi desenvolvido regulamento e estatuto, mapeamento de políticas públicas e frentes de atuação e desenvolvimento de Planejamento Estratégico. O colegiado eleito em 2019 abriu as portas dos canais de acesso de LGBTI+ às instituições locais, uma vez que o caráter setorizado/temático do Conselho especializa o escopo e permite um acompanhamento direcionado e, da mesma forma, o âmbito local torna mais palpável a relação entre as políticas públicas e os resultados (GOMES, 2015).

Apesar de mencionar minha compreensão do Conselho a partir das atuações atribuídas à terceira onda do Movimento LGBTI+ brasileiro, acredito também que as práticas políticas se entrecruzam e não necessariamente delimitam ou representam apenas um período. Como exemplo, destaco a centralidade nas/os sujeitas/os conselheiras/os e os embates mencionados pelas/os entrevistadas/os durante o processo de criação do órgão no município e sua primeira gestão. Ao analisar as entrevistas, a primeira categoria evidenciada é justamente o lugar de fala e a vivência interseccional das/os conselheiras/os que conferem legitimidade para acessar o espaço de partilha de poder, características da quarta onda. As diferentes visões e noções sobre o órgão ilustram a heterogeneidade inerente ao Movimento, também descrita pelas/os entrevistadas/os quando dizem não existir um Movimento LGBTI+ pelo fato de não haver pauta em comum. A noção de uma “pauta comum” reflete a coletividade imaginada, resultado da produção contínua de um sujeito LGBTI+ militante fazer-se no Estado, conforme aponta Aguião (2016;2020) e Souza Lima (2012).

Nesse sentido, ao me aventurar em uma etnografia virtual e pandêmica do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas encerro o texto não sendo mais o mesmo pesquisador e militante do início. Adentrar esferas historicamente negadas à LGBTI+ é um ato de resistência; lutar pela implementação e atuação de outros espaços e canais participativos abre um novo capítulo para as organizações e movimentos LGBTI+ em Pelotas, especialmente no que tange políticas públicas municipais. A instauração do órgão reflete todo o contexto de disputas e embates inerentes à pauta LGBTI+: entre segmentos, organizações e ideologias, etc. A pandemia, apesar de desarticular o colegiado durante alguns meses, também impulsionou a reestruturação da primeira gestão, com o desafio de assegurar os direitos conquistados em um período de desmonte de direitos sociais, fiscalizar o aparato municipal e garantir novos direitos e políticas públicas.

Por fim, o Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas se mostra como referência aos LGBTI+, além de munir as/os ativistas locais com o poder paritário, possibilitar formações sociopolíticas aos demais cidadãos e produzir dados acerca da população LGBTI+ de Pelotas com intuito de melhor manejar as políticas públicas municipais. Ressalto a urgência de mais espaços paritários entre LGBTI+ e Estado, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, pois o cenário necropolítico brasileiro nos expõe cada vez mais a condições precárias e desarticuladas. Precisamos conhecer os nossos direitos e canais aos quais recorrer, temos lugar de fala e a nossa pauta é legítima. Queremos mais lugares de escuta, acesso à saúde, educação, empregabilidade e menos violência.

Este trabalho pesquisou o segundo Conselho Municipal LGBT do Rio Grande do Sul. Espero que sirva de exemplo para que mais conselhos se instaurem, mais LGBTI+ se empoderem da pauta e novos estudos sejam desenvolvidos.

Resistir é urgente. A luta acontece no agora.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. **Não somos um simples conjunto de letrinhas: disputas internas e (re)arranjos da política LGBT.** *Cadernos Pagu*, vol. 46, jan.-abr. 2016.

_____. O processo contínuo de (re)fazer-se no Estado: leitura de um ciclo da constituição da população LGBT(I+) no Brasil. *In: FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 139-164.

AGUINSKY, Beatriz G.; FERREIRA, Guilherme G. **Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas.** *Katálysis*, vol. 16, núm. 2, p.223-232, jul.-dez. 2013.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BULGARELLI, Lucas. Das políticas de gênero e sexualidade às políticas antigênero e antisssexualidade no Brasil. *In: FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 392-410.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Claudio; RODRIGUES, Alexandre. Do caos a força: AIDS e mobilização LGBT. *In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2018. p.193-210.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. *In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2018. p.193-210.

CAMARGOS, Moacir L. de. O surgimento das Paradas LGBT no Brasil. *In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2018. p.421-434.

CARRARA, Sérgio. **Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil Contemporâneo.** *Mana*, núm. 21, vol. 2, p. 323-345, 2015.

CARVALHO, Priscila Delgado de. **Há lugar para movimentos sociais na teoria decolonial?**. In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política, VIII, 2015, Lima. Artigo.

COACCI, Thiago. Contando as mortes: coproduzindo gênero, conhecimento e política no movimento trans. In: FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora (orgs). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 71-88.

COLLING, Leandro. **A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade**. *Sala Preta*, núm. 1, vol. 18, p.153-167, 2018.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO POPULAR. **Conselho LGBT mais perto de sair do papel**. Pelotas, 23 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NJ2CBf>. Acesso em: 3 out. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p.311-330.

_____. **Sopa de Letrinhas, Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. **Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos**. *Educação & Sociedade*, vol. 41, 2020. Disponível em: < <https://bit.ly/30kdEnW> > Acesso em: 2 ago. 2020.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. **De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro**. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, núm. 3, p. 54-81, 2009.

_____. (orgs). **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

FASSIN, Didier. **La fuerza del orden: Una etnografía del accionar policial en las periferias urbanas**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2016.

FEDERECI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas públicas LGBT e a construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

_____. A participação social nos 40 anos de Movimento LGBT brasileiro. *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p.435-448.

FERRAZ, Claudia P; ALVES, André P. Da etnografia virtual à etnografia online. *In*: Encontro Anual ANPOCS, 41, 2017, Caxambu. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <https://bit.ly/3tiTZSk>. Acesso em: 6 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo, Edições Loyola, 1999a.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

_____. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GASTALDI, Alexandre B. F.; MOTT, Luiz; et al. (orgs). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**: Relatório da Acontece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e gestão pública**. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 1, núm. 42, p.5-11, jan.-abr. 2006.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. **Corpo, geração e identidade**: a *Marcha das vadias* no Brasil. *Sociedade e Estado*, núm. 2, vol. 29, p.433-447, mai.-ago. 2014.

GOMES, Eduardo G. M. **Conselhos gestores de políticas públicas**: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático eficiente. *Cadernos EBAPAE.BR*, vol. 13, núm. 4, p.894-909, out.-dez. 2015.

IBGE, Coordenação de população e indicadores sociais. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2017. Rio de Janeiro, 2017.

IPEA. **Instituto de pesquisa centraliza dados de conselhos municipais e estaduais de 1999 a 2013**. Participação em foco, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2F9JHPE>. Acesso em: 7 set. 2020.

JUSTO, Gabriel. Pelo 12º ano consecutivo, Brasil é país que mais mata transexuais no mundo. **Exame**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LAGATA, Carla; BALZER, Carsten; BARREDO, Lukas. **Informe anual del TMM 2016**: 2.190 asesinatos son sólo la punta del iceberg. Espanha: Transgender Europe, 2016. v.15.

LAURETIS, Teresa de. Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.397-409.

LEMÕES, Tiago. **O lado brutal da modernidade e a produção histórica da “mendicância” como argumento para a violência estatal no Brasil**. *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, núm. 11, vol. 2, p.126-161, ago.-dez. 2017.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIBARDONI, Marlene. **Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy**. *Estudos Feministas*, núm. 2, vol. 8, p. 207-222, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAHMOOD, Saba. **Teoria feminista, agência e sujeito liberatório**: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, Lisboa, vol. 10, núm. 1, p.121-158, mai. 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. *Arte & Ensaios*, núm. 32, p.122-151, dez. 2016.

MELLO, Luiz; AVELAR, Bruno R. de; MAROJA, Daniela. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil**. *Sociedade e Estado*. vol. 27, núm. 2, mai.-ago. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. (org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MONDARDO, Marcos Leandro. **O Corpo enquanto “Primeiro” Território de Dominação**: O Biopoder e a Sociedade de Controle. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PINTO, Céli R. J. **Teorias da democracia**: diferenças e identidades na contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

ROCHA, Ana Luiza C.; ECKERT, Conerlia. **Etnografia: saberes e práticas.** *Revista Iluminuras: método e interpretação na construção de narrativas etnográficas*, vol. 9, núm. 21, 23 p. 2008.

RODRIGUES, João Paulo R.; HERNANDEZ, Matheus de C. **O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 32, p.207-248, ago. 2020.

RODRIGUES, Jorge C. A imprensa gay do Brasil. *In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). História do Movimento LGBT no Brasil.* São Paulo: Alameda, 2018. p.237-254.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SANTOS, Boaventura de S. **A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado.** Coimbra: Oficina do CES, 1999.

SANTOS, Marina F. **A representação das mulheres nos espaços de poder e a standpoint theory: contribuições de uma epistemologia feminista.** *Veritas*, núm. 3, vol. 62, p.904-933, set.-dez. 2017.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal.** *Revista Brasileira de Ciência Política*, núm. 5, p.217-243, jan.-jul. 2011.

SEDGWICK, Eve K. **A epistemologia do armário.** *Cadernos Pagu*, núm. 28, p.19-54, jan.-jun. 2007.

SEGATA, Jean. **A pandemia e o digital.** *Todavia*, núm. 1, vol. 7, p.7-15, dez. 2020.

SILVA, Cátia Candido da; BORGES, Fabrícia Teixeira. **Repensando o percurso metodológico de pesquisas etnográficas em tempos de pandemia: Uma breve revisão de literatura.** *New Trends in Qualitative Research*, vol. 9, p.110-118, 2021.

SILVA, Silmara C. e. **Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local.** *In: Conferência do Desenvolvimento, II, 2011.* Brasília. Artigo. Disponível em: <https://bit.ly/34OELue>. Acesso em: 29 ago. 2020.

SIMÕES, Carlos Jorge M. **Os Direitos Sociais Clássicos e Universais: O Estado Social e o Estado Democrático de Direito.** Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

SIQUEIRA, Dirceu P.; CASTRO, Lorenna R. B. **Minorias e grupos vulneráveis: a questão terminológica como fator preponderante para uma real inclusão social.** *Direitos Sociais e Políticas Públicas*, núm. 1, vol. 5, p. 105-122, 2017.

SORIANO, Raúl R. **Manual de Pesquisa Social.** Petrópolis: Vozes, 2004.

SOUZA LIMA, A. C. de. **Apresentação:** Dossiê fazendo estado. *Revista de Antropologia*, núm. 2, vol. 55. São Paulo, USP, 2012.

SPARGO, Tasmin. **Foucault e a teoria queer:** seguido de *Ágape e êxtase: orientações pós-seculares*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018a.

_____. Somos o quê mesmo?. *In:* GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018b. p.137-155.

TRINDADE, Ronaldo. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: Intercâmbios e ressignificações. *In:* GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227-236.